



CÂMARA MUNICIPAL
DE ALPIARÇA

CONSOLIDAÇÃO DE
CONTAS

2024

Remeter à Reunião de Câmara, ____/____/____

A Presidente de Câmara



(Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes)

Presente em Reunião de Câmara de 23/06/2025

Deliberação: Aprovada por maioria com a
abstenção dos senhores Vereadores
da CDU.

Vences Santos

Presente em Assembleia Municipal de 27/06/2025

Deliberação: Aprovada por maioria com
9 votos a favor, PS e TPA e 5
abstenções da CDU.

Vences Santos

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ÍNDICE

Relatório de Gestão	4
Grupo a consolidar	6
Consolidação de contas – Demonstrações financeiras	8
Balanço consolidado	9
Demonstração de resultados consolidados	11
Fluxos de caixa consolidados	12
Alterações ao património líquido	14
Anexos às demonstrações financeiras	16
1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico	16
2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	17
3 – Ativos intangíveis	25
4 – Acordos de concessão de serviços: concedente	25
5 – Ativos fixos tangíveis	27
6 – Locações	27
7 – Custos de empréstimos	28
8 – Propriedades de investimento	28
9 – Imparidades de ativos	28
10 - Inventários	29
13 – Rendimentos de transações com contraprestação	30
14 – Rendimentos de transações sem contraprestação	30
15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	31
18 – Instrumentos financeiros	32
19 – Benefícios dos empregados	34
20 – Divulgações de partes relacionadas	34
22 – Interesses em outras entidades	35
Outras informações	36
Demonstração consolidada do desempenho orçamental	36
Documentos das entidades participadas	51
Certificação legal de contas	132
Assinaturas	

RELATÓRIO DE GESTÃO

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei 73/2013, de 03 de setembro), adiante designado por RFALEI, prevê no seu artigo 75º a obrigatoriedade de os municípios apresentarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

O Regime Jurídico do Setor Empresarial Local e das Participações Locais, sem prejuízo do regime previsto na lei geral, aplica-se à constituição ou à mera participação em associações, cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa pelos municípios, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia e pelas áreas metropolitanas.

Já o associativismo municipal e a participação em entidades de direito público são objeto de diploma próprio. De acordo com o preconizado nesse preceito, os municípios, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, expressamente identificadas por “entidade mãe”, ou “entidade consolidante”, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Assim sendo, considera-se que o grupo autárquico é composto por um município, ou uma entidade intermunicipal, ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta (cf. disposto no nº 3 do artigo 75º, do RFALEI).

Para efeitos de apuramento das entidades que concorrem para o perímetro de consolidação, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas devem atender à existência de controlo, relativamente a outras entidades e que se pode materializar através da detenção total ou parcial no caso dos serviços municipalizados e intermunicipalizados; da natureza empresarial no caso das empresas locais; ou de outra natureza por referência a condições de poder como sejam a detenção da maioria de capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão ou de resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade. Ou em alternativa devem atender à presunção de controlo quando se verifique, relativamente a uma entidade, um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado, a saber: a faculdade de vetar os orçamentos; a possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão; a detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes; a capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios, ou a assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos de outra entidade.

São sempre consolidadas, ainda que com métodos de consolidação diferenciados, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação, ou detenção do município, das entidades intermunicipais, ou entidade associativa municipal.

Já os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são as definidas para as entidades do sector público administrativo.

O Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (DL 192/2015, de 11 de setembro, adiante designado por SNC-AP), aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsector da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas.

Em matéria de consolidação de contas importa sublinhar que o SNC-AP revogou a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010, como “Orientação genérica relativa à consolidação

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large '7' and several illegible signatures.

de contas no âmbito do sector público administrativo”, estabelecendo um conjunto de princípios subjacentes à consolidação de contas.

Assim a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades segue o prescrito na NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Perímetro de Consolidação SNC-AP

O artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro – diploma legal que aprova o Sistema de Normalização

Contabilística para as Administrações Públicas - estabelece, em matéria de consolidação de contas, o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:

- Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP26)

Relativamente ao perímetro de consolidação orçamental, no caso da administração local, o perímetro de consolidação é composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsector nas últimas contas sectoriais publicadas pelo INE, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

Nesta situação encontra-se a Agroalpiarça, CIPRL, que sendo considerada uma entidade pública reclassificada aplica o SNC simplificado e não o SNC-AP, não aplicando também a NCP26.

Assim sendo e em conformidade com a faq.18 da Comissão de Normalização Contabilística, *“As demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras terão de facto perímetros diferentes. Não obstante não se tratará de duas prestações de contas consolidadas diferentes, mas sim de mapas distintos na mesma prestação de contas consolidada. Assim sendo, aquando da apresentação da prestação de contas consolidadas os Municípios, por exemplo, apresentarão os mapas orçamentais com o perímetro orçamental, que no limite poderá corresponder apenas à entidade consolidante, e os mapas financeiros com o perímetro de controlo.”*, o que no caso do Município de Alpiarça irá acontecer, isto é, irá apresentar a consolidação orçamental apenas com os seus mapas.

- Perímetro de natureza financeira (NCP22/23)

Neste caso o Município de Alpiarça vai fazer a consolidação com a Agroalpiarça, CIPRL (método de consolidação Integral) e AR- Águas do Ribatejo, EM, SA (método equivalência patrimonial)

Relativamente à Agroalpiarça, CIPRL, utilizamos o método da consolidação integral sendo necessário desenvolver as seguintes etapas:

- Acumulação das contas do balanço e da demonstração de resultados, através da simples adição;
- Repartição entre os capitais próprios e resultados do exercício com base na participação do Município e entidades terceiras (interesses que não controlam);
- Evidenciação da diferença entre o valor da participação financeira contabilizada no ativo do município e a correspondente fração que lhe cabe nos capitais próprios;
- Anulação de todas as operações entre entidades.

Relativamente à AR-Águas do Ribatejo, EM, SA utilizamos o método equivalência patrimonial e uma vez que os lançamentos de consolidação foram efetivamente inscritos na contabilidade municipal, as demonstrações consolidadas referidas são iguais às individuais do Município.

Compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas consolidados e submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal, conforme estipulado no n.º 2 do art.º 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (RFALEI), ou seja, 30/06/2025 (econtas).



GRUPO A CONSOLIDAR

Com a já referida publicação da RFALEI, a AGROALPIARÇA, CIPRL é integrada no perímetro de consolidação utilizando-se o método de consolidação integral.

A participada AR-Águas do Ribatejo, EM, SA foi integrada no perímetro de consolidação pelo método de equivalência patrimonial, pelo facto do município de Alpiarça participar no respetivo capital social em 5,4%.

Entidade consolidante

Município de Alpiarça (CMA)

NIF: 501 133 097.

Rua José Relvas, 374, 2090-106 ALPIARÇA.

Natureza da atividade: Pessoa coletiva territorial, dotada de órgãos representativos, que visa a prossecução de interesses próprios das respetivas populações.

Atividade desenvolvida encontra-se relatada no Relatório de Gestão aprovado pelo executivo em 28 de abril de 2025 e pela Assembleia Municipal em 28 de abril de 2025.

Entidades consolidadas

Método Integral

Agroalpiarça, CIPRL (AGRO)

NIF: 502 000 066.

Rua José Relvas, 387, 2090-105 Alpiarça.

Capital social – 150.000,00€.

Participação direta do Município de Alpiarça no capital social – 99,87%.

Natureza da atividade – Agricultura e comércio de vinhos.

Atividade desenvolvida – O Relatório de Contas de Atividades, Conta de Gerência e anexos às Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Assembleia Geral em 26 de maio de 2025.

AR – Águas do Ribatejo, EM, SA

NIF: 508 345 464.

Rua Gaspar da Costa Ramalho, 38, 2120-066 Salvaterra de Magos.

Capital social – 13.743.362,00€.

Participação direta do município de Alpiarça no capital social – 5,4%.

Natureza de atividade – Exploração e gestão dos sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento dos municípios participantes no seu capital social.

Atividade desenvolvida – O Relatório e Contas de Atividades, Conta de Gerência e Anexos às Demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 28 de março de 2025.

As contas aprovadas pela empresa AR – Águas do Ribatejo, EM, SA, foram objeto de certificação pela entidade Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.

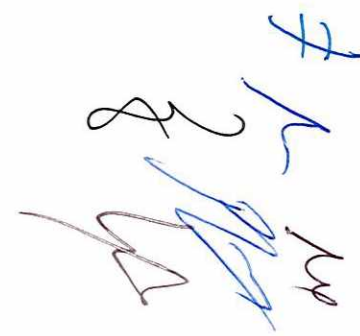
Entidades participadas em que o Município não tem de fazer consolidação de contas

Entidade	Sede social	% Capital detido	Principal atividade
AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho	Cartaxo	0,68306	Afirmação da entidade histórico-cultural, patrimonial, económico-social dos municípios portugueses e dos territórios ligados à produção de vinhos de qualidade.
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Coimbra	0,28	Defesa, promoção e dignificação do poder local.
APMCH – Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	Lamego	0,0051	Promoção, reabilitação e revitalização dos centros históricos.
CIMLT - Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	Santarém	5,85	Artigo 2º dos estatutos da CIMLT publicados no diário da República, 2ª série-n.º 6 – o Janeiro de 2014.
Resiurb - Associação de Municípios para o Tratamento de Resíduos Sólidos	Almeirim	9,91	Recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos.
AMVT - Associação de Municípios do Vale do Tejo	Santarém	3,78	Gestão do Património da Antiga Assembleia Distrital de Santarém
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Lisboa	0,05	Visa a recuperação financeira dos municípios em situação de desequilíbrio financeiro
Tagusgás, SA	Cartaxo	0,01	Exploração da rede de distribuição de gás natural.

Uma vez que AMPV, ANMP, APMCH, Resiurb, AMVT, FAM e CIMLT constituem entidades associativas municipais e intermunicipais, são, por via do n.º 2 do artigo 75.º do RFALEI, consideradas entidades consolidantes, pelo que não integrarão o perímetro de consolidação.

Quanto á empresa Tagusgás, SA devido a pequena participação do município e pelo facto de não haver controlo, sobre a mesma, também não integra o perímetro de consolidação.

CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS – DEMOSNTRAÇÕES FINANCEIRAS



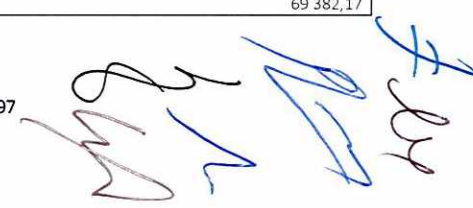
Balanço consolidado

	Rubricas	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Equivalência Patrimonial	Anulação Participações Financeiras	Transferência Interesses Minoritários	Registos 2008	Transferência Resultados	Total Consolidado
ATIVO											
Ativo não corrente											
	Ativos fixos tangíveis	53 696 311,43	3 450,00	53 699 761,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53 699 761,43
	Propriedades de investimento	4 404 688,74	0,00	4 404 688,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 404 688,74
	Ativos intangíveis	9 745,54	0,00	9 745,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9 745,54
	Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Participações financeiras	3 653 207,93	1 052,08	3 654 260,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 654 260,01
	Devedores por empréstimos bonificados e sub. reembolsáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Accionistas/ sócios e associados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Diferimentos	9 491,88	0,00	9 491,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9 491,88
	Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ativos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total do ativo não corrente	61 773 445,52	4 502,08	61 777 947,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61 777 947,60
Ativo corrente											
	Inventários	134 353,89	22 316,96	156 670,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	156 670,85
	Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Devedores por transferências e sub. Reembolsáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Devedores por empréstimos bom. e sub. reembolsáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Clientes, contribuintes e utentes	80 228,18	18 235,89	98 464,07	-3 932,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94 531,21
	Estado e outros entes públicos	4 528,30	2 670,55	7 198,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 198,85
	Accionistas/ sócios e associados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras contas a receber	1 311 932,06	5 483,80	1 317 415,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 317 415,86
	Diferimentos	16 464,82	88,24	16 553,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16 553,06
	Ativos Financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Caixa e depósitos	4 450 994,69	17 084,81	4 468 079,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 468 079,50
	Total do ativo corrente	5 998 501,94	65 880,25	6 064 382,19	-3 932,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 060 449,33
	Total do ativo	67 771 947,46	70 382,33	67 842 329,79	-3 932,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67 838 396,93
PATRIMÓNIO LÍQUIDO											
	Património/capital	36 564 511,59	149 805,00	36 714 316,59	-149 805,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36 564 511,59
	Ações (quotas) próprias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros investimentos de capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Prémios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Reservas	256 291,74	102 482,44	358 774,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	358 774,18
	Resultados transitados	8 320 467,89	-529 114,08	7 791 353,81	149 623,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 940 976,87
	Ajustamentos em ativos financeiros	2 287 267,54	0,00	2 287 267,54	149 805,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 437 072,54
	Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras variações de património líquido	11 613 374,83	172 193,20	11 785 568,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 785 568,03
	Resultado líquido do exercício	1 234 287,30	-21 149,54	1 213 137,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 213 137,76
	Dividendos antecipados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Interesse que não controlam	0,00	-163,73	-163,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-163,73
	Total do património líquido	60 276 200,89	-125 946,71	60 150 254,18	149 623,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60 299 877,24

	Rubricas	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Equivalência Patrimonial	Anulação Participações Financeiras	Transferência Interesses Minoritários	Registos 2008	Transferência Resultados	Total Consolidado
PASSIVO											
Passivo não corrente											
	Provisões	379 376,37	0,00	379 376,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	379 376,37
	Financiamentos obtidos	3 380 938,76	44,88	3 380 983,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 380 983,64
	Fornecedores de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Responsabilidade por benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Diferimentos	2 037 279,72	0,00	2 037 279,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 037 279,72
	Passivos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras contas a pagar	93 729,85	0,00	93 729,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	93 729,85
		5 891 324,70	44,88	5 891 369,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 891 369,58
Passivo corrente											
	Credores por transf. e sub. não reembolsáveis concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Fornecedores	24 332,15	95 302,85	119 635,00	-69 382,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50 252,83
	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Estado e outros entes públicos	89 983,50	0,00	89 983,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89 983,50
	Accionistas/ sócios e associados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Financiamentos obtidos	584 181,79	0,00	584 181,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	584 181,79
	Fornecedores de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras contas a pagar	836 236,65	100 981,31	937 217,96	-84 173,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	853 044,21
	Diferimentos	69 687,78	0,00	69 687,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69 687,78
	Passivos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		1 604 421,87	196 284,16	1 800 706,03	-153 555,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 647 150,11
	Total do passivo	7 495 746,57	196 329,04	7 692 075,61	-153 555,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 538 519,69
	Total do património líquido e passivo	67 771 947,46	70 382,33	67 842 329,79	-3 932,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67 838 396,93

Movimentos de consolidação - Eliminações recíprocas e diferenças encontradas

Notas			
1	anulação da participação social na AGRO	149 805,00	57
			51
2	Valor em dívida da CMA nas contas da Agroalpiarça	3 932,86	21
			56
3	Contrato dação em cumprimento e contrato promessa dação em cumprimento	434 889,48	43 / 42
			43 / 42
4	Dividas da AGRO à CM (bens e serviços) - Conta corrente CMA	91 952,90	215
			219
5	Dividas da AGRO à CM (bens e serviços) - Conta corrente Agroalpiarça	84 173,75	278
			56
6	Dividas da AGRO à CM (Rendas) - Conta corrente CMA	65 225,23	215
			219
7	Dividas da AGRO à CM (Rendas) - Conta corrente Agroalpiarça	69 382,17	22
			56



Demonstração dos Resultados por Natureza Consolidados

Rendimentos e gastos	Notas	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Eq. Patrimonial	Trf IM Rliq	Amortização Goodwill	Total Consolidado
Impostos, contribuições e taxas		1 896 806,45	0,00	1 896 806,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1 896 806,45
Vendas		10 075,73	0,00	10 075,73	0,00	0,00	0,00	0,00	10 075,73
Prestações de serviços e concessões		681 903,63	0,00	681 903,63	0,00	0,00	0,00	0,00	681 903,63
Rendimentos/ Gastos imputados entidades controladas		39 587,07	0,00	39 587,07	0,00	0,00	0,00	0,00	39 587,07
Transferências e subsídios correntes obtidos		6 224 039,08	0,00	6 224 039,08	0,00	0,00	0,00	0,00	6 224 039,08
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas		-386 824,57	-466,80	-387 291,37	0,00	0,00	0,00	0,00	-387 291,37
Fornecimentos e serviços externos		-2 605 018,60	-12 163,27	-2 617 181,87	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 617 181,87
Gastos com pessoal		-4 839 806,88	-14 758,50	-4 854 565,38	0,00	0,00	0,00	0,00	-4 854 565,38
Transferências e subsídios concedidos		-471 530,81	0,00	-471 530,81	0,00	0,00	0,00	0,00	-471 530,81
Prestações sociais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidades de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		-5 963,71	0,00	-5 963,71	0,00	0,00	0,00	0,00	-5 963,71
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		22 857,45	0,00	22 857,45	0,00	0,00	0,00	0,00	22 857,45
Provisões (aumentos/reduções)		-161 204,88	0,00	-161 204,88	0,00	0,00	0,00	0,00	-161 204,88
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos		3 095 632,58	447 977,02	3 543 609,60	0,00	0,00	0,00	0,00	3 543 609,60
Outros gastos		-251 629,07	-440 826,84	-692 455,91	0,00	0,00	0,00	0,00	-692 455,91
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		3 248 923,47	-20 238,39	3 228 685,08	0,00	0,00	0,00	0,00	3 228 685,08
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-1 868 844,05	0,00	-1 868 844,05	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 868 844,05
Imparidades de investimentos depreciáveis/amortizáveis(perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		1 380 079,42	-20 238,39	1 359 841,03	0,00	0,00	0,00	0,00	1 359 841,03
Juros e rendimentos similares obtidos		36 351,53	0,00	36 351,53	0,00	0,00	0,00	0,00	36 351,53
Juros e gastos similares suportados		-182 143,65	-938,68	-183 082,33	0,00	0,00	0,00	0,00	-183 082,33
Resultados antes de impostos		1 234 287,30	-21 177,07	1 213 110,23	0,00	0,00	0,00	0,00	1 213 110,23
Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		1 234 287,30	-21 177,07	1 213 110,23	0,00	0,00	0,00	0,00	1 213 110,23
Entidade consolidante		1 234 287,30	-21 149,54	1 213 137,76	0,00	0,00	0,00	0,00	1 213 137,76
Interesses que não controlam		0,00	-27,53	-27,53	0,00	0,00	0,00	0,00	-27,53

Fluxos de caixa consolidados

Rubricas	Notas	Períodos				
		CMA	Agroalpiarça	Total	Anulações	Total
		31/12/2024	31/12/2024	agregado	recíprocas	consolidado
Recebimentos de clientes		646 007,36	52 411,40	698 418,76	0,00	698 418,76
Recebimentos de contribuintes		1 882 863,93	0,00	1 882 863,93	0,00	1 882 863,93
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		6 171 540,32	0,00	6 171 540,32	0,00	6 171 540,32
Recebimentos de utentes		56 370,85	0,00	56 370,85	0,00	56 370,85
Pagamentos a fornecedores		-3 170 563,56	-24 091,78	-3 194 655,34	0,00	-3 194 655,34
Pagamentos ao pessoal		-4 795 583,83	-16 787,56	-4 812 371,39	0,00	-4 812 371,39
Pagamentos a contribuintes / Uteses		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamentos de transferências e subsídios		-479 103,44	0,00	-479 103,44	0,00	-479 103,44
Pagamentos de prestações sociais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa gerada pelas operações		311 531,63	11 532,06	323 063,69	0,00	323 063,69
Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	-6,00	-6,00	0,00	-6,00
Pagamento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros recebimentos		128 931,69	-939 522,92	-810 591,23	0,00	-810 591,23
Outros pagamentos		-178 700,67		-178 700,67	0,00	-178 700,67
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		261 762,65	-927 996,86	-666 234,21	0,00	-666 234,21
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis		-2 626 279,34	0,00	-2 626 279,34	434 889,48	-2 191 389,86
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de investimento		-396 778,67	0,00	-396 778,67	0,00	-396 778,67
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recebimentos respeitantes a:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis		2 569 786,89	1 135 114,86	3 704 901,75	-434 889,48	3 270 012,27
Ativos intangíveis		0,00	686,44	686,44	0,00	686,44
Propriedades de investimento		510 398,95	0,00	510 398,95	0,00	510 398,95
Investimentos financeiros		1 922,62	0,00	1 922,62	0,00	1 922,62
Outros ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios ao investimento		2 524 904,09	0,00	2 524 904,09	0,00	2 524 904,09
Transferências de capital		954 813,93	0,00	954 813,93	0,00	954 813,93
Juros e rendimentos similares		36 351,53	0,00	36 351,53	0,00	36 351,53
Dividendos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		3 575 120,00	1 135 801,30	4 710 921,30	0,00	4 710 921,30
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recebimentos respeitantes a:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	-244 766,10	-244 766,10	0,00	-244 766,10
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Doações		75 500,00	0,00	75 500,00	0,00	75 500,00
Outras operações de financiamento		194 258,47	0,00	194 258,47	0,00	194 258,47
Pagamentos respeitantes a:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos		-623 833,96	0,00	-623 833,96	0,00	-623 833,96
Juros e gastos similares		-184 411,90	-938,68	-185 350,58	0,00	-185 350,58
Dividendos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-538 487,39	-245 704,78	-784 192,17	0,00	-784 192,17
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		3 298 395,26	-37 900,34	3 260 494,92	0,00	3 260 494,92
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 152 599,43	55 071,94	1 207 671,37	0,00	1 207 671,37
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4 450 994,69	17 171,60	4 468 166,29	0,00	4 468 166,29

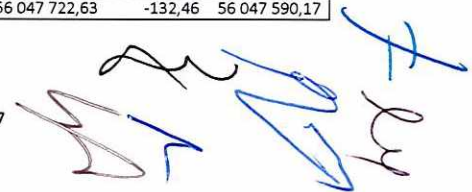
Rubricas	Notas	Períodos				
		CMA	Agroalpiarça	Total agregado	Anulações recíprocas	Total consolidado
		31/12/2024	31/12/2024			
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E OS SEUS EQUIVALENTES E SALDO GERÊNCIA						
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 610 312,87	0,00	1 610 312,87	0,00	1 610 312,87
- Equivalentes a caixa no início do período		-805 260,07	0,00	-805 260,07	0,00	-805 260,07
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		805 260,07	0,00	805 260,07	0,00	805 260,07
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior		1 610 312,87	0,00	1 610 312,87	0,00	1 610 312,87
De execução orçamental		1 473 157,04	0,00	1 473 157,04	0,00	1 473 157,04
De operações de tesouraria		137 155,83	0,00	137 155,83	0,00	137 155,83
Caixa e seus equivalentes no fim do período						
- Equivalentes a caixa no fim do período		4 450 994,69	17 171,60	4 468 166,29	0,00	4 468 166,29
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		-416 111,19	0,00	-416 111,19	0,00	-416 111,19
- Variações cambiais de caixa no fim do período		416 111,19	0,00	416 111,19	0,00	416 111,19
= Saldo da gerência		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De execução orçamental		4 450 994,69	17 171,60	4 468 166,29	0,00	4 468 166,29
De operações de tesouraria		1 064 067,43	0,00	1 064 067,43	0,00	1 081 239,03
		88 532,00	0,00	88 532,00	0,00	88 532,00

Movimentos de consolidação - Eliminações recíprocas			
	Receita	Despesa	
Município de Alpiarça	434 889,48	434 889,48	Contrato dação em cumprimento e contrato promessa dação em cumprimento
Agroalpiarça	434 889,48	434 889,48	
Município de Alpiarça			
Agroalpiarça			

* Valores retirados da conta corrente do Município de Alpiarça

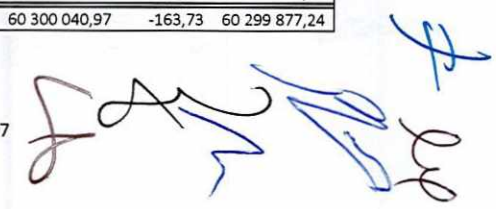
Alterações ao património líquido anos de 2023

Município de Alpiarça	Notas	Capital/Património subscrito	Ações (quotas próprias)	Outros inst. Cap próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações património líquido	Resultado líquido período	Total	Interesses que não controlam	Total património líquido
Posição no início do período	(1)	36 564 511,59	0,00	0,00	0,00	256 291,74	8 400 427,48	2 427 621,44	0,00	7 797 060,96	378 495,18	55 824 408,39	0,00	55 824 408,39
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	303 693,21	0,00	303 693,21	0,00	303 693,21
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	378 495,18	-10 323,62	0,00	527,08	-378 495,18	-9 796,54	0,00	-9 796,54
Resultado Líquido do Período	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	378 495,18	-10 323,62	0,00	304 220,29	-378 495,18	293 896,67	0,00	293 896,67
Resultado Integral	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-570 507,64	-570 507,64	0,00	-570 507,64
	(4)=(2)+(3)										-949 002,82	-276 610,97	0,00	-276 610,97
Operações com detentores de capital no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112 052,87	0,00	0,00	0,00	0,00	112 052,87	0,00	112 052,87
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112 052,87	0,00	0,00	0,00	0,00	112 052,87	0,00	112 052,87
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	36 564 511,59	0,00	0,00	0,00	256 291,74	8 890 975,53	2 417 297,82	0,00	8 101 281,25	-570 507,64	55 659 850,29	0,00	55 659 850,29
Agroalpiarça, CIPRL - Início		149 805,00	0,00	0,00	0,00	102 482,44	-379 793,02	0,00	0,00	188 683,21	-10 163,33	51 014,31	66,40	51 080,71
Alterações no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-10 163,33	0,00	0,00	-13 613,78	0,00	-23 777,11	-30,95	-23 808,06
Resultado líquido do período											-139 157,73	-139 157,73	-181,14	-139 338,87
Agroalpiarça, CIPRL - Fim		149 805,00	0,00	0,00	0,00	102 482,44	-389 956,35	0,00	0,00	175 069,43	-139 157,73	-101 757,20	-132,46	-101 889,66
Eliminações recíprocas		-149 805,00	0,00	0,00	0,00	0,00	529 681,43	149 805,00	0,00	-10 402,25	-29 649,64	489 629,54	0,00	489 629,54
Total consolidado		36 564 511,59	0,00	0,00	0,00	358 774,18	9 030 700,61	2 567 102,82	0,00	8 265 948,43	-739 315,01	56 047 722,63	-132,46	56 047 590,17



Alterações ao património líquido anos de 2024

Município de Alpiarça	Notas	Capital/Património subscrito	Ações (quotas próprias)	Outros inst. Cap próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações património líquido	Resultado líquido período	Total	Interesses que não controlam	Total património líquido
Posição no início do período	(1)	36 564 511,59	0,00	0,00	0,00	256 291,74	8 890 975,53	2 417 297,82	0,00	8 101 281,25	-570 507,64	55 659 850,29	0,00	55 659 850,29
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 401 419,19	0,00	3 401 419,19	0,00	3 401 419,19
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-130 030,28	0,00	110 674,39	570 507,64	551 151,75	0,00	551 151,75
Resultado Líquido do Período	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-130 030,28	0,00	3 512 093,58	570 507,64	3 952 570,94	0,00	3 952 570,94
Resultado Integral	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 234 287,30	1 234 287,30	0,00	1 234 287,30
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)										1 804 794,94	5 186 858,24	0,00	5 186 858,24
Operações com detentores de capital no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-570 507,64	0,00	0,00	0,00	0,00	-570 507,64	0,00	-570 507,64
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição fim período	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-570 507,64	0,00	0,00	0,00	0,00	-570 507,64	0,00	-570 507,64
	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	36 564 511,59	0,00	0,00	0,00	256 291,74	8 320 467,89	2 287 267,54	0,00	11 613 374,83	1 234 287,30	60 276 200,89	0,00	60 276 200,89
Agroalpiarça, CIPRL - Início		149 805,00	0,00	0,00	0,00	102 482,44	-389 956,35	0,00	0,00	175 069,43	-139 157,73	-101 757,20	-132,46	-101 889,66
Alterações no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-139 157,73	0,00	0,00	-2 876,24	0,00	-142 033,97	-184,88	-142 218,85
Resultado líquido do período											-21 149,54	-21 149,54	-27,53	-21 177,07
Agroalpiarça, CIPRL - Fim		149 805,00	0,00	0,00	0,00	102 482,44	-529 114,08	0,00	0,00	172 193,20	-125 782,98	-125 782,98	-163,73	-125 946,71
Eliminações recíprocas		-149 805,00	0,00	0,00	0,00	0,00	149 623,06	149 805,00	0,00	0,00	0,00	149 623,06	0,00	149 623,06
Total consolidado		36 564 511,59	0,00	0,00	0,00	358 774,18	7 940 976,87	2 437 072,54	0,00	11 785 568,03	1 213 137,76	60 300 040,97	-163,73	60 299 877,24



Anexos às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Município de Alpiarça

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1. Perímetro de consolidação

Entidade	Sede	Participação		Relação entre entidades	Método de consolidação
		%	Valor		
Município de Alpiarça	Rua José Relvas, 374, 2090-106 ALPIARÇA	-	-	Entidade mãe	-
Agroalpiarça, CIRPL	Rua José Relvas, 387, 2090-105 Alpiarça	99,87	149.805,00	Entidade controlada	Integral
AR-Águas do Ribatejo, EM, SA	Rua Gaspar da Costa Ramalho, 38, 2120-066 Salvaterra de Magos	5,40	742.141,55	Entidade não controlada	Equivalência patrimonial

1.2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Referencial contabilístico

Em 2023 as demonstrações financeiras do Município de Alpiarça foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicadas subsidiariamente, de acordo com o artigo 13º, pela ordem seguinte, as Normas Internacionais de Contabilidade Pública em vigor, o SNC, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board*.

Foram ainda aplicados os requisitos das normas de contabilidade pública relevantes para a entidade.

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade

Em 2024, o Município, aplicou o SNC-AP, sendo que a data de transição para este novo referencial contabilístico é 1 de janeiro de 2020.

A informação comparativa é feita com o ano de 2023.

Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2024	2023
Caixa	447,92	1.781,92
Depósitos à ordem	626.211,85	787.778,26
Depósitos à Ordem no Tesouro	0,00	0,00
Depósitos bancários à ordem	626.211,85	787.778,26
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Depósitos consignados	3.720.577,67	273.622,21
Depósitos de garantias e cauções	120.842,06	144.488,98
Total de caixa e de depósitos	4.468.079,50	1.207.671,37

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são expressas em euros, sendo esta também a moeda funcional.

2.1. BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação Comparativa

Sempre que possível, a informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

Consistência de Apresentação

Não obstante o referido acima, acerca da comparabilidade, sempre que possível as Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.



Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Município continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Compreende, essencialmente, licenças de software, programas de computador e marcas e patentes.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo intangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data. Dada a dificuldade em mensurar com fiabilidade o justo valor de alguns destes ativos, nomeadamente legados constituídos por espólios pessoais de figuras relevantes da história e cultura, aqueles não se encontram reconhecidos.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão.

Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta.

O cálculo da vida útil deste tipo de ativos está dependente de vários fatores, conforme previsto na NCP 3, sendo que no nosso caso é solicitada informação aos serviços competentes para definição do número de anos a atribui a cada um dos ativos.

Na transição para o SNC-AP foram mantidas as vidas úteis dos Ativos intangíveis adquiridos até 31/12/2019.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/abate, sendo registadas como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

b) Acordos de concessão de serviços: Concedente

Os ativos de concessão de serviços são reconhecidos quando o Município controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Os ativos em concessão são contabilizados de acordo com a NCP 5 – Ativos fixos tangíveis, pelo que os mesmos se encontram reconhecidos no Ativo fixo tangível, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

c) Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis são mensurados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se:

- (a) For provável que fluirão para o Município, benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e
- (b) O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data. Dada a dificuldade em mensurar com fiabilidade o justo valor de alguns destes ativos, nomeadamente ativos significativos do património histórico e cultural, adquiridos ao longo de muitos anos através de doações e legados, alguns deles não se encontram reconhecidos. Estes ativos raramente são detidos pela sua capacidade de gerar influxos de caixa e é frequente existirem obstáculos legais para os usar para tais finalidades.

A quantia depreciável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam usufruídos. Regra geral, é utilizado o método das quotas constantes (ou da linha reta), aplicado de forma consistente de período para período, a não ser que ocorra uma alteração no modelo de consumo esperado desses benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

Na transição para o SNC-AP foram mantidas as vidas úteis dos Ativos fixos tangíveis móveis adquiridos até 31/12/2019, sendo que aos edifícios e outras construções foi tido em consideração o CC2, o que implicou ajustamentos nas vidas úteis, nas amortizações e nos subsídios ao investimento.

[Handwritten signatures and initials in blue and black ink]

d) Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos.

Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes a propriedade do ativo. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os Ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

e) Propriedades de investimento

O Município contabiliza como propriedades de investimento os terrenos e edifícios (ou parte deles) detidos para obtenção de rendas ou valorização de capital, sempre que tais ativos, não se integrem nas atividades atribuídas ao Município.

As propriedades de investimento do Município encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

Na transição, foram reclassificadas as Propriedades de investimento que haviam sido reconhecidos noutra classe de ativos de acordo com o POCAL, mas que de acordo com as normas de contabilidade pública atuais pertencem a esta classe de ativos.

f) Investimentos financeiros

Ao abrigo da NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos, o Município utiliza o método da equivalência patrimonial na contabilização dos investimentos financeiros das entidades sobre as quais exerce influência significativa ou controlo.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- (a) Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada;
- (b) Participação em processos de decisão de políticas;

Handwritten notes in blue ink: "7", "2", "4", and "up" with arrows pointing to the right.

- (c) Transações materiais entre o investidor e a participada;
- (d) Intercâmbio de pessoal de gestão; ou
- (e) Prestação de informação técnica essencial.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento financeiro é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada resultante de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados. Tais alterações incluem as provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido. Temos nesta situação a Agroalpiarça, CIRPL e Ar-Águas do Ribatejo, EM, SA.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se relevados ao custo de aquisição.

g) Imparidade de ativos

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistas anualmente para determinar a existência de imparidade. Em caso de existência de tais indícios, o Município procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a existência e extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o justo valor de um ativo menos custos de vender e o valor de uso. O justo valor de um ativo menos custos de vender e o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Uma perda por imparidade é imediatamente reconhecida nos resultados. Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Handwritten signatures and marks in blue and red ink, including a large '7' and various initials.

h) Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inclui o custo de aquisição, bem como as despesas adicionais de compra. O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda dos inventários no decurso normal das operações.

Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados "Perdas por imparidade em inventários" e "Reversões de perdas por imparidade em inventários".

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O método de custeio de saídas adotado pelo Município é o Custo Médio Ponderado.

As quantidades existentes no final do período de relato foram determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagem física.

i) Instrumentos financeiros

O tratamento dos instrumentos financeiros segue o preconizado na NCP 18 – Instrumentos financeiros.

O Município reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja:

- (a) Dinheiro;
- (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade;
- (c) Um direito contratual:
 - (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade;
 - (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja:

- (a) Uma obrigação contratual:
 - (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou
 - (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre

Handwritten signature and initials in blue ink, including a large 'F' and 'L' at the top, and a vertical sequence of numbers '1', '2', '3', '4' on the right side.

quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

j) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como:

(i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou

(ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O Município não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

k) Benefícios dos empregados

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

l) Regime do acréscimo

O Município regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas "Outras contas a receber", "Outras contas a pagar" ou "Diferimentos".

Handwritten signatures and initials in blue ink.

m) Rendimentos

O Município aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação e NCP 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para o Município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Vendas e prestações de serviços

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas, ou outros documentos legais emitidos. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nestas circunstâncias ao regime do acréscimo.

Impostos e taxas

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. Uma entidade deve reconhecer um ativo relativo a impostos quando o acontecimento tributável ocorrer e os critérios de reconhecimento do ativo forem satisfeitos.

Transferências e subsídios correntes e de capital obtidos

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Município cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

A dotação do Orçamento do Estado é atribuída anualmente ao Município em conformidade com a Lei do Orçamento do Estado, sendo o respetivo rendimento reconhecido mensalmente.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e a depreciação e amortização de ativos são diferidos no Balanço, na rubrica de Diferimentos, sendo registados como rendimento do período (rubrica “Transferências e subsídios correntes obtidos”), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Passivo, sendo posteriormente transferidos para Património Líquido, passando a ser reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários ao balanceamento com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

As transferências/subsídios reembolsáveis são contabilizadas como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

n) Partes relacionadas

O Município identifica as entidades relacionadas de acordo com os critérios estabelecidos na NCP 20 – Partes relacionadas, divulgando, quando aplicável, informação acerca das transações existentes.

Neste contexto, são identificadas como partes relacionadas:

- As entidades incluídas no perímetro de consolidação do Município;

o) Enquadramento fiscal

De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 9.º, do Código sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Município goza de isenção parcial de IRC, uma vez que a referida isenção não compreende os rendimentos de capitais, tal como são definidos para efeitos de IRS.

Para efeitos de IVA, o Município, assume-se como sujeito passivo misto.

2.2. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

Especial atenção para evolução da guerra que está a decorrer entre a Rússia e a Ucrânia e também entre Israel e a Palestina.

3. ATIVOS INTANGÍVEIS

No quadro seguinte está demonstrado os montantes dos ativos intangíveis quantia bruta, amortizações acumuladas e a quantia escriturada no ano de 2024:

Rubricas	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	245.505,95	235.760,41	9.745,54
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00

4. ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

Existem dois contratos de concessão de serviços, cujos objetos consistem na Distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Alpiarça e na Gestão e exploração dos sistemas municipais de abastecimento de água para o consumo público e de saneamento de águas residuais

Pela exploração dos serviços de Distribuição de energia elétrica em baixa tensão a entidade EDP/E-Redes paga uma contrapartida trimestral, calculada anualmente de acordo com o DL 230/2008, de 27/11.

Quanto à exploração dos sistemas municipais de abastecimento de água para o consumo público e de saneamento de águas residuais, a entidade AR-Águas do Ribatejo, EM, SA, não tem nenhuma contrapartida financeira.

A 31 de dezembro de 2024 os Acordos de concessão de serviços apresentam os seguintes valores:

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos do concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município do Alpiarça	EDP Distribuição - Energia S.A. / E-Redes	Não se encontram quaisquer ativos de distribuição de energia reconhecidos no património municipal	20 anos (de 01/10/1984 até 30/09/2004), renovado por mais um período (01/10/2004 a 30/09/2024)	Valor da renda apurada anualmente conforme DL 230/2008, de 27/11	5.070.273,61	236.928,09	A calcular com base no Art. 2º do DL 230/2008, de 27/11
Gestão e exploração dos sistemas municipais de abastecimento de água para o consumo público e de saneamento de águas residuais	AR-Águas do Ribatejo, EM, SA	Toda a rede de águas e saneamento está lançado no nosso património como Ativo de concessão	40 anos (de 21/08/2008 a 20/08/2048)	0,00	0,00	0,00	0,00

[Handwritten signatures and initials]

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

No quadro seguinte está demonstrado os montantes dos ativos tangíveis quantia bruta, amortizações acumuladas e a quantia escriturada no ano de 2024:

Rubricas	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imp. acum.	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	42.230.190,16	17.172.844,21	0,00	25.057.345,95
Terrenos e recursos naturais	501.851,47	0,00	0,00	501.851,47
Edifícios e outras construções	948.564,16	197.902,35	0,00	750.661,81
Infraestruturas	19.598.413,54	16.974.941,86	0,00	2.623.471,68
Património histórico, artístico e cultural	20.944.612,75	0,00	0,00	20.944.612,75
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	236.748,24	0,00	0,00	236.748,24
Ativos fixos em concessão	13.809.625,92	10.856.821,86	0,00	2.952.804,06
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	13.809.625,92	10.856.821,86	0,00	2.952.804,06
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	37.841.224,12	12.151.612,70	0,00	25.689.611,42
Terrenos e recursos naturais	7.311.081,65	0,00	0,00	7.311.081,65
Edifícios e outras construções	23.211.686,66	8.236.302,12	0,00	14.975.384,54
Equipamento básico	2.181.215,28	1.398.689,66	0,00	782.525,62
Equipamento de transporte	2.084.711,42	1.729.666,97	0,00	355.044,45
Equipamento administrativo	440.865,27	366.734,29	0,00	74.130,98
Equipamentos biológicos	99.784,01	86.369,00	0,00	13.415,01
Outros	676.189,20	333.850,66	0,00	342.338,54
Ativos fixos tangíveis em curso	1.835.690,63	0,00	0,00	1.835.690,63

6. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2024, o grupo apresenta os seguintes valores relativos a locações operacionais e financeiras:

Bens locados	Valor do contrato	Acompanhamento		
		Pagamentos do período	Pagamentos efetuados	Valor por executar
Locações operacionais	65.767,93 €	29.104,09 €	37.059,73 €	28.708,20 €
Locações financeiras*	94.917,17 €	2.752,89 €	2.752,89 €	92.164,28 €

* Apenas capital

7. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2024, o detalhe da rubrica de financiamento obtido consolidado, decomposto por corrente e não corrente, é o seguinte:

Designação	31-12-2024	31-12-2023
Empréstimos bancários	3.665.520,82	4.305.975,55
Corrente	560.781,79	597.118,51
Não corrente	3.104.739,03	3.708.857,04
Suprimentos - Outros	0,00	0,00
Corrente	0,00	0,00
Não corrente	0,00	0,00
TOTAL	3.665.520,82	4.305.975,55

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2024, o detalhe da rubrica de propriedades de investimento consolidado, é o seguinte:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Adições	Transf. Internas	Depreciações do período	Perdas imparidade	Diminuições	Quantia escriturada final
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	1.937.751,61	245.240,00	0,00	0,00	0,00	-135.444,02	2.047.547,59
Edifícios e outras construções	2.467.567,17	7.000,00	0,00	-63.012,31	0,00	-424.290,15	1.987.264,71
Outras Propriedades de Investimento	0,00	145.722,17	0,00	-845,73	0,00	0,00	144.876,44
Propriedades de Investimento em curso	0,00	225.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	225.000,00

9. IMPARIDADES DE ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2024, o detalhe da rubrica imparidades de ativos, tinha a seguinte composição:

Classes	Quantia bruta	Perdas por imparidades acumuladas	Reversão de imparidades	Quantia recuperável
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	224.713,49	194.258,47	194.258,47	224.713,49
Clientes, contribuintes e utentes	226.591,34	132.060,13	0,00	94.531,21
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	144.927,00	25.843,66	0,00	119.083,34

Apenas com movimentos de imparidades ou reversões

10. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica Inventários tinha a seguinte composição:

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
	-1	-2	-3	-4	-5	-6	-7	-8	(9)=(1)+(2)-(3)-(+4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	26.202,29	181.050,97	186.038,54	0,00	0,00	0,00	3.945,17	2.185,21	19.454,76
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	134.040,38	214.970,80	201.398,77	0,00	25.843,66	0,00	7.943,67	5.258,26	119.083,34
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	18.132,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.132,75
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	178.375,42	396.021,77	387.437,31	0,00	25.843,66	0,00	11.888,84	7.443,47	156.670,85

11. AGRICULTURA

Sem aplicação.

12. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Sem aplicação.

13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2024, os Rendimentos de transações com contraprestação, evidenciava a seguinte composição:

Tipo de transação com contraprestação	30-12-2024	31-12-2023	31-12-2022
	Rendimento do período reconhecido	Rendimento do período reconhecido	Rendimento do período reconhecido
Taxas	47.864,98	57.796,10	55.679,25
Prestações de Serviços	681.903,63	708.517,45	642.223,59
Venda de bens	10.075,73	190.298,75	369.392,10
Juros	36.351,53	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00	0,00
Dividendos ou distribuições similares	1.922,62	0,00	4.928,00
Outros rendimentos	2.800.095,25	282.664,02	704.183,37
TOTAL	3.578.213,74	1.181.480,22	1.720.727,06

14. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2024, os Rendimentos de transações com contraprestação, evidenciava a seguinte composição:

Tipo de transação sem contraprestação	31-12-2024		31-12-2023	
	Rendimento do período reconhecido em		Rendimento do período reconhecido em	
	Resultados	Património Líquido	Resultados	Património Líquido
Impostos diretos	1.246.086,08	0,00	1.245.511,08	0,00
Impostos indiretos	594.928,09	0,00	351.884,37	0,00
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	49,56	0,00	893,85	0,00
Multas e outras penalidades	7.877,74	0,00	12.090,88	0,00
Transferências sem condição	6.224.039,08	954.813,93	5.376.359,35	470.592,00
Transferências com condição	2.493.535,89	0,00	1.610.956,41	0,00
Subsídios sem condição	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios com condição	0,00	0,00	0,00	0,00
Legados, ofertas e doações	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	10.566.516,44	954.813,93	8.597.695,94	470.592,00

15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica Provisões tinha a seguinte composição:

Rubricas (1)	Quantia escriturada Inicial (2)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (11)=(2)+(6)- (10)
		Reforços (3)	Aumentos da quantia descontada (4)	Outros aumentos (5)	Total aumentos (6)=(3)+(4)+(5)	Utilizações (7)	Reversões (8)	Outras diminuições (9)	Total diminuições (10)=(7)+(8)+(9)	
Impostos, contribuições e taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	218.171,49	161.204,88	0,00	0,00	161.204,88	0,00	0,00	0,00	0,00	379.376,37
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total										379.376,37

16. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Sem aplicação.

17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Sem elementos a relatar.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2024, o valor dos Ativos financeiros era o seguinte:

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31.12.2024			31.12.2023		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados	1421.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		1431.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		41. Se MEP	3.454.192,51	0,00	3.454.192,51	3.546.558,34	0,00	3.546.558,34
		Subtotais	3.454.192,51	0,00	3.454.192,51	3.546.558,34	0,00	3.546.558,34
	Devedores p/transf.sub.emp.bonif.							
		201. - Dev. por transf. e sub. não reemb.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		203. - Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ativos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	Cientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00			
		211 - Clientes c/c	87.714,84	0,00	87.714,84	95.209,80	0,00	95.209,80
		213 - Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		214 - Utenes	735,51	0,00	735,51	1.593,11	0,00	1.593,11
		215 - Cobrança duvidosa - 219. Imparidades	295.319,12	289.238,26	6.080,86	123.918,10	117.837,24	6.080,86
		Outros ativos	0,00	0,00	0,00			
		23802 + 23822 - Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		24 - Estado e out.ent.públicos	7.198,85	0,00	7.198,85	0,00	0,00	0,00
		2720+2721 - Dev. por acréscimos	1.308.682,56	0,00	1.308.682,56	1.206.304,28	0,00	1.206.304,28
		228+ 2713 - Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		27891 - Devedores diversos (+) 2772 - Garantias entregues a terceiros (-) 2791 Perdas p/ imparidades	8.733,30	0,00	8.733,30	8.335,22	0,00	8.335,22
		11.+12.+13.14 - Outros ativos financeiros	4.468.079,50	0,00	4.468.079,50	1.207.671,37	0,00	1.207.671,37
		41 Participações financeiras	200.067,50	0,00	200.067,50	200.067,50	0,00	200.067,50
		Subtotais	6.376.531,18	289.238,26	6.087.292,92	2.843.099,38	117.837,24	2.725.262,14
	Instrumentos de património líquido mensurados ao custo							
		...						
		Subtotais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Totais		9.830.723,69	289.238,26	9.541.485,43	6.389.657,72	117.837,24	6.271.820,48

Nota: Neste mapa foi agregado os ativos do Município de Alpiarça (Prestação de contas individual) com os valores da prestação de contas da Agroalpiarça (ponto 13), sendo eliminados os valores entre entidades

PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2024, o valor dos Passivos financeiros era o seguinte:

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros			31.12.2024			31.12.2023		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	Credores p/transf.sub.emp.bonif.						
		202 - Cred. por transf. e sub. não reemb.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		204 - Cred. por emp.bon.e sub. reembolsáveis	224.713,49	0,00	224.713,49	290.851,29	0,00	290.851,29
		22 Fornecedores	50.204,25	0,00	50.204,25	397.173,05	305.943,03	91.230,02
		Outros passivos			0,00			
		23 - Pessoal (salos credores)	232,47	0,00	232,47	0,00	0,00	0,00
		24 - Estado e out.ent.públicos	89.983,50	0,00	89.983,50	114.746,97	0,00	114.746,97
		271 - Fornecedores de investimentos	8.262,59	0,00	8.262,59	9.120,36	0,00	9.120,36
		2722 - Cred. por acréscimos	802.091,66	0,00	802.091,66	824.117,24	0,00	824.117,24
		218 - Adiantamentos de clientes	6.500,00	0,00	6.500,00	6.500,00	0,00	6.500,00
		276.+277.+ 2785.27892 - Credores diversos	129.425,41	0,00	129.425,41	92.940,08	0,00	92.940,08
		25 Financiamentos obtidos	3.740.451,84		3.740.451,84	3.784.102,14	0,00	3.784.102,14
		Subtotais	5.051.865,21	0,00	5.051.865,21	5.519.551,13	305.943,03	5.213.608,10
	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	...	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		...	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Subtotais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade	...	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		...	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Subtotais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Totais		5.051.865,21	0,00	5.051.865,21	5.519.551,13	305.943,03	5.213.608,10

19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O grupo no final de 2024 tinha ao seu serviço 208 colaboradores, com um custo, conforme se discrimina:

	2024	2023	2022
Número médio de trabalhadores	208	202	193
Total de trabalhadores no Município	208	196	186
Total de trabalhadores na Agroalpiarça, CIRPL	0	6	7
Gastos com pessoal	4.854.565,38	4.496.308,76	3.952.822,10
Município de Alpiarça	4.839.806,88	4.301.369,75	3.779.700,53
Agroalpiarça, CIRPL	14.758,50	194.939,01	173.121,57

20. DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

DIVULGAÇÃO DE CONTROLO

O Município de Alpiarça tem uma entidade controlada, Agroalpiarça Produção Agrícola, CIRPL, detendo uma participação de 99,87%.

A cooperativa em 2024 apresentou um resultado líquido negativo de 21.177,07€.

O exercício relativo ao ano de 2024 foi conduzido em continuidade dos procedimentos decorrentes da deliberação aprovada em Assembleia Municipal, realizada em 27 de julho de 2023, nomeadamente no ponto 5 da respetiva ordem de trabalhos, referente à “Proposta de liquidação da Agroalpiarça – Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada”.

A referida proposta veio a ser igualmente aprovada em Assembleia Geral da Cooperativa, realizada em 21 de agosto de 2023, nos termos legais e estatutários aplicáveis.

Subsequentemente, em Assembleia Geral da Cooperativa datada de 29 de dezembro de 2023, foi formalmente comunicada a dissolução e colocação em liquidação da entidade, tendo sido apresentados e aprovados os valores apurados, bem como o plano de dissolução e liquidação do ativo e do passivo, nos termos do regime jurídico aplicável às cooperativas de interesse público.

Acresce ainda informar que a entidade apresentou a dissolução à data de 16/07/2024, a qual deverá proceder ao encerramento da liquidação como limite até 2 anos após essa data.

21. RELATO POR SEGMENTOS

Sem aplicação.

22. INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A 31 de dezembro de 2024, o valor dos Investimentos financeiros contabilizados pela aplicação do método da equivalência patrimonial era o seguinte:

Entidades / Fundos			Participação no final do exercício				Obs.
Denominação	Natureza da entidade	NIPC	Valor subscrito	Data subscrição	%	Valor contabilizado a 31/12/2024	
AR-Águas do Ribatejo, E.M., S.A.	Societária	508345464	742.268,00	13-12-2007	5,40	3.453.140,43	
Agro alpiarça Produção Agrícola, CIPRL	Não societária	502000066	149.805,00	12-04-1988	99,87	0,00	

Os restantes Investimentos financeiros detalham-se a seguir:

Entidades / Fundos			Participação no final do exercício				Obs.
Denominação	Natureza da entidade	NIPC	Valor subscrito	Data subscrição	%	Valor contabilizado a 31/12/2024	
Tagusgás Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	Societária	503956538	1.505,00	08-04-2004	0,01	1.505,00	
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Societária	513319182	198.562,50	07-04-2005	0,05	198.562,50	

Participações em Entidade Não Societárias:

Entidade participada		Natureza	CAE	Capital Estatutário	Contribuição			Obs.
					em 2024	Forma de Realização		
Denominação	NIPC					Meios Monetários	Em espécie	
1	2	3	4	5	6	7	8	9
AMPV	508038430	AMFE	94110	-	1.000,00	1.000,00	0,00	Quota
AMVT	514203846	AMFE	84130	-	3.711,00	3.711,00	0,00	Quota
ANMP	501627413	AM	91333	-	4.991,77	4.991,77	0,00	Quota
CIMLT	508787033	CIM	91333	2.657.079,90	49.860,00	49.860,00	0,00	Quota
APMCH	502131047	AMFE	91331	-	357,00	357,00	0,00	Quota
Resiurb	504876864	AM	94110	8.018.615,49	5.452,81	5.452,81	0,00	Quota

AMFE - Associação Municipal com Fins específicos

AM - Associação Municipal

CIM- Comunidade Intermunicipal

Outras informações

O balanço consolidado evidencia a posição financeira do grupo constituído pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, permitindo conhecer a natureza e o valor dos bens e direitos que constituem o respetivo ativo, bem como o montante das obrigações existentes à data de 31 de dezembro de 2024 e que constituem o passivo do grupo. As diferenças entre aqueles dois agregados representam os fundos próprios do grupo naquela data.

A demonstração de resultados pretende evidenciar a decomposição do resultado líquido do período, isto é, da respetiva análise podemos obter informação sobre a importância assumida por cada um dos componentes do resultado líquido na formação do mesmo.

O resultado líquido consolidado, em 2024, traduziu-se num resultado positivo de 1.213.110,23€ (Entidade consolidante – 1.213.137,76€ e Interesses que não controlam – (-27,53€)).

Como já referido anteriormente a cooperativa entrou em 2023 em processo de dissolução e liquidação, tendo apresentado a sua dissolução à data de 16/07/2024, a qual deverá proceder ao encerramento da liquidação como limite até 2 anos após essa data.

Demonstração consolidada do desempenho orçamental

Como já referido anteriormente e em conformidade com a faq.18 da Comissão de Normalização Contabilística, *“As demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras terão de facto perímetros diferentes. Não obstante não se tratará de duas prestações de contas consolidadas diferentes, mas sim de mapas distintos na mesma prestação de contas consolidada. Assim sendo, aquando da apresentação da prestação de contas consolidadas os Municípios, por exemplo, apresentarão os mapas orçamentais com o perímetro orçamental, que no limite poderá corresponder apenas à entidade consolidante, e os mapas financeiros com o perímetro de controlo.”*, o que no caso do Município de Alpiarça irá acontecer, isto é, irá apresentar a consolidação orçamental apresentando apenas com os seus mapas.

DDORC
Demonstração do Desempenho Orçamental

≠ ly
PV
24



Município de Alpiarça								
Demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2024								Valores em €
RUBRICA RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)	
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL		
Saldo da gerência anterior	1.063.830,37	0,00	227,52	9,54	88.532,00	1.152.599,43	1.610.312,87	
Operações Orçamentais [1]	1.063.830,37	0,00	227,52	9,54	0,00	1.064.067,43	1.473.157,04	
Devolução do saldo oper. Orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	88.532,00	88.532,00	137.155,83	
Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita corrente	9.355.943,94	0,00	67.193,72	0,00	0,00	9.423.137,66	8.224.019,67	
R1 Receita Fiscal	1.882.863,93	0,00	0,00	0,00	0,00	1.882.863,93	1.744.684,47	
R1.1 Impostos diretos	1.882.863,93	0,00	0,00	0,00	0,00	1.882.863,93	1.744.684,47	
R1.2 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R3 Taxas, multas e outras penalidades	56.370,85	0,00	0,00	0,00	0,00	56.370,85	71.227,68	
R4 Rendimentos de propriedade	643.505,97	0,00	0,00	0,00	0,00	643.505,97	396.754,55	
R5 Transferências e subsídios correntes	6.104.346,60	0,00	67.193,72	0,00	0,00	6.171.540,32	5.388.209,74	
R5.1 Transferências correntes	6.104.346,60	0,00	67.193,72	0,00	0,00	6.171.540,32	5.388.209,74	
R5.1.1 Administrações Públicas	6.104.346,60	0,00	67.193,72	0,00	0,00	6.171.540,32	5.388.209,74	
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	6.104.346,60	0,00	67.193,72	0,00	0,00	6.171.540,32	5.388.209,74	
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R6 Venda de bens e serviços	549.251,87	0,00	0,00	0,00	0,00	549.251,87	587.805,10	
R7 Outras receitas correntes	119.604,72	0,00	0,00	0,00	0,00	119.604,72	35.338,13	
Receita de capital	4.874.796,52	0,00	1.174.708,39	0,00	0,00	6.049.504,91	2.555.595,37	
R8 Venda de bens de investimento	2.569.786,89	0,00	0,00	0,00	0,00	2.569.786,89	29.330,00	
R9 Transferências e subsídios de capital	2.305.009,63	0,00	1.174.708,39	0,00	0,00	3.479.718,02	2.526.265,37	
R9.1 Transferências de capital	2.305.009,63	0,00	1.174.708,39	0,00	0,00	3.479.718,02	2.526.265,37	
R9.1.1 Administrações Públicas	2.305.009,63	0,00	1.174.708,39	0,00	0,00	3.479.718,02	2.526.265,37	
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	2.305.009,63	0,00	1.174.708,39	0,00	0,00	3.479.718,02	2.526.265,37	
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R10 Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	172,20	0,00	0,00	0,00	0,00	172,20	0,00	
Receita efetiva [2]	14.230.912,66	0,00	1.241.902,11	0,00	0,00	15.472.814,77	10.779.615,04	
Receita não efetiva [3]	196.181,09	0,00	0,00	0,00	0,00	196.181,09	276.843,44	
R12 Receita com ativos financeiros	196.181,09	0,00	0,00	0,00	0,00	196.181,09	0,00	
R13 Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	276.843,44	
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	15.490.924,12	0,00	1.242.129,63	9,54	0,00	16.733.063,29	12.529.615,52	
Operações de tesouraria [B]	0,00	0,00	0,00	0,00	84.654,77	84.654,77	25.181,06	

Município de Alpiarça

Demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2024

Valores em €

RUBRICA PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Despesa corrente	8.619.084,61	0,00	0,00	0,00	0,00	8.619.084,61	7.751.911,44
D1 Despesas com o pessoal	4.856.224,88	0,00	0,00	0,00	0,00	4.856.224,88	4.271.705,75
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	3.631.858,46	0,00	0,00	0,00	0,00	3.631.858,46	3.113.996,40
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	264.414,40	0,00	0,00	0,00	0,00	264.414,40	201.516,69
D1.3 Segurança Social	959.952,02	0,00	0,00	0,00	0,00	959.952,02	956.192,66
D2 Aquisição de bens e serviços	3.014.421,01	0,00	0,00	0,00	0,00	3.014.421,01	2.427.076,17
D3 Juros e outros encargos	184.411,90	0,00	0,00	0,00	0,00	184.411,90	168.800,78
D4 Transferências e subsídios correntes	479.103,44	0,00	0,00	0,00	0,00	479.103,44	830.780,69
D4.1 Transferências correntes	479.103,44	0,00	0,00	0,00	0,00	479.103,44	830.780,69
D4.1.1 Administrações Públicas	192.952,71	0,00	0,00	0,00	0,00	192.952,71	143.334,84
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5 Administração Local	192.952,71	0,00	0,00	0,00	0,00	192.952,71	143.334,84
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	102.298,48	0,00	0,00	0,00	0,00	102.298,48	515.113,14
D4.1.3 Famílias	183.852,25	0,00	0,00	0,00	0,00	183.852,25	172.332,71
D4.1.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5 Outras despesas correntes	84.923,38	0,00	0,00	0,00	0,00	84.923,38	53.548,05
Despesa de capital	2.566.490,35	0,00	593.501,74	0,00	0,00	3.159.992,09	3.076.227,32
D6 Aquisição de bens de capital	2.566.490,35	0,00	593.501,74	0,00	0,00	3.159.992,09	3.041.871,89
D7 Transferência e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.355,43
D7.1 Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.355,43
D7.1.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.373,60
D7.1.3 Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.981,83
D7.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8 Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa efetiva [5]	11.185.574,96	0,00	593.501,74	0,00	0,00	11.779.076,70	10.828.138,76
Despesa não efetiva [6]	623.833,96	0,00	0,00	0,00	0,00	623.833,96	637.409,33
D9 Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10 Despesa com passivos financeiros	623.833,96	0,00	0,00	0,00	0,00	623.833,96	637.409,33
Soma [7]=[5]+[6]	11.809.408,92	0,00	593.501,74	0,00	0,00	12.402.910,66	11.465.548,09
Operações de tesouraria [C]	0,00	0,00	0,00	0,00	52.344,71	52.344,71	73.804,89
Saldo para a gestão seguinte	3.681.515,20	0,00	648.627,89	9,54	120.842,06	4.450.994,69	1.152.599,43
Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	3.681.515,20	0,00	648.627,89	9,54	0,00	4.330.152,63	1.064.067,43
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	0,00	0,00	0,00	0,00	120.842,06	120.842,06	88.532,00
Saldo global [2] - [5]	3.045.337,70	0,00	648.400,37	0,00	0,00	3.693.738,07	-48.523,72
Despesa primária	11.001.163,06	0,00	593.501,74	0,00	0,00	11.594.664,80	10.659.337,98
Saldo corrente	736.859,33	0,00	67.193,72	0,00	0,00	804.053,05	472.108,23
Saldo de capital	2.308.306,17	0,00	581.206,65	0,00	0,00	2.889.512,82	-520.631,95
Saldo primário	3.229.749,60	0,00	648.400,37	0,00	0,00	3.878.149,97	120.277,06
Receita total [1] + [2] + [3]	15.490.924,12	0,00	1.242.129,63	9,54	0,00	16.733.063,29	12.529.615,52
Despesa total [5] + [6]	11.809.408,92	0,00	593.501,74	0,00	0,00	12.402.910,66	11.465.548,09

Demonstração da Execução Orçamental da Despesa

DODES

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Município de Alpiarça

Ano: 2024

(designação da autarquia local)

Euros

Classif. Económica Despesa		Despesas por pagar period. anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
Código	Designação						Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
Despesa corrente													
01	Despesas com o pessoal	107.831,84	5.117.773,63	0,00	4.977.940,65	4.934.483,22	107.831,84	4.748.393,04	4.856.224,88	43.457,43	78.258,34	2,107	92,782
0101	Remunerações certas e permanentes	43.356,87	3.804.908,52	0,00	3.688.256,40	3.668.820,47	43.356,87	3.588.501,59	3.631.858,46	19.435,93	36.962,01	1,139	94,312
010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	2.861,38	93.147,26	0,00	92.862,38	92.548,67	2.861,38	87.687,74	90.549,12	313,71	1.999,55	3,072	94,139
010104	Pessoal quadros-Regime contrato indiv. trabalho	33.930,78	2.435.392,18	0,00	2.339.602,13	2.329.349,95	33.930,78	2.269.157,03	2.303.087,81	10.252,18	26.262,14	1,393	93,174
01010401	Pessoal em funções	30.506,29	2.305.511,56	0,00	2.246.919,74	2.246.919,74	30.506,29	2.191.609,42	2.222.115,71	0,00	24.804,03	1,323	95,060
01010402	Alterações obrig. de posicionamento remuneratório	325,55	47.755,92	0,00	10.557,69	325,55	325,55	0,00	325,55	10.232,14	0,00	0,682	0,000
01010404	Recrutamento pessoal p/ novos postos de trabalho	3.098,94	82.124,70	0,00	82.124,70	82.104,66	3.098,94	77.547,61	80.646,55	20,04	1.458,11	3,773	94,427
010106	Pessoal contratado a termo	0,00	30.670,32	0,00	30.634,00	30.399,64	0,00	29.370,23	29.370,23	234,36	1.029,41	0,000	95,761
01010601	Pessoal em funções	0,00	6.810,00	0,00	6.809,00	6.574,64	0,00	6.467,24	6.467,24	234,36	107,40	0,000	94,967
01010604	Recrutamento pessoal p/ novos postos de trabalho	0,00	23.860,32	0,00	23.825,00	23.825,00	0,00	22.902,99	22.902,99	0,00	922,01	0,000	95,988
010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	541,67	79.890,00	0,00	67.081,39	67.079,16	541,67	65.775,58	66.317,25	2,23	761,91	0,678	82,333
010108	Pessoal aguardando aposentação	0,00	4.680,00	0,00	2.851,00	1.988,59	0,00	1.988,59	1.988,59	862,41	0,00	0,000	42,491
010109	Pessoal em qualquer outra situação	3.441,65	275.882,21	0,00	275.812,21	274.573,72	3.441,65	265.816,93	269.258,58	1.238,49	5.315,14	1,248	96,352
01010901	Pessoal requisitado	0,00	70,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
01010903	Pessoal outras situações	3.441,65	275.812,21	0,00	275.812,21	274.573,72	3.441,65	265.816,93	269.258,58	1.238,49	5.315,14	1,248	96,376
010111	Representação	705,85	24.480,36	0,00	24.479,85	24.222,20	705,85	22.971,44	23.677,29	257,65	544,91	2,883	93,836
010113	Subsidio de refeição	0,00	263.334,00	0,00	262.571,00	256.746,00	0,00	256.746,00	256.746,00	5.825,00	0,00	0,000	97,498
01011301	Pessoal dos quadros	0,00	244.002,00	0,00	244.001,00	238.854,00	0,00	238.854,00	238.854,00	5.147,00	0,00	0,000	97,890
01011302	Pessoal em qualquer outra situação	0,00	14.778,00	0,00	14.778,00	14.100,00	0,00	14.100,00	14.100,00	678,00	0,00	0,000	95,412
01011303	Membros dos órgãos autárquicos	0,00	4.554,00	0,00	3.792,00	3.792,00	0,00	3.792,00	3.792,00	0,00	0,00	0,000	83,267
010114	Subsidio de férias e de Natal	588,13	494.562,19	0,00	489.493,03	489.053,13	588,13	487.852,84	488.440,97	439,90	612,16	0,119	98,643
01011401	Pessoal dos quadros	588,13	418.638,20	0,00	413.569,13	413.560,15	588,13	412.359,86	412.947,99	8,98	612,16	0,140	98,500
01011402	Pessoal em qualquer outra situação	0,00	75.923,99	0,00	75.923,90	75.492,98	0,00	75.492,98	75.492,98	430,92	0,00	0,000	99,432
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	1.287,41	102.870,00	0,00	102.869,41	102.859,41	1.287,41	101.135,21	102.422,62	10,00	436,79	1,251	98,314
0102	Abonos variáveis ou eventuais	2.687,49	283.755,00	0,00	274.778,04	266.632,61	2.687,49	261.726,91	264.414,40	8.145,43	2.218,21	0,947	92,237
010202	Horas extraordinárias	875,92	128.000,00	0,00	127.999,92	127.675,43	875,92	125.763,72	126.639,64	324,49	1.035,79	0,684	98,253
010203	Alimentação e alojamento	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
010204	Ajudas de custo	0,00	9.800,00	0,00	8.096,20	7.908,73	0,00	7.908,73	7.908,73	187,47	0,00	0,000	80,701
010205	Abono para falhas	7,07	7.762,32	0,00	7.762,27	7.752,50	7,07	7.733,86	7.740,93	9,77	11,57	0,091	99,633
010210	Subsidio de trabalho nocturno	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
010211	Subsidio de turno	1.347,58	82.822,44	0,00	82.348,58	76.617,65	1.347,58	74.564,29	75.911,87	5.730,93	705,78	1,627	90,029
010212	Indemnizações por cessação de funções	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
010213	Outros suplementos e prémios	456,92	53.770,24	0,00	48.571,07	46.678,30	456,92	45.756,31	46.213,23	1.892,77	465,07	0,850	85,096
01021302	Outros	456,92	53.770,24	0,00	48.571,07	46.678,30	456,92	45.756,31	46.213,23	1.892,77	465,07	0,850	85,096
0103	Segurança social	61.787,48	1.029.110,11	0,00	1.014.906,21	999.030,14	61.787,48	898.164,54	959.952,02	15.876,07	39.078,12	6,004	87,276
010301	Encargos com a saúde	7.612,63	47.370,00	0,00	47.360,35	34.292,81	7.612,63	26.680,18	34.292,81	13.067,54	0,00	16,071	56,323

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Município de Alpiarça

Ano: 2024

(designação da autarquia local)

Euros

Classif. Económica Despesa		Despesas por pagar period. anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
Código	Designação						Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
Despesa corrente													
010303	Subsídio familiar a criança e jovens	0,00	12.225,16	0,00	12.225,10	11.367,75	0,00	11.367,75	11.367,75	857,35	0,00	0,000	92,987
010304	Outras prestações familiares	0,00	5.853,24	0,00	4.801,00	4.035,65	0,00	4.035,65	4.035,65	765,35	0,00	0,000	68,947
010305	Contribuições para a segurança social	54.174,85	892.401,71	0,00	889.878,71	888.692,88	54.174,85	795.439,91	849.614,76	1.185,83	39.078,12	6,071	89,135
01030502	Segurança social dos funcionários públicos	52.000,93	857.982,28	0,00	855.459,28	854.471,01	52.000,93	765.641,98	817.642,91	988,27	36.828,10	6,061	89,238
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	21.694,70	340.552,73	0,00	338.029,73	337.838,97	21.694,70	316.144,27	337.838,97	190,76	0,00	6,370	92,833
0103050202	Regime Geral	30.306,23	517.429,55	0,00	517.429,55	516.632,04	30.306,23	449.497,71	479.803,94	797,51	36.828,10	5,857	86,871
01030503	Segurança social-Regime geral	2.173,92	34.419,43	0,00	34.419,43	34.221,87	2.173,92	29.797,93	31.971,85	197,56	2.250,02	6,316	86,573
010309	Seguros	0,00	71.260,00	0,00	60.641,05	60.641,05	0,00	60.641,05	60.641,05	0,00	0,00	0,000	85,098
01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	0,00	71.260,00	0,00	60.641,05	60.641,05	0,00	60.641,05	60.641,05	0,00	0,00	0,000	85,098
02	Aquisição de bens e serviços	36.062,29	3.442.667,00	0,00	3.343.245,76	3.025.561,67	35.881,28	2.978.539,73	3.014.421,01	317.684,09	11.140,66	1,042	86,518
0201	Aquisição de bens	13.164,13	1.099.215,00	0,00	1.074.171,66	974.871,82	13.164,13	961.279,55	974.443,68	99.299,84	428,14	1,198	87,451
020101	Matérias-primas e subsidiárias	0,00	25.570,00	0,00	25.078,16	18.029,37	0,00	18.029,37	18.029,37	7.048,79	0,00	0,000	70,510
020102	Combustíveis e lubrificantes	218,01	249.795,00	0,00	249.208,86	223.490,93	218,01	223.272,92	223.490,93	25.717,93	0,00	0,087	89,382
02010201	Gasolina	0,00	12.185,00	0,00	11.941,95	7.292,14	0,00	7.292,14	7.292,14	4.649,81	0,00	0,000	59,845
02010202	Gasóleo	0,00	152.960,00	0,00	152.955,10	151.075,43	0,00	151.075,43	151.075,43	1.879,67	0,00	0,000	98,768
02010299	Outros	218,01	84.650,00	0,00	84.311,81	65.123,36	218,01	64.905,35	65.123,36	19.188,45	0,00	0,258	76,675
020103	Munições, explosivos e artificios	0,00	730,00	0,00	435,00	435,00	0,00	435,00	435,00	0,00	0,00	0,000	59,589
020104	Limpeza e higiene	703,74	75.500,00	0,00	74.762,57	71.360,19	703,74	70.656,45	71.360,19	3.402,38	0,00	0,932	93,585
020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	30,00	313.330,00	0,00	308.690,73	293.545,22	30,00	293.515,22	293.545,22	15.145,51	0,00	0,010	93,676
020106	Alimentação-Generos para confeccionar	0,00	3.800,00	0,00	1.667,01	1.652,00	0,00	1.652,00	1.652,00	15,01	0,00	0,000	43,474
020107	Vestuário e artigos pessoais	0,00	11.470,00	0,00	11.363,08	10.911,34	0,00	10.911,34	10.911,34	451,74	0,00	0,000	95,129
020108	Material de escritório	735,93	28.200,00	0,00	26.707,05	20.794,97	735,93	20.059,04	20.794,97	5.912,08	0,00	2,610	71,131
020109	Produtos químicos e farmaceuticos	182,82	5.050,00	0,00	4.998,00	4.817,18	182,82	4.634,36	4.817,18	180,82	0,00	3,620	91,770
020111	Material de consumo clínico	305,28	8.900,00	0,00	8.834,10	7.506,47	305,28	7.201,19	7.506,47	1.327,63	0,00	3,430	80,912
020112	Material de transporte-Peças	204,61	39.000,00	0,00	37.509,00	32.739,13	204,61	32.534,52	32.739,13	4.769,87	0,00	0,525	83,422
020114	Outro material-Peças	214,02	30.280,00	0,00	29.448,84	25.530,99	214,02	25.316,97	25.530,99	3.917,85	0,00	0,707	83,610
020115	Premios, condecorações e ofertas	981,20	42.755,00	0,00	41.105,91	40.135,44	981,20	39.154,24	40.135,44	970,47	0,00	2,295	91,578
020116	Mercadorias para venda	0,00	5.240,00	0,00	4.884,76	4.776,03	0,00	4.776,03	4.776,03	108,73	0,00	0,000	91,146
02011603	Outras	0,00	5.240,00	0,00	4.884,76	4.776,03	0,00	4.776,03	4.776,03	108,73	0,00	0,000	91,146
020117	Ferramentas e utensilios	189,16	19.300,00	0,00	19.230,41	16.228,22	189,16	15.741,40	15.930,56	3.002,19	297,66	0,980	81,562
020118	Livros e documentação técnica	24,00	600,00	0,00	101,49	101,49	24,00	77,49	101,49	0,00	0,00	4,000	12,915
020119	Artigos honoríficos e de decoração	0,00	1.000,00	0,00	881,19	788,69	0,00	788,69	788,69	92,50	0,00	0,000	78,869
020120	Material de educação, cultura e recreio	506,76	3.000,00	0,00	2.823,92	2.384,61	506,76	1.877,85	2.384,61	439,31	0,00	16,892	62,595
020121	Outros bens	8.868,60	235.695,00	0,00	226.441,58	199.644,55	8.868,60	190.645,47	199.514,07	26.797,03	130,48	3,763	80,887
0202	Aquisição de serviços	22.898,16	2.343.452,00	0,00	2.269.074,10	2.050.689,85	22.717,15	2.017.260,18	2.039.977,33	218.384,25	10.712,52	0,969	86,081
020201	Encargos das instalações	2.849,84	564.980,00	0,00	564.787,68	506.974,00	2.849,84	504.124,16	506.974,00	57.813,68	0,00	0,504	89,229

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Município de Alpiarça

Ano: 2024

(designação da autarquia local)

Euros

Classif. Económica Despesa		Despesas por pagar period. anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
Código	Designação						Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
Despesa corrente													
020202	Limpeza e higiene	600,00	28.830,00	0,00	28.826,54	24.022,84	600,00	22.822,84	23.422,84	4.803,70	600,00	2,081	79,164
020203	Conservação de bens	365,37	98.000,00	0,00	96.735,43	61.912,68	365,37	61.539,26	61.904,63	34.822,75	8,05	0,373	62,795
020204	Locação de edifícios	0,00	8.790,00	0,00	8.781,60	8.781,60	0,00	8.781,60	8.781,60	0,00	0,00	0,000	99,904
020208	Locação de outros bens	0,00	46.650,00	0,00	45.309,67	44.898,62	0,00	40.289,81	40.289,81	411,05	4.608,81	0,000	86,366
020209	Comunicações	0,00	38.750,00	0,00	38.747,22	30.851,13	0,00	30.851,13	30.851,13	7.896,09	0,00	0,000	79,616
020210	Transportes	638,90	5.590,00	0,00	5.075,39	5.075,39	638,90	4.436,49	5.075,39	0,00	0,00	11,429	79,365
020212	Seguros	0,00	72.450,00	0,00	61.507,57	61.507,57	0,00	61.507,57	61.507,57	0,00	0,00	0,000	84,897
020213	Deslocações e estadas	1.776,32	13.150,00	0,00	12.589,37	11.779,09	1.776,32	10.002,77	11.779,09	810,28	0,00	13,508	76,067
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	1.952,00	135.370,00	0,00	135.352,90	110.978,20	1.952,00	108.550,20	110.502,20	24.374,70	476,00	1,442	80,188
020215	Formação	464,50	17.000,00	0,00	16.102,44	10.036,56	464,50	9.572,06	10.036,56	6.065,88	0,00	2,732	56,306
020217	Publicidade	152,52	75.040,00	0,00	72.111,17	63.252,58	152,52	63.100,06	63.252,58	8.858,59	0,00	0,203	84,089
020218	Vigilância e segurança	0,00	59.460,00	0,00	54.558,06	48.797,36	0,00	48.797,36	48.797,36	5.760,70	0,00	0,000	82,068
020219	Assistência técnica	497,56	54.650,00	0,00	54.648,73	51.955,22	497,56	51.457,66	51.955,22	2.693,51	0,00	0,910	94,159
020220	Outros trabalhos especializados	1.580,34	154.360,00	0,00	154.244,20	119.963,33	1.580,34	118.190,74	119.771,08	34.280,87	192,25	1,024	76,568
020224	Encargos de cobrança de receitas	0,00	41.700,00	0,00	41.659,98	41.432,58	0,00	41.432,58	41.432,58	227,40	0,00	0,000	99,359
020225	Outros serviços	12.020,81	928.682,00	0,00	878.036,15	848.471,10	11.839,80	831.803,89	843.643,69	29.565,05	4.827,41	1,275	89,568
03	Juros e outros encargos	19.202,95	229.518,00	0,00	215.907,80	203.614,85	0,00	184.411,90	184.411,90	12.292,95	19.202,95	0,000	80,347
0301	Juros da dívida pública	0,00	207.718,00	0,00	195.918,37	184.097,72	0,00	184.097,72	184.097,72	11.820,65	0,00	0,000	88,629
030103	Socied.financ.-Bancos e outras instt. financeiras	0,00	207.718,00	0,00	195.918,37	184.097,72	0,00	184.097,72	184.097,72	11.820,65	0,00	0,000	88,629
03010301	Empréstimos de curto prazo	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	0,00	207.618,00	0,00	195.918,37	184.097,72	0,00	184.097,72	184.097,72	11.820,65	0,00	0,000	88,671
0303	Juros de locação financeira	0,00	790,00	0,00	779,30	313,35	0,00	313,35	313,35	465,95	0,00	0,000	39,665
030305	Material de transporte	0,00	780,00	0,00	779,30	313,35	0,00	313,35	313,35	465,95	0,00	0,000	40,173
030307	Maquinaria e equipamento	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0305	Outros juros	19.202,95	21.010,00	0,00	19.210,13	19.203,78	0,00	0,83	0,83	6,35	19.202,95	0,000	0,004
030502	Outros	19.202,95	21.010,00	0,00	19.210,13	19.203,78	0,00	0,83	0,83	6,35	19.202,95	0,000	0,004
04	Transferências correntes	2.700,00	504.460,37	0,00	494.628,83	479.103,44	2.500,00	476.603,44	479.103,44	15.525,39	0,00	0,496	94,478
0405	Administração local	0,00	193.209,37	0,00	192.953,71	192.952,71	0,00	192.952,71	192.952,71	1,00	0,00	0,000	99,867
040501	Continente	0,00	193.209,37	0,00	192.953,71	192.952,71	0,00	192.952,71	192.952,71	1,00	0,00	0,000	99,867
04050102	Freguesias	0,00	14.210,00	0,00	14.201,00	14.200,00	0,00	14.200,00	14.200,00	1,00	0,00	0,000	99,930
04050104	Associações de municípios	0,00	125.150,00	0,00	125.146,63	125.146,63	0,00	125.146,63	125.146,63	0,00	0,00	0,000	99,997
04050108	Outros	0,00	53.849,37	0,00	53.606,08	53.606,08	0,00	53.606,08	53.606,08	0,00	0,00	0,000	99,548
0407	Instituições sem fins lucrativos	0,00	111.355,00	0,00	109.626,98	102.298,48	0,00	102.298,48	102.298,48	7.328,50	0,00	0,000	91,867
040701	Instituições sem fins lucrativos	0,00	111.355,00	0,00	109.626,98	102.298,48	0,00	102.298,48	102.298,48	7.328,50	0,00	0,000	91,867
0408	Famílias	2.700,00	199.896,00	0,00	192.048,14	183.852,25	2.500,00	181.352,25	183.852,25	8.195,89	0,00	1,251	90,723
040802	Outras	2.700,00	199.896,00	0,00	192.048,14	183.852,25	2.500,00	181.352,25	183.852,25	8.195,89	0,00	1,251	90,723

[Handwritten signature and initials]

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Ano: 2024

Município de Alpiarça

(designação da autarquia local)

Euros

Classif. Económica Despesa		Despesas por pagar period. anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
Código	Designação						Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período
Despesa corrente													
05	Subsídios	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
050101	Públicas	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
05010102	Outras	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
06	Outras despesas correntes	120,00	101.930,00	0,00	92.712,23	84.923,38	120,00	84.803,38	84.923,38	7.788,85	0,00	0,118	83,198
0602	Diversas	120,00	101.930,00	0,00	92.712,23	84.923,38	120,00	84.803,38	84.923,38	7.788,85	0,00	0,118	83,198
060203	Outras	120,00	101.930,00	0,00	92.712,23	84.923,38	120,00	84.803,38	84.923,38	7.788,85	0,00	0,118	83,198
06020302	IVA pago	0,00	29.850,00	0,00	27.995,63	27.720,39	0,00	27.720,39	27.720,39	275,24	0,00	0,000	92,866
06020304	Serviços bancários	0,00	8.000,00	0,00	6.484,08	2.657,14	0,00	2.657,14	2.657,14	3.826,94	0,00	0,000	33,214
06020305	Outras	120,00	64.080,00	0,00	58.232,52	54.545,85	120,00	54.425,85	54.545,85	3.686,67	0,00	0,187	84,934
Despesa de capital													
07	Aquisição de bens de capital	6.526,84	8.057.536,87	0,00	4.100.795,86	3.159.992,09	6.526,84	3.153.465,25	3.159.992,09	940.803,77	0,00	0,081	39,137
0701	Investimentos	6.526,84	7.995.746,87	0,00	4.062.426,97	3.133.495,20	6.526,84	3.126.968,36	3.133.495,20	928.931,77	0,00	0,082	39,108
070101	Terrenos	0,00	247.240,00	0,00	245.240,00	245.240,00	0,00	245.240,00	245.240,00	0,00	0,00	0,000	99,191
070102	Habitacões	0,00	3.757.566,74	0,00	237.044,22	232.000,00	0,00	232.000,00	232.000,00	5.044,22	0,00	0,000	6,174
07010202	Aquisição	0,00	2.563.000,00	0,00	232.000,00	232.000,00	0,00	232.000,00	232.000,00	0,00	0,00	0,000	9,052
07010203	Reparação e beneficiação	0,00	1.194.566,74	0,00	5.044,22	0,00	0,00	0,00	0,00	5.044,22	0,00	0,000	0,000
070103	Edifícios	0,00	2.761.185,64	0,00	2.553.566,93	1.894.743,46	0,00	1.894.743,46	1.894.743,46	658.823,47	0,00	0,000	68,621
07010301	Instalações de serviços	0,00	2.391.936,64	0,00	2.194.173,41	1.568.558,71	0,00	1.568.558,71	1.568.558,71	625.614,70	0,00	0,000	65,577
07010302	Instalações desportivas e recreativas	0,00	23.990,00	0,00	23.985,00	23.985,00	0,00	23.985,00	23.985,00	0,00	0,00	0,000	99,979
07010305	Escolas	0,00	345.259,00	0,00	335.408,52	302.199,75	0,00	302.199,75	302.199,75	33.208,77	0,00	0,000	87,528
070104	Construções diversas	0,00	447.017,43	0,00	311.014,00	152.265,62	0,00	152.265,62	152.265,62	158.748,38	0,00	0,000	34,063
07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	0,00	421.557,43	0,00	294.664,24	138.375,86	0,00	138.375,86	138.375,86	156.288,38	0,00	0,000	32,825
07010405	Parques e jardins	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
07010406	Instalações desportivas e recreativas	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
07010408	Viação rural	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
07010409	Sinalização e trânsito	0,00	8.960,00	0,00	7.908,91	7.908,91	0,00	7.908,91	7.908,91	0,00	0,00	0,000	88,269
07010410	Infraestrut. para distribuição energia eléctrica	0,00	8.500,00	0,00	8.440,85	5.980,85	0,00	5.980,85	5.980,85	2.460,00	0,00	0,000	70,363
07010413	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
070106	Material de transporte	0,00	145.932,03	0,00	143.670,03	59.353,53	0,00	59.353,53	59.353,53	84.316,50	0,00	0,000	40,672
07010602	Outro	0,00	145.932,03	0,00	143.670,03	59.353,53	0,00	59.353,53	59.353,53	84.316,50	0,00	0,000	40,672
070107	Equipamento de informática	0,00	61.650,00	0,00	55.444,58	52.845,87	0,00	52.845,87	52.845,87	2.598,71	0,00	0,000	85,719
070108	Software informático	5.669,07	17.648,00	0,00	16.370,07	16.370,07	5.669,07	10.701,00	16.370,07	0,00	0,00	32,123	60,636
070109	Equipamento administrativo	0,00	49.500,00	0,00	32.813,62	32.615,62	0,00	32.615,62	32.615,62	198,00	0,00	0,000	65,890
070110	Equipamento básico	0,00	245.738,36	0,00	205.382,41	201.232,05	0,00	201.232,05	201.232,05	4.150,36	0,00	0,000	81,889
07011001	Equipamento de recolha de resíduos	0,00	36.100,00	0,00	36.068,96	36.068,96	0,00	36.068,96	36.068,96	0,00	0,00	0,000	99,914

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Município de Alpiarça

Ano: 2024

(designação da autarquia local)

Euros

Classif. Económica Despesa		Despesas por pagar period. anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
Código	Designação						Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
Despesa de capital													
07011002	Outro	0,00	209.638,36	0,00	169.313,45	165.163,09	0,00	165.163,09	165.163,09	4.150,36	0,00	0,000	78,785
070115	Outros investimentos	857,77	262.268,67	0,00	261.881,11	246.828,98	857,77	245.971,21	246.828,98	15.052,13	0,00	0,327	93,786
0702	Locação financeira	0,00	19.170,00	0,00	2.752,89	2.752,89	0,00	2.752,89	2.752,89	0,00	0,00	0,000	14,360
070205	Material de transporte	0,00	18.170,00	0,00	2.752,89	2.752,89	0,00	2.752,89	2.752,89	0,00	0,00	0,000	15,151
070207	Maquinaria e equipamento	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0703	Bens de domínio público	0,00	42.620,00	0,00	35.616,00	23.744,00	0,00	23.744,00	23.744,00	11.872,00	0,00	0,000	55,711
070303	Outras construções e infraestruturas	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
07030313	Outros	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
070305	Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	35.620,00	0,00	35.616,00	23.744,00	0,00	23.744,00	23.744,00	11.872,00	0,00	0,000	66,659
08	Transferências de capital	0,00	15.373,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0801	Sociedades e quase sociedades não financeiras	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
080101	Públicas	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
08010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0805	Administração local	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
080501	Continente	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
08050104	Associações de municípios	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0807	Instituições sem fins lucrativos	0,00	14.373,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
080701	Instituições sem fins lucrativos	0,00	14.373,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
09	Activos financeiros	0,00	44.360,00	0,00	44.359,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.359,00	0,00	0,000	0,000
0907	Ações e outras participações	0,00	44.360,00	0,00	44.359,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.359,00	0,00	0,000	0,000
090708	Admin.pública-Admin.local-Continente	0,00	44.360,00	0,00	44.359,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.359,00	0,00	0,000	0,000
10	Passivos financeiros	0,00	651.660,00	0,00	627.715,69	623.833,96	0,00	623.833,96	623.833,96	3.881,73	0,00	0,000	95,730
1005	Empréstimos a curto prazo	0,00	100,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,000	0,000
100503	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	0,00	100,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,000	0,000
1006	Empréstimos a médio e longo prazos	0,00	651.560,00	0,00	627.714,69	623.833,96	0,00	623.833,96	623.833,96	3.880,73	0,00	0,000	95,745
100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	0,00	554.980,00	0,00	552.175,95	550.168,86	0,00	550.168,86	550.168,86	2.007,09	0,00	0,000	99,133
100605	Admin.pública-Admin.central-Estado	0,00	96.580,00	0,00	75.538,74	73.665,10	0,00	73.665,10	73.665,10	1.873,64	0,00	0,000	76,274
Total Despesas Correntes		165.917,08	9.396.359,00	0,00	9.124.435,27	8.727.686,56	146.333,12	8.472.751,49	8.619.084,61	396.748,71	108.601,95	1,557	90,171
Total Despesas de Capital		6.526,84	8.768.930,47	0,00	4.772.870,55	3.783.826,05	6.526,84	3.777.299,21	3.783.826,05	989.044,50	0,00	0,074	43,076
Total Geral		172.443,92	18.165.289,47	0,00	13.897.305,82	12.511.512,61	152.859,96	12.250.050,70	12.402.910,66	1.385.793,21	108.601,95	0,841	67,437

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

Demonstração da Execução Orçamental da Receita

DOREC

[Handwritten signatures and marks in blue and red ink]



Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Município de Alpiarça

Ano: 2024

(designação da autarquia local)

Euros

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas			Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
Receita corrente														
01	Impostos directos	1.922.050,00	0,00	1.913.114,28	30.250,35	1.913.114,28	30.250,35	30.250,35	0,00	1.882.863,93	1.882.863,93	0,00	0,000	97,961
0102	Outros	1.922.050,00	0,00	1.913.114,28	30.250,35	1.913.114,28	30.250,35	30.250,35	0,00	1.882.863,93	1.882.863,93	0,00	0,000	97,961
010202	Imposto municipal sobre imóveis	900.000,00	0,00	893.070,05	22.514,65	893.070,05	22.514,65	22.514,65	0,00	870.555,40	870.555,40	0,00	0,000	96,728
010203	Imposto único de circulação	210.050,00	0,00	211.547,36	1.529,89	211.547,36	1.529,89	1.529,89	0,00	210.017,47	210.017,47	0,00	0,000	99,985
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	580.000,00	0,00	577.460,53	6.205,81	577.460,53	6.205,81	6.205,81	0,00	571.254,72	571.254,72	0,00	0,000	98,492
010205	Derrama	232.000,00	0,00	231.036,34	0,00	231.036,34	0,00	0,00	0,00	231.036,34	231.036,34	0,00	0,000	99,585
04	Taxas, multas e outras penalidades	97.850,77	12.005,55	55.646,65	179,45	56.493,54	122,69	122,69	1.639,16	54.731,69	56.370,85	11.101,90	1,675	55,934
0401	Taxas	81.850,77	11.315,32	48.108,93	173,03	48.470,59	116,27	116,27	1.073,93	47.280,39	48.354,32	10.896,90	1,312	57,764
040123	Taxas específicas das autarquias locais	81.850,77	11.315,32	48.108,93	173,03	48.470,59	116,27	116,27	1.073,93	47.280,39	48.354,32	10.896,90	1,312	57,764
04012301	Mercados e feiras	15.700,00	1.721,52	13.921,32	0,00	14.968,03	0,00	0,00	1.068,27	13.899,76	14.968,03	674,81	6,804	88,534
04012302	Loteamentos e obras	19.000,00	0,00	18.271,39	105,46	17.739,98	89,00	89,00	0,00	17.650,98	17.650,98	514,95	0,000	92,900
04012303	Ocupação da via pública	23.500,00	9.002,24	2.682,21	0,00	2.602,21	0,00	0,00	0,00	2.602,21	2.602,21	9.082,24	0,000	11,073
04012308	Taxa Municipal de Direitos de Passagem(TMDP)	3.000,00	0,00	2.508,01	0,00	2.508,01	0,00	0,00	0,00	2.508,01	2.508,01	0,00	0,000	83,600
04012399	Outras taxas específicas das autarquias locais	20.650,77	591,56	10.726,00	67,57	10.652,36	27,27	27,27	5,66	10.619,43	10.625,09	624,90	0,027	51,424
0401239901	Taxa depósito ficha técnica da habitação(TDFTH)	200,00	0,00	102,51	0,00	102,51	0,00	0,00	0,00	102,51	102,51	0,00	0,000	51,255
0401239902	Taxa pela emissão do certificado de registo	150,77	0,00	100,87	0,00	100,87	0,00	0,00	0,00	100,87	100,87	0,00	0,000	66,903
0401239906	Publicidade	300,00	0,00	114,00	0,00	114,00	0,00	0,00	0,00	114,00	114,00	0,00	0,000	38,000
0401239999	Outras	20.000,00	591,56	10.408,62	67,57	10.334,98	27,27	27,27	5,66	10.302,05	10.307,71	624,90	0,028	51,510
0402	Multas e outras penalidades	16.000,00	690,23	7.537,72	6,42	8.022,95	6,42	6,42	565,23	7.451,30	8.016,53	205,00	3,533	46,571
040201	Juros de mora	11.000,00	40,23	6.649,12	6,20	6.609,35	6,20	6,20	40,23	6.562,92	6.603,15	80,00	0,366	59,663
040202	Juros compensatórios	2.000,00	0,00	888,60	0,22	888,60	0,22	0,22	0,00	888,38	888,38	0,00	0,000	44,419
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	3.000,00	650,00	0,00	0,00	525,00	0,00	0,00	525,00	0,00	525,00	125,00	17,500	0,000
05	Rendimentos da propriedade	810.483,31	306.539,62	460.773,47	0,00	643.505,97	0,00	0,00	241.068,01	402.437,96	643.505,97	123.807,12	29,744	49,654
0502	Juros-Sociedades financeiras	36.353,31	0,00	36.351,53	0,00	36.351,53	0,00	0,00	0,00	36.351,53	36.351,53	0,00	0,000	99,995
050201	Bancos e outras instituições financeiras	36.353,31	0,00	36.351,53	0,00	36.351,53	0,00	0,00	0,00	36.351,53	36.351,53	0,00	0,000	99,995
0509	Participações nos lucros de administ. públicas	2.500,00	0,00	2.413,38	0,00	2.413,38	0,00	0,00	0,00	2.413,38	2.413,38	0,00	0,000	96,535
050999	Outras	2.500,00	0,00	2.413,38	0,00	2.413,38	0,00	0,00	0,00	2.413,38	2.413,38	0,00	0,000	96,535
0510	Rendas	771.630,00	306.539,62	422.008,56	0,00	604.741,06	0,00	0,00	241.068,01	363.673,05	604.741,06	123.807,12	31,241	47,130
051001	Terrenos	491.630,00	306.539,62	185.080,47	0,00	367.812,97	0,00	0,00	241.068,01	126.744,96	367.812,97	123.807,12	49,034	25,781
051099	Outros	280.000,00	0,00	236.928,09	0,00	236.928,09	0,00	0,00	0,00	236.928,09	236.928,09	0,00	0,000	84,617
06	Transferências correntes	6.173.478,23	0,00	6.375.411,52	203.871,20	6.375.411,52	203.871,20	203.871,20	0,00	6.171.540,32	6.171.540,32	0,00	0,000	99,969
0603	Administração central	6.173.478,23	0,00	6.375.411,52	203.871,20	6.375.411,52	203.871,20	203.871,20	0,00	6.171.540,32	6.171.540,32	0,00	0,000	99,969
060301	Estado	6.104.474,03	0,00	6.308.217,80	203.871,20	6.308.217,80	203.871,20	203.871,20	0,00	6.104.346,60	6.104.346,60	0,00	0,000	99,998
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.106.158,00	0,00	3.106.158,00	0,00	3.106.158,00	0,00	0,00	0,00	3.106.158,00	3.106.158,00	0,00	0,000	100,000
06030102	Fundo Social Municipal	176.162,00	0,00	176.162,00	0,00	176.162,00	0,00	0,00	0,00	176.162,00	176.162,00	0,00	0,000	100,000
06030103	Participação fixa no IRS	308.398,00	0,00	308.398,00	0,00	308.398,00	0,00	0,00	0,00	308.398,00	308.398,00	0,00	0,000	100,000

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Ano: 2024

Município de Alpiarça

(designação da autarquia local)

Euros

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas			Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
Receita corrente														
06030106	Transferência de competências - Lei 50/2018	1.440.571,00	0,00	1.440.571,00	0,00	1.440.571,00	0,00	0,00	0,00	1.440.571,00	1.440.571,00	0,00	0,000	100,000
06030107	Participação no IVA-Artº 26º-A Lei nº73/2013	92.980,00	0,00	92.979,77	0,00	92.979,77	0,00	0,00	0,00	92.979,77	92.979,77	0,00	0,000	100,000
06030108	Artigo 35º, nº 3 da Lei 73/2013	609.763,93	0,00	609.684,93	0,00	609.684,93	0,00	0,00	0,00	609.684,93	609.684,93	0,00	0,000	99,987
06030199	Outras	370.441,10	0,00	574.264,10	203.871,20	574.264,10	203.871,20	203.871,20	0,00	370.392,90	370.392,90	0,00	0,000	99,987
060306	Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	69.004,20	0,00	67.193,72	0,00	67.193,72	0,00	0,00	0,00	67.193,72	67.193,72	0,00	0,000	97,376
07	Venda de bens e serviços correntes	797.150,00	182.378,04	547.814,33	1.511,79	549.818,90	567,03	567,03	24.260,21	524.991,66	549.251,87	179.428,71	3,043	65,859
0701	Venda de bens	108.600,00	93.489,72	11.847,82	0,00	11.757,82	0,00	0,00	60,00	11.697,82	11.757,82	93.579,72	0,055	10,771
070106	Produtos agrícolas e pecuários	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
070108	Mercadorias	10.400,00	0,00	7.470,36	0,00	7.320,36	0,00	0,00	0,00	7.320,36	7.320,36	150,00	0,000	70,388
07010801	Água	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
07010802	Vinhos	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
07010803	Livros	1.300,00	0,00	444,00	0,00	444,00	0,00	0,00	0,00	444,00	444,00	0,00	0,000	34,154
07010899	Outros	8.000,00	0,00	7.026,36	0,00	6.876,36	0,00	0,00	0,00	6.876,36	6.876,36	150,00	0,000	85,955
070110	Desperdícios, resíduos e refugos	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
07011001	Sucata	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
07011099	Outros	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
070199	Outros	97.900,00	93.489,72	4.377,46	0,00	4.437,46	0,00	0,00	60,00	4.377,46	4.437,46	93.429,72	0,061	4,471
0702	Serviços	483.550,00	51.019,96	407.736,30	464,01	397.426,66	105,21	105,21	9.583,79	387.737,66	397.321,45	60.970,80	1,982	80,186
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	59.700,00	8.797,21	50.920,90	344,40	52.678,69	0,00	0,00	2.208,19	50.470,50	52.678,69	6.695,02	3,699	84,540
07020101	Contadores de Água	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
07020102	Feiras	46.500,00	6.967,97	39.474,95	0,00	40.089,95	0,00	0,00	615,00	39.474,95	40.089,95	6.352,97	1,323	84,892
07020105	Espaços Desportivos	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
07020199	Outros	13.000,00	1.829,24	11.445,95	344,40	12.588,74	0,00	0,00	1.593,19	10.995,55	12.588,74	342,05	12,255	84,581
070207	Alimentação e alojamento	8.100,00	0,00	7.578,41	0,00	7.578,41	0,00	0,00	0,00	7.578,41	7.578,41	0,00	0,000	93,561
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e de desporto	58.000,00	353,11	57.545,21	14,40	57.726,92	0,00	0,00	278,11	57.448,81	57.726,92	157,00	0,480	99,050
07020804	Serviços desportivos	58.000,00	353,11	57.545,21	14,40	57.726,92	0,00	0,00	278,11	57.448,81	57.726,92	157,00	0,480	99,050
070209	Serviços específicos das autarquias	352.350,00	41.869,64	286.398,97	105,21	274.149,83	105,21	105,21	7.097,49	266.947,13	274.044,62	54.118,78	2,014	75,762
07020902	Resíduos sólidos	181.000,00	8.533,34	168.636,61	105,21	168.202,40	105,21	105,21	5.548,93	162.548,26	168.097,19	8.967,55	3,066	89,806
07020903	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	16.950,00	5.602,93	808,00	0,00	334,40	0,00	0,00	257,60	76,80	334,40	6.076,53	1,520	0,453
0702090301	Transportes efectuados p/ bombeiros ou ambulâncias	16.850,00	5.602,93	808,00	0,00	334,40	0,00	0,00	257,60	76,80	334,40	6.076,53	1,529	0,456
0702090302	Transportes escolares	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
07020904	Trabalhos por conta de particulares	7.300,00	2.503,36	4.732,73	0,00	1.166,24	0,00	0,00	43,05	1.123,19	1.166,24	6.069,85	0,590	15,386
07020910	Escolas - refeições	110.000,00	22.241,01	87.508,16	0,00	81.553,07	0,00	0,00	1.014,27	80.538,80	81.553,07	28.196,10	0,922	73,217
07020911	Escolas - prolongamentos - CAF/AAAF	19.600,00	2.737,75	16.765,08	0,00	15.194,08	0,00	0,00	70,50	15.123,58	15.194,08	4.308,75	0,360	77,161
07020912	OTL e ATL	10.000,00	101,25	631,89	0,00	533,14	0,00	0,00	13,14	520,00	533,14	200,00	0,131	5,200
07020999	Outros	7.500,00	150,00	7.316,50	0,00	7.166,50	0,00	0,00	150,00	7.016,50	7.166,50	300,00	2,000	93,553

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Município de Alpiarça

Ano: 2024

(designação da autarquia local)

Euros

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas			Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
Receita corrente														
070299	Outros	5.400,00	0,00	5.292,81	0,00	5.292,81	0,00	0,00	0,00	5.292,81	5.292,81	0,00	0,000	98,015
07029902	Encargos de cobrança de receitas	100,00	0,00	2,62	0,00	2,62	0,00	0,00	0,00	2,62	2,62	0,00	0,000	2,620
07029999	Outros	5.300,00	0,00	5.290,19	0,00	5.290,19	0,00	0,00	0,00	5.290,19	5.290,19	0,00	0,000	99,815
0703	Rendas	205.000,00	37.868,36	128.230,21	1.047,78	140.634,42	461,82	461,82	14.616,42	125.556,18	140.172,60	24.878,19	7,130	61,247
070301	Habitações	150.000,00	22.709,79	100.826,84	1.047,78	110.903,38	461,82	461,82	11.688,75	98.752,81	110.441,56	12.047,29	7,792	65,835
070302	Edifícios	50.000,00	14.918,57	26.183,37	0,00	28.411,04	0,00	0,00	2.827,67	25.583,37	28.411,04	12.690,90	5,655	51,167
070399	Outras	5.000,00	240,00	1.220,00	0,00	1.320,00	0,00	0,00	100,00	1.220,00	1.320,00	140,00	2,000	24,400
08	Outras receitas correntes	153.716,22	0,00	119.945,07	300,00	119.604,72	0,00	0,00	0,00	119.604,72	119.604,72	40,35	0,000	77,809
0801	Outras	153.716,22	0,00	119.945,07	300,00	119.604,72	0,00	0,00	0,00	119.604,72	119.604,72	40,35	0,000	77,809
080199	Outras	153.716,22	0,00	119.945,07	300,00	119.604,72	0,00	0,00	0,00	119.604,72	119.604,72	40,35	0,000	77,809
08019901	Indemniz.por deterior.roubo extravio bens patrim.	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
08019902	Indem.estrag.prov.outrém viat.outr.equip.aut.local	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
08019903	IVA reembolsado	33.416,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
08019904	IVA Inversão da liquidação	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
08019999	Diversas	120.000,00	0,00	119.945,07	300,00	119.604,72	0,00	0,00	0,00	119.604,72	119.604,72	40,35	0,000	99,671
Receita de capital														
09	Venda de bens de investimento	2.749.710,09	0,00	2.569.786,89	0,00	2.569.786,89	0,00	0,00	0,00	2.569.786,89	2.569.786,89	0,00	0,000	93,457
0901	Terrenos	183.750,00	0,00	13.286,89	0,00	13.286,89	0,00	0,00	0,00	13.286,89	13.286,89	0,00	0,000	7,231
090101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	183.750,00	0,00	13.286,89	0,00	13.286,89	0,00	0,00	0,00	13.286,89	13.286,89	0,00	0,000	7,231
0902	Habitações	2.556.100,09	0,00	2.556.000,00	0,00	2.556.000,00	0,00	0,00	0,00	2.556.000,00	2.556.000,00	0,00	0,000	99,996
090201	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	2.556.100,09	0,00	2.556.000,00	0,00	2.556.000,00	0,00	0,00	0,00	2.556.000,00	2.556.000,00	0,00	0,000	99,996
0904	Outros bens de investimento	9.860,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,000	5,071
090401	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	9.860,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,000	5,071
09040103	Outros	9.860,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,000	5,071
10	Transferências de capital	4.199.802,33	0,00	3.479.718,02	0,00	3.479.718,02	0,00	0,00	0,00	3.479.718,02	3.479.718,02	0,00	0,000	82,854
1003	Administração central	4.199.802,33	0,00	3.479.718,02	0,00	3.479.718,02	0,00	0,00	0,00	3.479.718,02	3.479.718,02	0,00	0,000	82,854
100301	Estado	2.714.464,13	0,00	2.305.009,63	0,00	2.305.009,63	0,00	0,00	0,00	2.305.009,63	2.305.009,63	0,00	0,000	84,916
10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	345.129,00	0,00	345.129,00	0,00	345.129,00	0,00	0,00	0,00	345.129,00	345.129,00	0,00	0,000	100,000
10030104	Cooperação Técnica e Financeira	1.759.650,13	0,00	1.350.195,70	0,00	1.350.195,70	0,00	0,00	0,00	1.350.195,70	1.350.195,70	0,00	0,000	76,731
10030105	Artigo 35º nr. 3 da Lei 73/2013	609.685,00	0,00	609.684,93	0,00	609.684,93	0,00	0,00	0,00	609.684,93	609.684,93	0,00	0,000	100,000
1003010501	Artigo 35º nr. 3 da Lei 73/2013	609.685,00	0,00	609.684,93	0,00	609.684,93	0,00	0,00	0,00	609.684,93	609.684,93	0,00	0,000	100,000
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	1.485.338,20	0,00	1.174.708,39	0,00	1.174.708,39	0,00	0,00	0,00	1.174.708,39	1.174.708,39	0,00	0,000	79,087
11	Activos financeiros	196.181,09	0,00	196.181,09	0,00	196.181,09	0,00	0,00	0,00	196.181,09	196.181,09	0,00	0,000	100,000
1106	Empréstimos a médio e longo prazos	194.258,47	0,00	194.258,47	0,00	194.258,47	0,00	0,00	0,00	194.258,47	194.258,47	0,00	0,000	100,000
110606	Admin.Pública-Admin.local-Continente	194.258,47	0,00	194.258,47	0,00	194.258,47	0,00	0,00	0,00	194.258,47	194.258,47	0,00	0,000	100,000
1108	Acções e outras participações	1.922,62	0,00	1.922,62	0,00	1.922,62	0,00	0,00	0,00	1.922,62	1.922,62	0,00	0,000	100,000

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Ano: 2024

Município de Alpiarça

(designação da autarquia local)

Euros

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas liquidas			Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
Receita de capital														
110801	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1.922,62	0,00	1.922,62	0,00	1.922,62	0,00	0,00	0,00	1.922,62	1.922,62	0,00	0,000	100,000
12	Passivos financeiros	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
1206	Empréstimos a médio e longo prazos	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
120602	Sociedades financeiras	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
120603	Admin.Pública-Admin.central-Estado	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
1207	Outros passivos financeiros	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
120703	Admin.Pública-Admin.central-Estado	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
13	Outras receitas de capital	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
1301	Outras	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
130101	Indemnizações	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
13010101	Garantias e Cauções Accionadas	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
13010102	Sinistros	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
13010199	Outras	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
Outras receitas														
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	200,00	0,00	172,20	0,00	172,20	0,00	0,00	0,00	172,20	172,20	0,00	0,000	86,100
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	200,00	0,00	172,20	0,00	172,20	0,00	0,00	0,00	172,20	172,20	0,00	0,000	86,100
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	200,00	0,00	172,20	0,00	172,20	0,00	0,00	0,00	172,20	172,20	0,00	0,000	86,100
16	Saldo da gerência anterior	1.064.067,43	0,00	1.064.067,43	0,00	1.064.067,43	0,00	0,00	0,00	1.064.067,43	1.064.067,43	0,00	0,000	100,000
1601	Saldo orçamental	1.064.067,43	0,00	1.064.067,43	0,00	1.064.067,43	0,00	0,00	0,00	1.064.067,43	1.064.067,43	0,00	0,000	100,000
160101	Na posse do serviço	1.064.067,43	0,00	1.064.067,43	0,00	1.064.067,43	0,00	0,00	0,00	1.064.067,43	1.064.067,43	0,00	0,000	100,000
Total Receitas Correntes		9.954.728,53	500.923,21	9.472.705,32	236.112,79	9.657.948,93	234.811,27	234.811,27	266.967,38	9.156.170,28	9.423.137,66	314.378,08	2,682	91,978
Total Receitas de Capital		7.146.293,51	0,00	6.245.686,00	0,00	6.245.686,00	0,00	0,00	0,00	6.245.686,00	6.245.686,00	0,00	0,000	87,398
Total Outras Receitas		1.064.267,43	0,00	1.064.239,63	0,00	1.064.239,63	0,00	0,00	0,00	1.064.239,63	1.064.239,63	0,00	0,000	99,997
Total		18.165.289,47	500.923,21	16.782.630,95	236.112,79	16.967.874,56	234.811,27	234.811,27	266.967,38	16.466.095,91	16.733.063,29	314.378,08	1,470	90,646

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

Documentos das Entidades Participadas

Vamos anexar os documentos das entidades participadas, nomeadamente da Agroalpiarça, CIPRL e da AR-Águas do Ribatejo, EM, SA, sendo que desta última vamos juntar apenas as demonstrações financeiras individuais, o relatório e parecer do fiscal único e a certificação de contas, estando disponível para consulta os documentos de gestão, referentes ao ano de 2024, na íntegra na página da entidade.

7 up
✓
✓
}

DOCUMENTOS DAS ENTIDADES PARTICIPADAS
AGROALPIARÇA, CIPRL

[Handwritten signatures in blue and black ink]



Handwritten notes in blue ink, including a large 'f' and several illegible scribbles.

Relatório & Contas

Ano 2024

Agroalpiarça – Prod
Agrícola, CIPRL

AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO : 2024

DOCUMENTOS DAS ENTIDADES PARTICIPADAS
AR - ÁGUAS DO RIBATEJO, EM SA

44
9/11
8
LA

1 - Introdução

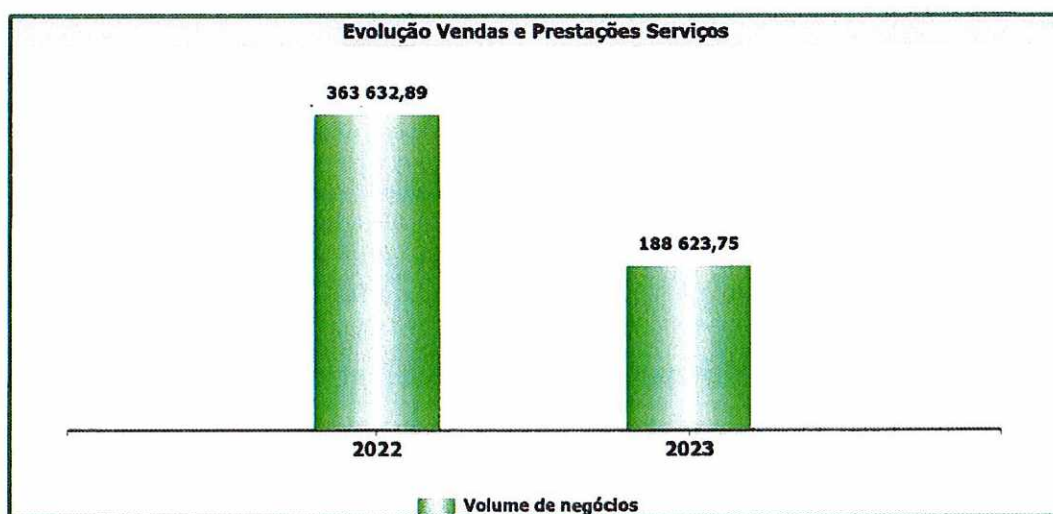
A AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL, com sede social em RUA JOSÉ RELVAS 387 , com um Fundo social de 150 000,00 €, tem como atividade principal Agricultura e produção animal combinadas. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2024.

O presente relatório é elaborado nos termos dos Estatutos da Cooperativa e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2024 a Cooperativa , não apresentou volume de negócios .

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:

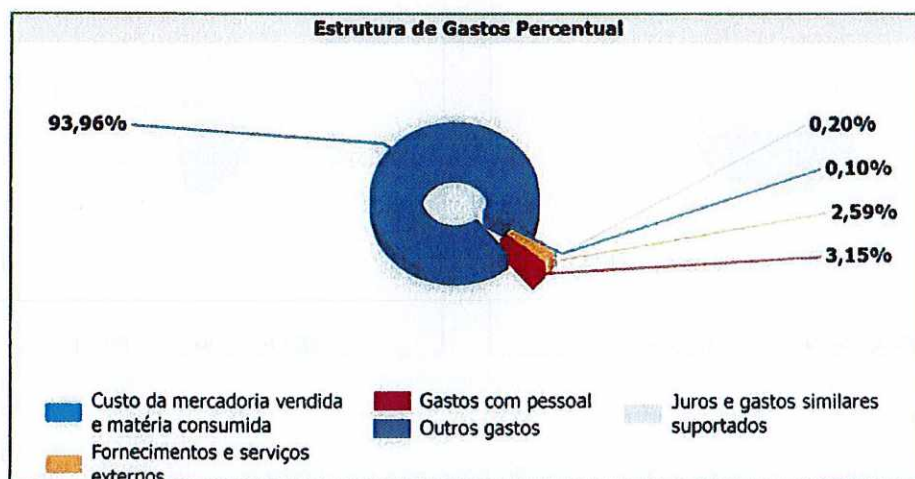
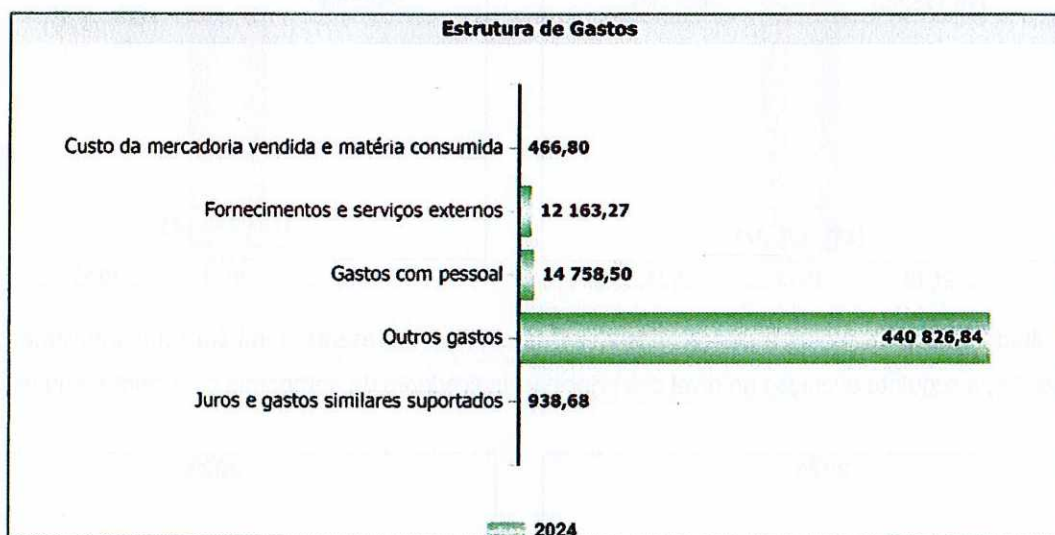


Direção

Josefina



Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:



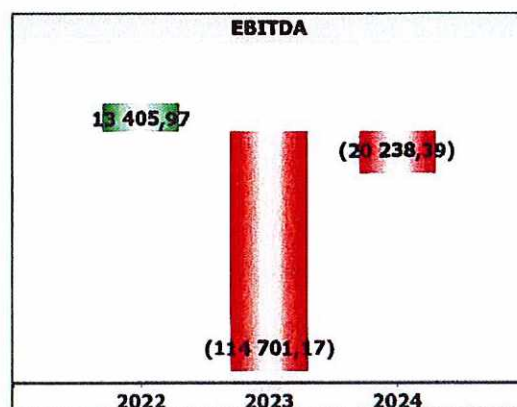
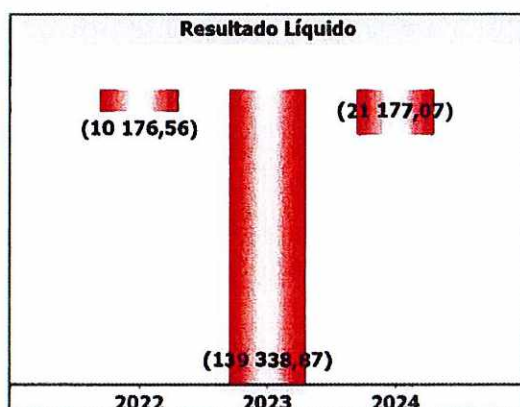
Direcção

Jorge Freitas

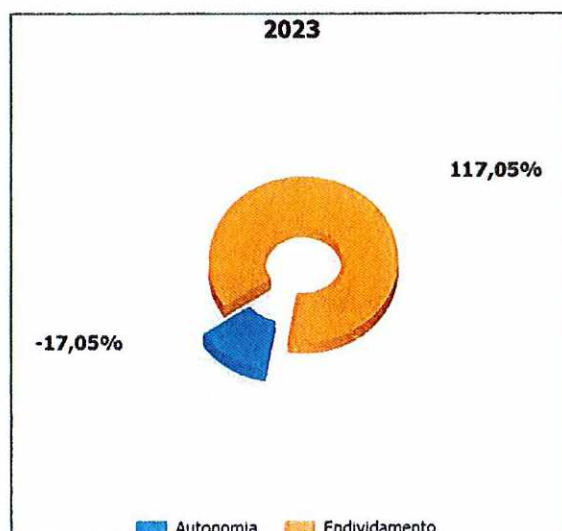
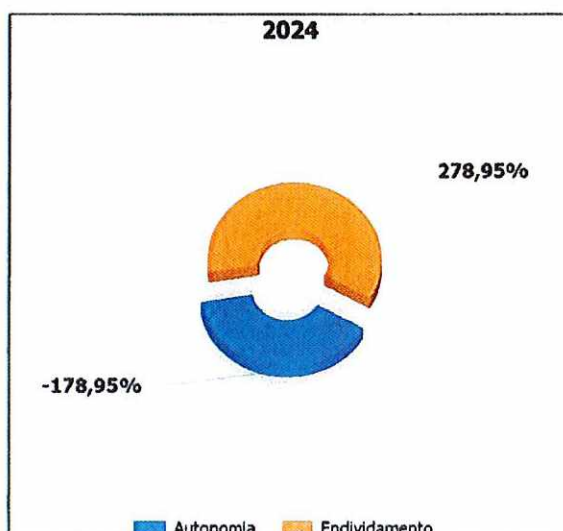
No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2024	2023	2022
Gastos com Pessoal	14 758,50	194 939,01	173 121,57
Nº Médio de Pessoas		6,00	7,00
Gasto Médio por Pessoa	14 758,50	32 489,84	24 731,65

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

Direcção

Jorge Faria

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2024		2023	
Ativo não corrente	4 502,08	6 %	439 391,56	74 %
Ativo corrente	65 880,25	94 %	158 309,39	26 %
Total ativo	70 382,33		597 700,95	

RUBRICAS	2024		2023	
Capital Próprio	(125 946,71)	-179 %	(101 889,66)	-17 %
Passivo não corrente	44,88	0 %	215 721,21	36 %
Passivo corrente	196 284,16	279 %	483 869,40	81 %
Total Capital Próprio e Passivo	70 382,33		597 700,95	

3 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL no período económico findo em 31 de dezembro de 2024 realizou um resultado líquido de -21 177,07€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	2024
Resultados Transitados	(21 177,07)

4 - Outras Informações

A AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2024.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

Conforme já referido em reunião, chama-se à atenção para o facto de o valor dos Capitais Próprios da Sociedade Agroalpiarça CIPRL, conforme evidenciado no Balanço atinge o montante de (125.946,71)€, encontrando-se assim perdida mais de metade do Capital Social

Esta situação enquadra-se no Art. 35º do CSC (Código das Sociedades Comerciais).

Assim propomos que seja convocada Assembleia Geral, com vista a dar cumprimento ao disposto no art. 35º do CSC.

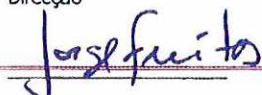
- Activo Corrente = 222.250,72€

- Passivo Corrente = 352.654,63€

- Activo Total = 226.752,80€

- Passivo Total = 352.699,51€

Direcção



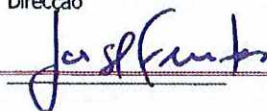
5 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, ao longo destes anos .

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, e o Anexo.

Acresce ainda informar que a Agroalpiarça, face a toda a conjuntura apresentou a dissolução da sociedade à data de 16-07-2024 , a qual deverá proceder ao Encerramento da liquidação como limite até dois anos após a data da dissolução .

Direcção



**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ME) do período de 2024
(montantes em euros)**

**AGROALPIARÇA - PROD.
AGRÍCOLA, CIPRL**

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2024	2023
Vendas e serviços prestados		188 623,75
Subsídios à exploração		8 520,54
Variação nos inventários da produção		(38 128,98)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(466,80)	(29 522,37)
Fornecimentos e serviços externos	(12 163,27)	(92 362,33)
Gastos com o pessoal	(14 758,50)	(194 939,01)
Outros rendimentos	447 977,02	62 336,20
Outros gastos	(440 826,84)	(19 228,97)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(20 238,39)	(114 701,17)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(18 699,56)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(20 238,39)	(133 400,73)
Gasto líquido de financiamento	(938,68)	(5 932,14)
Resultado antes de impostos	(21 177,07)	(139 332,87)
Imposto sobre o rendimento do período		(6,00)
Resultado líquido do período	(21 177,07)	(139 338,87)

Direcção

João Xavier de Basto

**Balço - (modelo para ME) em 31-
12-2024
(montantes em euros)**

AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL

Handwritten signatures and initials in blue ink.

RUBRICAS	DATAS	
	2024	2023
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	3 450,00	438 339,48
Investimentos financeiros	1 052,08	1 052,08
	4 502,08	439 391,56
Ativo corrente		
Inventários	22 316,96	22 316,96
Clientes	18 235,89	66 714,43
Estado e outros entes públicos	2 670,55	
Diferimentos	88,24	2 398,31
Outros ativos correntes	5 483,80	11 807,75
Caixa e depósitos bancários	17 084,81	55 071,94
	65 880,25	158 309,39
Total ativo	70 382,33	597 700,95
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital subscrito	150 000,00	150 000,00
Reservas	102 615,84	102 615,84
Resultados transitados	(529 802,82)	(390 463,95)
Outras variações no capital próprio	172 417,34	175 297,32
Resultado líquido do período	(21 177,07)	(139 338,87)
Total do capital próprio	(125 946,71)	(101 889,66)
Passivo		
Passivo não corrente		
Financiamentos obtidos	44,88	215 721,21
	44,88	215 721,21
Passivo corrente		
Fornecedores	95 302,85	337 972,73
Estado e outros entes públicos		4 092,17
Financiamentos obtidos		29 090,28
Outros passivos correntes	100 981,31	112 714,22
	196 284,16	483 869,40
Total do passivo	196 329,04	699 590,61
Total do capital próprio e do passivo	70 382,33	597 700,95

Direção

Handwritten signature of Filipa Xavier de Basto.

1 - Identificação da entidade**1.1. Dados de identificação**

Designação da entidade: AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL
Sede social: RUA JOSÉ RELVAS 387
Natureza da atividade: Agricultura e produção animal combinadas
Código CAE: 01500
Nº médio de empregados durante o período: 0,00

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**2.1. Referencial contabilístico utilizado**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com regime de normalização contabilística para microentidades, o instituído pelo Decreto -Lei n.º 36 -A/2011, de 9 de Março, o qual contempla as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2024 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

3 - Principais políticas contabilísticas**3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

Direcção

Pag. 1 de 17

Assinatura autorizada por Filipa Xavier de Basto
Documento assinado eletronicamente a 2025-05-20 06:17:05 +00:00
Departamento/empresa: ADMINISTRAÇÃO
Utilizador do SigningDesk com o email f*****@grupegour.pt

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo

qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até 50.000 euros, e à taxa de 21% na parte que exceda aquela quantia. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes,

conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Rédito das Normas contabilísticas e de relato financeiro para micro entidades, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida que decorre o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

5 - Ativos fixos tangíveis

5.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

- Foram reconhecidos em 31.12.2024 os seguintes movimentos :

a) - Dação em cumprimento com o Município de Alpiarça dos bens constantes do ativo , as quais foi atribuído o valor líquido de 182.649,48 €.

b)- Contrato de promessa compra e venda com o o Município de Alpiarça do Prédio Misto sito no Vale Cigana , Casal das Aires inscrito na matriz urbana n. 4472 ao qual foi atribuído o montante de 252.240,00 € .

ANEXO DO ANO DE 2024

AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRA

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	436 085,20	137 846,45	491 646,92	28 488,74	14 972,72		26 761,27	3 450,00	1 139 251,30	
Depreciações acumuladas	46 306,53	129 662,95	458 725,20	24 483,15	14 972,72		26 761,27		700 911,82	
Saldo no início do período	389 778,67	8 183,50	32 921,72	4 005,59				3 450,00	438 339,48	
Variações do período	(389 778,67)	(8 183,50)	(32 921,72)	(4 005,59)					(434 889,48)	
Total de aumentos										
Total diminuições	389 778,67	8 183,50	32 921,72	4 005,59					434 889,48	
Abates	389 778,67	8 183,50	32 921,72	4 005,59					434 889,48	
Saldo no fim do período								3 450,00	3 450,00	
Valor bruto no fim do período								3 450,00	3 450,00	
Depreciações acumuladas no fim do período										

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	436 085,20	137 846,45	550 783,10	163 971,58	14 972,72		26 761,27	3 450,00	1 333 870,32	
Depreciações acumuladas	41 012,65	127 318,71	512 390,37	156 212,44	14 972,72		26 761,27		878 668,16	
Saldo no início do período	395 072,55	10 527,74	38 392,73	7 759,14				3 450,00	455 202,16	
Variações do período	(5 293,88)	(2 344,24)	(5 471,01)	(3 753,55)					(16 862,68)	
Total de aumentos			1 836,88						1 836,88	
Aquisições em primeira mão			1 836,88						1 836,88	
Total diminuições	5 293,88	2 344,24	7 307,89	3 753,55					18 699,56	
Depreciações do período	5 293,88	2 344,24	7 307,89	3 753,55					18 699,56	
Saldo no fim do período	389 778,67	8 183,50	32 921,72	4 005,59				3 450,00	438 339,48	
Valor bruto no fim do período	436 085,20	137 846,45	491 646,92	28 488,74	14 972,72		26 761,27	3 450,00	1 139 251,30	
Depreciações acumuladas no fim do período	46 306,53	129 662,95	458 725,20	24 483,15	14 972,72		26 761,27		700 911,82	

6 - Ativos intangíveis

6.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, conforme quadro seguinte:

Direcção



Pag. 5 de 17

Pág. | 68

Assinatura autorizada por Filipa Xavier de Basto.
Documento assinado eletronicamente a 2025-05-20 06:17:05 +00:00
Departamento/empresa: ADMINISTRAÇÃO
Utilizador do SigningDesk com o email f*****@grupoyour.pt.

Selo Eletrónico Qualificado criado pela plataforma SigningDesk.
DigitalSign - Certificadora Digital, S.A.

ASSINATURA SIMPLES

digitalsign

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvi- mento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamento s at. intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período								
Amortizações acumuladas totais no fim do período								
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início			49,72	636,72				686,44
Amortizações acumuladas			49,72	636,72				686,44
Saldo no início do período								
Variações do período								
Total de aumentos								
Total diminuições								
Saldo no final do período								

Quadro comparativo:

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvi- mento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamento s at. intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período			49,72	636,72				686,44
Amortizações acumuladas totais no fim do período			49,72	636,72				686,44
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início			49,72	636,72				686,44
Amortizações acumuladas			49,72	636,72				686,44
Saldo no início do período								
Variações do período								
Total de aumentos								
Total diminuições								
Saldo no final do período								

8 - Inventários

8.2. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Direcção

Pag. 6 de 17

Assinatura autorizada por Filipa Xavier de Basto
Documento assinado eletronicamente a 2023-05-20 06:17:05 +00:00
Departamento/empresa: ADMINISTRAÇÃO
Utilizador do SigningDesk com o email f*****o@grupoyour.pt

Selo Eletrónico Qualificado criado pela plataforma SigningDesk.
DigitalSign - Certificadora Digital, S.A.

ASSINATURA SIMPLES

digitalsign

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsíd.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais		4 184,21	4 184,21		14 145,36	14 145,36
Compras		466,80	466,80		19 561,22	19 561,22
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais		4 184,21	4 184,21		4 184,21	4 184,21
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		466,80	466,80		29 522,37	29 522,37
OUTRAS INFORMAÇÕES						

8.3. Apuramento da variação de produção e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Descrição	Prod. Acabados e Interm.	Subprodutos, desp e refugos	Prod e trab em curso	Total Período	Prod. Acab. e Interm. Per. Anterior	Subprd, desp e refugos Per. Anterior	Prod e trab. em curso Per. Anterior	Total Período Anterior
APURAMENTO DA VARIAÇÃO DE PRODUÇÃO								
Inventários finais		18 132,75		18 132,75		18 132,75		18 132,75
Reclassificação e regularização de inventários								
Inventários iniciais		18 132,75		18 132,75	36 528,58	19 733,15		56 261,73
Variação da produção					(36 528,58)	(1 600,40)		(38 128,98)
OUTRAS INFORMAÇÕES								

9 - Rédito

9.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens		188 623,75
Outros réditos	447 977,02	62 336,20
Total	447 977,02	250 959,95

11 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

11.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:

ANEXO DO ANO DE 2024

AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA,
CIPRL

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento			2 879,98						
Para ativos fixos tangíveis			2 879,98						
Terrenos e recursos naturais			2 879,98						
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração									
Valor dos reembolsos efetuados no período									
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração									
Total			2 879,98						

Quadro comparativo:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento			2 879,98						
Para ativos fixos tangíveis			2 879,98						
Terrenos e recursos naturais			2 879,98						
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração			8 520,54						
Valor dos reembolsos efetuados no período									
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração									
Total			11 400,52						

12 - Impostos e contribuições

12.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	(21 177,07)	(139 332,87)
Imposto corrente		6,00
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período		6,00
Tributações autónomas		6,00
Taxa efetiva de imposto		

12.2. Outras divulgações

Direção

Pag. 8 de 17

Assinatura autorizada por Filipa Xavier de Basto.
Documento assinado eletronicamente a 2023-05-20 06:17:05 +00:00.
Departamento/empresa: ADMINISTRAÇÃO
Utilizador do SigningDesk com o email [*****]@grupear.pt.

Selo Eletrónico Qualificado criado pela plataforma SigningDesk.
DigitalSign - Certificadora Digital, S.A.

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento				6,00
Imposto estimado				6,00
Retenção de impostos sobre rendimentos				1 449,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	2 670,55			2 057,11
Contribuições para a Segurança Social				580,06
Total	2 670,55			4 092,17

13 - Instrumentos financeiros

13.3. Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte:

Descrição	Perdas por Imparidade Período	Rev. Perdas Imparidade Período	Valor Líquido Período	Perdas por Imp. Per. Anterior	Rev. Perdas Imp. Per. Anterior	Valor Líquido Per. Anterior
Dívidas a receber de clientes						
Outras dívidas a receber						
Instrumentos de capital próprio e outros títulos						
Outras perdas por imparidade em ativos financeiros						
Total						

13.4. Discriminação das dívidas de cobrança duvidosa:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Relativos a processos de insolvência e recuperação		
Reclamadas judicialmente		
Em mora:	55 128,71	55 128,71
Há mais de seis meses e até doze meses		
Há mais de doze meses e até dezoito meses		
Há mais de dezoito e até vinte e quatro meses		
Há mais de vinte e quatro meses	55 128,71	55 128,71
Total	55 128,71	55 128,71

13.5. Categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

ANEXO DO ANO DE 2024

AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA,
CIPRL

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimen to Inicial
Ativos financeiros:			78 848,40	(55 128,71)	
Clientes			73 364,60	(55 128,71)	
Outras contas a receber			5 483,80		
Passivos financeiros:			196 329,04		
Fornecedores			95 302,85		
Adiantamentos de clientes			6 500,00		
Financiamentos obtidos			44,88		
Outras contas a pagar			94 481,31		
Ganhos e perdas líquidos:			(366,23)		
De passivos financeiros			(366,23)		
Rendimentos e gastos de juros:			(572,45)		
De passivos financeiros			(572,45)		

Quadro comparativo:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimen to Inicial
Ativos financeiros:			133 650,89	(55 128,71)	
Clientes			121 843,14	(55 128,71)	
Outras contas a receber			11 807,75		
Passivos financeiros:			695 498,44		
Fornecedores			337 972,73		
Financiamentos obtidos			244 811,49		
Outras contas a pagar			112 714,22		
Ganhos e perdas líquidos:			(820,26)		
De passivos financeiros			(820,26)		
Rendimentos e gastos de juros:			(5 115,93)		
De passivos financeiros			(5 115,93)		

14 - Capital Próprio

14.3. Movimentos associados ao capital próprio

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	150 000,00			150 000,00
Reservas	102 615,84			102 615,84
Reservas legais	8 882,33			8 882,33
Outras reservas	93 733,51			93 733,51
Resultados transitados	(390 463,95)	139 338,87		(529 802,82)
Outras variações nos capitais próprios	175 297,32	2 879,98		172 417,34
Subsídios	85 287,55	2 879,98		82 407,57
Outras variações	90 009,77			90 009,77
Total	37 449,21	142 218,85		(104 769,64)

Direcção

Pag. 10 de 17

Assinatura autorizada por Filipa Xavier de Basto
Documento assinado eletronicamente a 2025-05-20 06:17:05 +00:00
Departamento/empresa: ADMINISTRAÇÃO
Utilizador do SigningDesk com o email f*****@grupoyour.ptSelo Eletrónico Qualificado criado pela plataforma SigningDesk.
DigitalSign - Certificadora Digital, S.A.

ASSINATURA SIMPLES

digitalsign

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	150 000,00			150 000,00
Reservas	102 615,84			102 615,84
Reservas legais	8 882,33			8 882,33
Outras reservas	93 733,51			93 733,51
Resultados transitados	(380 287,39)	10 176,56		(390 463,95)
Outras variações nos capitais próprios	188 928,82	13 631,50		175 297,32
Subsídios	98 919,05	13 631,50		85 287,55
Outras variações	90 009,77			90 009,77
Total	61 257,27	23 808,06		37 449,21

15 - Divulgações exigidas por diplomas legais

15.1. Informação por atividade económica

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Compras	466,80	466,80
Fornecimentos e serviços externos	12 163,27	12 163,27
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	466,80	466,80
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	466,80	466,80
Gastos com o pessoal	14 758,50	14 758,50
Remunerações	11 163,96	11 163,96
Outros gastos	3 594,54	3 594,54
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	3 450,00	3 450,00
Propriedades de investimento		

Quadro comparativo:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas	188 623,75	188 623,75
De mercadorias	62,23	62,23
De produtos acabados, semiacabados resíduos e refugos	188 561,52	188 561,52
Compras	19 561,22	19 561,22
Fornecimentos e serviços externos	92 362,33	92 362,33
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	29 522,37	29 522,37
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	29 522,37	29 522,37
Variação nos Inventários de produção	(38 128,98)	(38 128,98)
Gastos com o pessoal	194 939,01	194 939,01
Remunerações	161 746,46	161 746,46
Outros gastos	33 192,55	33 192,55
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	438 339,48	438 339,48
Total das aquisições	1 836,88	1 836,88
Propriedades de investimento		

15.2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra- comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços				
Compras	466,80			466,80
Fornecimentos e serviços externos	12 163,27			12 163,27
Rendimentos suplementares:				

Quadro comparativo:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra- comunitário	Total
Vendas	188 623,75			188 623,75
Prestações de serviços				
Compras	19 561,22			19 561,22
Fornecimentos e serviços externos	92 362,33			92 362,33
Aquisições de ativos fixos tangíveis	1 836,88			1 836,88
Rendimentos suplementares:	55 455,21			55 455,21
Outros rendimentos suplementares	55 455,21			55 455,21

15.3. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à Segurança Social em mora

Direcção

Pág. 12 de 17

Assinatura autorizada por Filipa Xavier de Basto.
Documento assinado eletronicamente a 2025-05-20 06:17:05 +00:00
Departamento/empresa: ADMINISTRAÇÃO
Utilizador do SigningDesk com o email: *****@grupoyour.pt.

Selo Eletrónico Qualificado criado pela plataforma SigningDesk.
DigitalSign - Certificadora Digital, S.A.

ASSINATURA SIMPLES

digitalsign

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados.

- Conforme já referido em reunião, chama-se à atenção para o facto de o valor dos Capitais Próprios da Sociedade Agroalpiarça CIPRL, conforme evidenciado no Balanço atinge o montante de (125.946,71)€, encontrando-se assim perdida mais de metade do Capital Social
Esta situação enquadra-se no Art. 35º do CSC (Código das Sociedades Comerciais).
Assim propomos que seja convocada Assembleia Geral, com vista a dar cumprimento ao disposto no art. 35º do CSC.

- Activo Corrente = 222.250,72€
- Passivo Corrente = 352.654,63€
- Activo Total = 226.752,80€
- Passivo Total = 352.699,51€

Acresce ainda informar que a Agroalpiarça, face a toda a conjuntura apresentou a dissolução da sociedade à data de 16-07-2024 , a qual deverá proceder ao Encerramento da liquidação como limite até dois anos após a data da dissolução .

16 - Outras informações

16.1. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos		20 727,20
Serviços especializados	6 382,45	19 765,56
Trabalhos especializados	5 928,10	11 586,10
Comissões		6,00
Conservação e reparação		7 481,34
Outros	454,35	692,12
Materiais	18,06	789,20
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1,02	580,89
Material de escritório	17,04	208,31
Energia e fluidos	3 585,67	16 018,72
Electricidade	2 679,10	7 143,00
Combustíveis		6 178,74
Água	906,57	2 401,68
Outros		295,30
Serviços diversos	2 177,09	35 061,65
Rendas e alugueres	91,95	28 024,91
Comunicação	751,82	1 904,69
Seguros	985,74	3 846,71
Contencioso e notariado	25,00	32,50
Limpeza, higiene e conforto		11,82
Outros serviços	322,58	1 241,02
Total	12 163,27	92 362,33

17 - Partes relacionadas

17.1. Identificação das partes relacionadas

Direcção

Pág. 13 de 17

Assinatura autorizada por Filipa Xavier de Basto.
Documento assinado eletronicamente a 2025-05-20 06:17:05 +00:00
Departamento/empresa: ADMINISTRAÇÃO.
Utilizador do SigningDesk com o email *****@grupoyour.pt

Selo Eletrónico Qualificado criado pela plataforma SigningDesk.
DigitalSign - Certificadora Digital, S.A.

ASSINATURA SIMPLES

digitalsign

17.1.2. Entidades participantes**17.1.2.1. Participação no capital social da entidade**

Descrição	Percentagem
De pessoas coletivas residentes	99,870000%
De pessoas singulares residentes	0,130000%
Total	100,000000%

17.1.2.2. Entidades que participam diretamente no capital da entidade

NIF	501133097
LEI	
Denominação	
Sede (País)	PT
CAE	8411
Part. direta capital (%)	99,870000%
Part. direta direitos voto (%)	5,880000%
Data de início da participação	20-04-1988
Data de fim da participação	

17.1.3. Entidades participadas**17.1.3.1. Entidades em que a entidade participa diretamente**

NIF 501873872

LEI

Denominação Agromais

Sede (País) PT

CAE 4621

Dividendos pagos pela participante

Natureza relação

A participada é consolidada pela entidade? (Sim / Não) Não

Se SIM, indique o método

A participada é controlada pela entidade? (Sim / Não) Não

Part. direta capital (%) 0,010000%

Part. direta direitos voto (%) 0,010000%

Data de início da participação 17-11-2000

Data de fim da participação

NIF 510853960

LEI

Denominação FCT

Sede (País) PT

CAE 6530

Dividendos pagos pela participante

Natureza relação

A participada é consolidada pela entidade? (Sim / Não) Não

Se SIM, indique o método

A participada é controlada pela entidade? (Sim / Não) Não

Part. direta capital (%) 0,010000%

Part. direta direitos voto (%) 0,010000%

Data de início da participação 01-12-2018

Data de fim da participação

NIF 504091735

LEI

Denominação CCAM

Sede (País) PT

CAE 6419

Dividendos pagos pela participante

Natureza relação

A participada é consolidada pela entidade? (Sim / Não) Não

Se SIM, indique o método

A participada é controlada pela entidade? (Sim / Não) Não

Part. direta capital (%) 0,010000%

Part. direta direitos voto (%) 0,010000%

Data de início da participação 07-10-1988

Data de fim da participação

18 - Custos de empréstimos obtidos

18.2. Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitaliza dos	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos				575,14	572,45				
Instituições de crédito e sociedades financeiras				575,14	572,45				
Empréstimos específicos									
Total dos Empréstimos				575,14	572,45				

Quadro comparativo:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitaliza dos	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos		29 090,28	215 721,21	5 936,19	5 115,93				
Instituições de crédito e sociedades financeiras		29 090,28	21 417,86	5 936,19	5 115,93				
Outros financiadores			194 303,35						
Empréstimos específicos									
Total dos Empréstimos		29 090,28	215 721,21	5 936,19	5 115,93				

19 - Benefícios dos empregados

19.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	1,00	669,00	6,00	11 028,00
Pessoas remuneradas	1,00	669,00	6,00	11 028,00
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	1,00	669,00	6,00	11 028,00
Pessoas a tempo completo	1,00	669,00	6,00	11 028,00
(das quais pessoas remuneradas)	1,00	669,00	6,00	11 028,00
Pessoas na tempo parcial				
(das quais pessoas remuneradas)				
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	1,00	669,00	6,00	11 028,00
Masculino	1,00	669,00	6,00	11 028,00
Feminino				
Pessoas ao serviço da empresa afetas a I&D				
Prestadores de serviços				
Pessoas colocadas por agências de trabalho temporário				

19.2. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Direcção

Pag. 16 de 17

Assinatura autorizada por Filipa Xavier de Basto
Documento assinado eletronicamente a 2025-05-20 06:17:05 +00:00
Departamento/empresa: ADMINISTRAÇÃO
Utilizador do SigningDesk com o email f*****@grupoyour.ptSelo Eletrónico Qualificado criado pela plataforma SigningDesk
DigitalSign - Certificadora Digital, S.A.

ASSINATURA SIMPLES

digitalsign

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	14 758,50	194 939,01
Remunerações do pessoal	11 163,96	161 746,46
Encargos sobre as remunerações	2 072,35	27 048,07
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1 522,19	5 943,84
Outros gastos com o pessoal, dos quais:		200,64
- fardamento		112,11

20 - Fluxos de Caixa

20.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa				
Depósitos à ordem	55 071,94		37 987,13	17 084,81
Outros depósitos bancários				
Total	55 071,94		37 987,13	17 084,81

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1 228,27		1 228,27	
Depósitos à ordem	121 520,41		66 448,47	55 071,94
Outros depósitos bancários	11 000,00		11 000,00	
Total	133 748,68		78 676,74	55 071,94

**Demonstração dos Fluxos de Caixa do
período findo em 31-12-2024
(montantes em euros)**

**AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA,
CIPRL**

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2024	2023
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		52.411,40	208 873,86
Pagamentos a fornecedores		(24 091,78)	(90 712,24)
Pagamentos ao pessoal		(16 787,56)	(195 595,80)
Caixa gerada pelas operações		11 532,06	(77 434,18)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(6,00)	(26,83)
Outros recebimentos/pagamentos		(939 609,71)	46 764,72
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(928 083,65)	(30 696,29)
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>			(2.259,36)
<i>Ativos Intangíveis</i>			
<i>Investimentos Financeiros</i>			(65,01)
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		1.135.114,86	
<i>Ativos Intangíveis</i>		686,44	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		1.135.801,30	(2 324,37)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		(244.766,10)	(39 719,89)
<i>Juros e gastos similares</i>		(938,68)	(5 936,19)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(245.704,78)	(45 656,08)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(37 987,13)	(78 676,74)
Caixa e seus equivalentes no início do período		55 071,94	133 748,68
Caixa e seus equivalentes no fim do período		17 084,81	55 071,94

Direcção

Jorge Santos

CC Nº 61810 (Filipa Xavier de Basto)

Assinatura autorizada por Filipa Xavier de Basto.
Documento assinado eletronicamente a 2025-05-23 11:52:59 +00:00.
Departamento/empresa: ADMINISTRAÇÃO.
Utilizador do SigningDesk com o email *****@grupoyour.pt.

Selo Eletrónico Qualificado criado pela plataforma SigningDesk.
DigitalSign - Certificadora Digital, S.A.

ASSINATURA SIMPLES

digitalsign

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Cooperadores ,

1_ Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o Relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos o parecer sobre o Relatório de Atividades e as Demonstrações Financeiras apresentados pela Direção da Agroalpiarça , Produção Agrícola, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, relativamente ao ano de 2024.

2_ No decurso do exercício que acompanhamos, verificamos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação.

Vigiámos , também , pela observância da lei e dos estatutos.

3_ No âmbito das nossas funções, verificamos que :

- a) O Balanço a Demonstração de Resultados e os correspondentes anexos, permitem uma avaliação e compreensão adequada à situação financeira da Cooperativa e dos seus resultados ;
- b) Consideramos que as políticas contabilísticas e os critérios que foram escolhidos, foram os procedimentos certos ;
- c) O Relatório de atividades vem esclarecer toda a evolução da atividade da Cooperativa e da sua atual situação financeira , onde estão explanados todos os aspetos de maior relevância ;

Nestes termos, tendo em consideração as informações que recebemos da Direção e da consequente análise do Relatório de contas , somos de parecer que:

1. Sejam aprovados o Relatório, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas e o Anexo, apresentados pela Direção relativos ao Exercício de 2024.
2. Concordamos com a Proposta de Aplicação de Resultados, pela Direção.

Alpiarça , 26 de maio de 2025

O CONSELHO FISCAL

O Presidente: José Manuel Martinho Porfírio

José Manuel Martinho Porfírio

1º Vogal : Abel Ferreira Meiro Pedro

Abel Ferreira Meiro Pedro

f 14
PM
z
LA

[Handwritten signatures and initials in blue and black ink]

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

(Valores expressos em euros)

	Notas	31/dez/24	31/dez/23
Activo			
Activos fixos tangíveis	4	92 112 460,57	93 047 823,24
Activos intangíveis	5	669 310,09	662 330,69
Participações financeiras - outros métodos	6	24 897,60	25 193,14
Total dos Activos Não Correntes		<u>92 806 668,26</u>	<u>93 735 347,07</u>
Inventários	7	302 822,70	274 283,83
Clientes	8, 27	2 733 801,25	3 123 034,05
Estado e outros entes públicos	9	1 449 444,57	1 235 841,72
Outros créditos a receber	10, 27	1 830 640,41	1 516 537,28
Diferimentos	11	116 965,50	125 198,64
Caixa e depósitos bancários	12	3 798 445,54	5 065 024,74
Total dos Activos Correntes		<u>10 232 119,97</u>	<u>11 339 920,26</u>
		<u>103 038 788,23</u>	<u>105 075 267,33</u>
Capitais Próprios			
Capital Subscrito	1, 13	13 743 362,00	13 743 362,00
Reservas legais	14	2 748 672,40	2 748 672,40
Outras reservas	14	1 065 955,95	1 065 955,95
Resultados transitados	15	9 853 154,47	9 491 101,52
Outras variações no capital próprio	16	35 838 410,47	38 246 378,63
Resultado líquido do exercício		697 489,83	362 052,95
Total dos Capitais Próprios		<u>63 947 045,12</u>	<u>65 657 523,45</u>
Passivo			
Financiamentos obtidos	17	17 152 321,76	16 000 498,27
Outras dívidas a pagar	18	10 108 270,00	10 787 440,00
Total dos Passivos Não Correntes		<u>27 260 591,76</u>	<u>26 787 938,27</u>
Fornecedores	19	2 067 327,71	1 260 366,60
Estado e outros entes públicos	9	591 448,22	413 661,74
Financiamentos obtidos	17	2 085 666,61	4 249 210,37
Outras contas a pagar	18, 27	7 086 708,81	6 706 566,90
Total dos Passivos Correntes		<u>11 831 151,35</u>	<u>12 629 805,61</u>
Total do Passivo		<u>39 091 743,11</u>	<u>39 417 743,88</u>
		<u>103 038 788,23</u>	<u>105 075 267,33</u>

Salvaterra de Magos, 14 de março de 2025

O Contabilista Certificado

A Administração

Assinado por: **MARIA ALICE TAVARES DA CUNHA
CAMPOS**

Num. de Identificação: 10329085

Data: 2025.03.12 17:54:55+00'00'

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Valores expressos em euros)

	Notas	2024	2023
Vendas de mercadorias	20	9 196 058,13	8 391 364,57
Prestação de serviços	20	11 607 071,05	10 523 721,74
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	21	(1 425 109,04)	(1 401 310,99)
Fornecimentos e serviços externos	22	(9 727 744,81)	(8 654 749,31)
Gastos com o pessoal	23	(5 183 547,13)	(5 008 686,40)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	(219 410,00)	38 593,95
Outros rendimentos e ganhos	24	2 981 257,45	2 626 601,34
Outros gastos e perdas	25	(234 159,37)	(201 530,20)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6 994 416,28	6 314 004,70
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4,5	(5 162 459,94)	(5 101 444,72)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 831 956,34	1 212 559,98
Juros e rendimentos similares obtidos	26	18 587,72	21 553,04
Juros e gastos similares suportados	26	(985 893,53)	(734 291,14)
Resultado antes de impostos		864 650,53	499 821,88
Imposto sobre o rendimento do período		(167 160,70)	(137 768,93)
Resultado líquido do período		697 489,83	362 052,95

Salvaterra de Magos, 14 de março de 2025

O Contabilista Certificado

A Administração

Assinado por: **MARIA ALICE TAVARES DA CUNHA
CAMPOS**

Num. de Identificação: 10329085

Data: 2025.03.12 18:00:37+00'00'

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em euros)

	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	29 517 668,83	25 824 437,50
Pagamentos a fornecedores	-12 716 808,57	-12 309 689,97
Pagamentos ao pessoal	-4 915 885,96	-4 605 379,45
Caixa gerada pelas operações	11 884 974,30	8 909 368,08
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	410 545,84	-642 819,30
Outros recebimentos / pagamentos	-7 325 782,37	-6 330 190,90
Fluxos das atividades operacionais [1]	4 969 737,77	1 936 357,88
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-4 486 913,04	-7 647 186,17
Outros ativos	-4 486 913,04	-7 647 186,17
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	295,54	1 609,77
Investimentos financeiros	232 003,65	424 274,49
Subsídios ao investimento	2 636,11	52,72
Juros e rendimentos similares	234 935,30	425 936,98
Dividendos	-4 251 977,74	-7 221 249,19
Fluxos das atividades de investimento [2]	-4 251 977,74	-7 221 249,19
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	3 500 000,00	7 500 000,00
Outras operações de financiamento	3 500 000,00	7 500 000,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-4 511 720,27	-3 612 425,55
Juros e gastos similares	-972 618,96	-526 904,82
Outras operações de financiamento	-5 484 339,23	-4 139 330,37
Fluxos das atividades de financiamento [3]	-1 984 339,23	3 360 669,63
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	-1 266 579,20	-1 924 221,68
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	5 065 024,74	6 989 246,42
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3 798 445,54	5 065 024,74

Salvaterra de Magos, 14 de março de 2025

O Contabilista Certificado

A Administração

Assinado por: **MARIA ALICE TAVARES DA CUNHA CAMPOS**
Num. de Identificação: 10329085
Data: 2025.03.12 18:07:51+00'00'

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Exercício de 2024

(Valores expressos em euros)

			Capital Próprio atribuído aos detentores de capital					
			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício
Posição no início do período	1	Notas	13 743 362,00	2 748 672,40	1 065 955,95	9 491 101,52	38 246 378,63	362 052,95
								65 657 523,45
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	14,15,16	0,00	0,00	0,00	362 052,95	-2 407 968,16	-362 052,95
								-2 407 968,16
Resultado Líquido do Período	3							697 489,83
								697 489,83
Resultado Integral	4 = 2 + 3							335 436,88
								-1 710 478,33
	5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
								0,00
Posição no fim do período	= 1 + 2 + 3 + 5		13 743 362,00	2 748 672,40	1 065 955,95	9 853 154,47	35 838 410,47	697 489,83
								63 947 045,12

Salvaterra de Magos, 14 de março de 2025

O Contabilista Certificado

A Administração

Assinado por: MARIA ALICE TAVARES DA CUNHA

CAMPOS

Num. de Identificação: 10329085

Data: 2025.03.12 18:17:50+00'00'



Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Exercício de 2023

(Valores expressos em euros)

			Capital Próprio atribuído aos detentores de capital					Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio		
<i>Posição no início do período</i>	1	<i>Notas</i>	13 743 362,00	2 748 672,40	1 065 955,95	7 295 204,49	40 040 447,46	2 225 291,97	67 118 934,27
<i>Outras alterações reconhecidas no capital próprio</i>		14,15,16				2 195 897,03	-1 794 068,83	-2 225 291,97	-1 823 463,77
	2		0,00	0,00	0,00	2 195 897,03	-1 794 068,83	-2 225 291,97	-1 823 463,77
<i>Resultado Líquido do Período</i>	3							362 052,95	362 052,95
<i>Resultado Integral</i>	4 = 2 + 3							-1 863 239,02	-1 461 410,82
	5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Posição no fim do período</i>	= 1 + 2 + 3 + 5		13 743 362,00	2 748 672,40	1 065 955,95	9 491 101,52	38 246 378,63	362 052,95	65 657 523,45

Salvaterra de Magos, 14 de março de 2025

O Contabilista Certificado
A Administração

Assinado por: **MARIA ALICE TAVARES DA CUNHA CAMPOS**

Num. de Identificação: 10329085

Data: 2025.03.12 18:10:36+00'00'

[Handwritten signatures in blue and black ink]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

1.1. INTRODUÇÃO

A AR – Águas do Ribatejo E.I.M., S.A. foi constituída em treze de dezembro de dois mil e sete, tem o número de identificação fiscal 508 345 464, tem sede social em Salvaterra de Magos. A Empresa tem como atividade principal a *captação e tratamento de águas e a recolha e drenagem de águas residuais*.

1.2. ACIONISTAS

São acionistas das AR – Águas do Ribatejo, E.I.M., S.A.:

Accionistas	Tipo de ações	Accionistas	Valor nominal por ação	N.º de Ações	% Capital
Município Almeirim	Nominativas	2 123 786,00	2,00	1 061 893	15,45%
Município Alpiarça	Nominativas	742 268,00	2,00	371 134	5,40%
Município Benavente	Nominativas	2 258 936,00	2,00	1 129 468	16,44%
Município Chamusca	Nominativas	1 119 814,00	2,00	559 907	8,15%
Município Coruche	Nominativas	2 065 864,00	2,00	1 032 932	15,03%
Município Salvaterra de Magos	Nominativas	1 950 022,00	2,00	975 011	14,19%
Município Torres Novas	Nominativas	3 482 672,00	2,00	1 741 336	25,34%
		13 743 362,00		6 871 681,00	100,00%

1.3. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas, para emissão, pelo Conselho de Administração no dia 14 de março de 2025. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna e clara as operações da empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

No exercício de 2024, as demonstrações financeiras da AR – Águas do Ribatejo E.I.M., S.A. foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

2.2. PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

2.3. REGIME DO ACRÉSCIMO

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Outros créditos a receber / Outras dívidas a pagar” ou “Diferimentos”.

2.4. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.5. DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.6. COMPARABILIDADE

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2024 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, pelo que não existem contas, seja de Balanço ou Demonstração dos Resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na preparação das demonstrações financeiras a que se refere o presente Anexo, a empresa adotou as Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, pelas Portarias n.º 218/2015 e 220/2015, e pelos Avisos n.º 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta os pressupostos da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e comparabilidade. As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas segundo a convenção do custo histórico.

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem:

3.1. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da AR – Águas do Ribatejo E.I.M., S.A., são apresentadas em euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

No exercício de 2009, no que se refere ao equipamento existente nas infraestruturas de abastecimento e de saneamento, foi utilizada, regra geral, uma taxa de 8,33% o que corresponderia a uma vida útil de 12 anos. No entanto face ao acréscimo de experiência e conhecimento adquirido ao longo dos últimos anos da realidade infraestrutural dos sistemas e das condições em que estes equipamentos e máquinas operam, e tendo em atenção o princípio da prudência, foi ajustada a expectativa de vida útil para estes equipamentos, passando esta a ser, em regra, de 8 anos, a que corresponde uma taxa de depreciação de 12,5%. De salientar que esta opção serve igualmente para ajustar a vida útil contabilística deste tipo de ativos ao que é comum no sector, indo de encontro às referências existentes ("Gestão Patrimonial de infraestruturas de abastecimento de água", Série "Guias Técnicos" da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos).

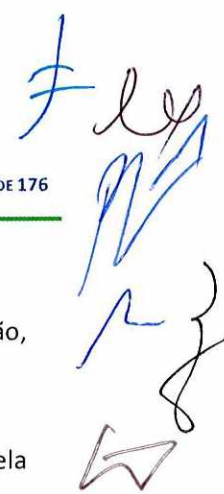
As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Taxas	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	2.5% - 5%	20 - 40
Equipamento básico	4% - 12.5%	8 - 25
Equipamento de transporte	25%	4
Ferramentas e utensílios	12,5% - 20%	5 - 8
Equipamento administrativo	12,5% - 33,33%	3 - 8
Outros activos fixos tangíveis	12,5% - 20%	5 - 8

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo. As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na Demonstração dos Resultados.

O gasto com depreciações é reconhecido na Demonstração de Resultados na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e amortização".

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.



Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações de um ativo intangível com vida útil finita são calculadas numa base anual, após a data de início de utilização, de acordo com o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual. Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

3.4. INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda.

Os inventários são ativos:

- a) Detidos para venda no decurso ordinário da atividade empresarial (mercadorias); e
- b) Na forma de materiais ou consumíveis a serem aplicados no processo de produção ou na prestação de serviços (Matérias-primas, subsidiárias e de consumo).

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são mensuradas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados necessários para efetuar a venda.

O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

A entidade utiliza o regime de inventário permanente, de acordo com o disposto no nº1 do artigo 12º do Decreto-Lei nº 158/2009 (na redação do Decreto-Lei 98/2015), de 13 de julho. Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

3.5. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% para a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é 1% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. Adicionalmente, nos termos do artigo 87º-A do Código do IRC, o lucro tributável está sujeito a derrama estadual, de acordo com os seguintes intervalos; i) entre 1.500.000 euros e 7.500.000 euros, de 3%; ii) entre 7.500.000 e 35.000.000 euros, de 5%; e iii) superior a 35.000.000 euros, de 9%.

No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente, dando a diferença temporária origem ao registo de impostos diferidos.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2021 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.



3.6. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

As contas de “Clientes” e “Outros créditos a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.8. CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.9. PROVISÕES

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.10. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DO GOVERNO

3.11. SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

Os subsídios ao investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a empresa cumprirá as obrigações subjacentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e ou construção de ativos tangíveis e ou intangíveis são incluídos no Capital próprio e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método de depreciação e ou amortização dos ativos subjacentes.

3.12. CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

3.13. PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

3.14. PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

3.15. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.16. FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.17. LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação, ou como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Na data de relato, não existem contratos de locação em vigor.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, e as depreciações correspondentes, conforme definido nos pontos 3.2. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

3.18. RÉDITO E REGIME DO ACRÉSCIMO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até

que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.19. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Empresa classifica na rubrica de caixa e seus equivalentes os ativos com maturidade inferior a três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende, também, os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de financiamentos obtidos.

Os fluxos de caixa são classificados, na demonstração dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (1) atividades operacionais, (2) atividades de investimento e (3) atividades de financiamento.

As atividades operacionais englobam, essencialmente, os recebimentos de clientes e os pagamentos a fornecedores, incluindo pagamentos ao pessoal, os pagamentos de impostos indiretos líquidos e do imposto sobre o rendimento.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos financeiros, recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos intangíveis e tangíveis.

Os fluxos de caixa relacionados com as atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, em dezembro de 2024 e de 2023 foi o seguinte:

31 de dezembro de 2024					
	31-dez-23	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	31-dez-24
Custo:					
Terrenos e recursos naturais	1 133 248,63				1 133 248,63
Edifícios e outras construções	141 961 598,19	207 770,32	-11 775,22	5 312 053,51	147 469 646,80
Equipamento básico	5 935 351,52	453 596,19	-21 843,90	0,00	6 367 103,81
Equipamento de transporte	679 047,61	51 468,59	-12 139,73	0,00	718 376,47
Equipamento administrativo	637 906,44	41 413,18	-1 868,63	0,00	677 450,99
Outros activos fixos tangíveis	829 221,73	79 337,39	-10 378,51		898 180,61
Investimentos em curso	10 585 773,98	3 428 222,16		-5 312 053,51	8 701 942,63
	<u>161 762 148,10</u>	<u>4 261 807,83</u>	<u>-58 005,99</u>	<u>0,00</u>	<u>165 965 949,94</u>
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	62 785 139,23	4 608 089,37	-3 106,99	0,00	67 390 121,61
Equipamento básico	4 098 995,52	395 776,58	-7 976,07	0,00	4 486 796,03
Equipamento de transporte	549 915,42	64 272,28	0,00	0,00	614 187,70
Equipamento administrativo	600 489,45	26 667,59	-1 833,86	0,00	625 323,18
Outros activos fixos tangíveis	679 785,24	67 654,12	-10 378,51	0,00	737 060,85
	<u>68 714 324,86</u>	<u>5 162 459,94</u>	<u>-23 295,43</u>	<u>0,00</u>	<u>73 853 489,37</u>
	<u>93 047 823,24</u>				<u>92 112 460,57</u>
31 de dezembro de 2023					
	31-dez-22	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	31-dez-23
Custo:					
Terrenos e recursos naturais	1 133 248,63				1 133 248,63
Edifícios e outras construções	137 811 925,36	697 528,71	-4 328,37	3 456 472,49	141 961 598,19
Equipamento básico	5 612 576,17	485 430,92	-162 655,57		5 935 351,52
Equipamento de transporte	565 013,33	114 034,28			679 047,61
Equipamento administrativo	620 774,38	17 132,06			637 906,44
Outros activos fixos tangíveis	770 088,64	59 133,09			829 221,73
Investimentos em curso	7 906 707,58	6 135 538,89		-3 456 472,49	10 585 773,98
	<u>154 420 334,09</u>	<u>7 508 797,95</u>	<u>-166 983,94</u>	<u>0,00</u>	<u>161 762 148,10</u>
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	58 212 255,42	4 573 516,96	-633,15		62 785 139,23
Equipamento básico	3 884 528,41	377 122,68	-162 655,57		4 098 995,52
Equipamento de transporte	491 061,33	58 854,09			549 915,42
Equipamento administrativo	580 716,53	19 772,92			600 489,45
Outros activos fixos tangíveis	607 607,17	72 178,07			679 785,24
	<u>63 776 168,86</u>	<u>5 101 444,72</u>	<u>-163 288,72</u>	<u>0,00</u>	<u>68 714 324,86</u>
	<u>90 644 165,23</u>				<u>93 047 823,24</u>

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Os investimentos em curso, entre dezembro de 2024 e 2023, tiveram a seguinte evolução:

Investimentos em Curso	31/12/2024	31/12/2023
SAR Chancelaria	3 937 004,80 €	4 377 201,16 €
SAR Parceiros da Igreja	60 859,08 €	59 263,96 €
SAR Carreiro da Areia	17 500,00 €	17 500,00 €
Subs. Saneamento Foros de Almada	17 480,00 €	17 480,00 €
Remodelação SAA Torres Novas	103 817,35 €	100 720,97 €
Remodelação SAR Salvaterra de Magos	16 500,01 €	16 500,01 €
Remodelação SAA Salvaterra de Magos	13 500,00 €	13 500,00 €
Remodelação SAA Torres Novas	3 333,12 €	3 333,12 €
Reabilitação ETAR Benfica do Ribatejo	23 500,00 €	21 150,00 €
Reabilitação Reservatório Lapas	336 119,05 €	49 267,24 €
Remodelação Redes Abastecimento Samora Correia	15 500,00 €	15 500,00 €
Reabilitação ETAR Almeirim/Alpiarça	18 800,00 €	14 100,00 €
Execução Subsistema Tratamento Malhada Alta	8 300,00 €	400,00 €
Substituição Rede de Abastecimento Água em Mata	-----	285,00 €
Remodelação EE do Rossio e Serradinho, Sistema de Saneamento de Muge	-----	355 022,38 €
Reformulação do SAR Vale da Serra - Interligação Chancelaria	14 805,00 €	14 805,00 €
Ampliação SAA Fazendas de Almeirim	2 015 029,55 €	1 983 898,62 €
Remodelação SAR Arripiado	26 550,00 €	26 550,00 €
Execução Saneamento Avenida Nações - Porto Alto	98 902,85 €	4 950,00 €
Prolongamento da rede de Abastecimento até ao Arneiro da Volta e Monte da Vinha	4 131,00 €	4 131,00 €
Reabilitação de Dois Reservatórios em Sto. Estevão	16 310,00 €	16 310,00 €
Execução da Rede de Saneamento na Coutada Velha	9 135,00 €	3 045,00 €
Subsistema Abastecimento de Couço/Escusa/Varejola	7 400,00 €	7 400,00 €
Remodelação da EE do Belo Jardim - SAR Esteveira	3 288,68 €	3 288,68 €
Execução da Rede de Abastecimento na Coutada Velha	3 915,00 €	1 305,00 €
Execução Furo Captação de água do SAA Fazendas Almeirim/Frade Cima	22 466,73 €	22 466,73 €
SAA Coruche/Valverde/Fajarda	19 780,00 €	19 780,00 €
Ampliação SAA Fazendas de Almeirim - Condutas	-----	2 463 408,85 €
Execução Remodelação Instalações Cândido dos Reis em T.Novas	8 070,00 €	8 070,00 €
Remodelação do Sistema de Saneamento de Torres Novas - Situação 7	4 000,00 €	4 000,00 €
Execução ETAR de Courelas da Amoreirinha	-----	324 985,51 €
Beneficiação Condutas e Coletores EN118 - Scorreia/Smagos	5 997,00 €	5 997,00 €
Subst.Conduta Sistema Abastecimento à Zona Industrial Torres Novas	3 000,00 €	3 000,00 €
Instalação Válvulas de Ramal em Carga	26 880,00 €	26 880,00 €
Execução da Fossa Sética Coletiva do Sabugueiro	-----	126 666,72 €
Ampliação e Remodelação Redes de Saneamento do Concelho de Salvaterra Magos	21 202,43 €	14 134,95 €
Ampliação e Remodelação Redes de Abastecimento do Concelho de Salvaterra Magos	12 452,17 €	8 301,45 €
Execução Sistema Elevatório Águas Residuais - Rua de Santarém - Almeirim	4 401,00 €	4 401,00 €

Investimentos em Curso	31/12/2024	31/12/2023
Redes Abastecimento Chamusca	11 912,56 €	810,00 €
Redes Abastecimento Torres Novas	2 559,60 €	2 559,60 €
Redes Saneamento Chamusca	37 362,82 €	16 316,63 €
Redes Saneamento Torres Novas	8 105,00 €	8 105,00 €
Execução SAR Foros de Almada	21 049,20 €	5 847,00 €
Remodelação Rede Abastecimento - Localidade de Borreco - SAA Riachos	9 551,81 €	1 267,50 €
Reparação Rede Saneamento na EM578 - Kartódromo até Fazendas de Almeirim	-----	202 078,99 €
Construção EEAR Urbanização envolvente Centro Escolar de Olaia	-----	26 327,86 €
Beneficiação de Infraestruturas da AR - ER 234 em Riachos - Abastecimento	247 407,14 €	144 082,05 €
Beneficiação de Infraestruturas da AR - ER 234 em Riachos - Saneamento	17 500,46 €	5 100,00 €
Prolongamento Condutas e Colectores EN118 - SC/Smagos	4 290,00 €	4 290,00 €
Benef. Ampliação Redes Abast/San.EN118 - Smagos (Km53)/Almeirim(Km74)	9 990,00 €	9 990,00 €
Requalificação Urbana Rua da Várzea/Acesso ao Nersant e Rotunda Envolvente	59 853,18 €	-----
Reabilitação Reservatório do Zambujeiro - Sto Estevão	300 359,51 €	-----
Reabilitação Reservatório da Pouca Roupas - Sto Estevão	127 050,14 €	-----
SAR Glória do Ribatejo	31 500,00 €	-----
Execução 2.º Furo Captação de Água para reforço do SAA F.Almeirim/Frade Cima	152 845,72 €	-----
Subsistema Saneamento Couço	12 000,00 €	-----
SAA de Montinho dos Pegos/ZIMB -Sistema Adutor e Captação de Montinhos	11 286,00 €	-----
Reservatório do Eco Parque do Relvão	6 270,00 €	-----
Reservatório de Rendufas	3 762,00 €	-----
Reservatório de Outeiro Grande	3 762,00 €	-----
Remodelação EE' de Vila Nova Santo Estevão	14 350,00 €	-----
Remodelação da Rede Abastecimento à Rua do Centro Paroquial - S.Magos	2 640,00 €	-----
Exec.Recintos Equip.2 Furos Captação Água SAA Fazendas Almeirim/Frade Cima	245 380,47 €	-----
SAR Muge	11 555,00 €	-----
Execução coletor Rua Operários Agrícolas ligação à EEAR de Arados	1 480,13 €	-----
Rede Drenagem Águas Residuais Rua Casas Altas/Rua do Mosteiro - Torres Novas	1 658,75 €	-----
Reabilitação ETAR de Coruche	9 112,50 €	-----
Reabilitação EEAR Coruche	3 037,50 €	-----
Ampliação SAA Benavente/VT/SC - Reservatório Vale Tripeiro	14 987,50 €	-----
Ampliação SAA Benavente/VT/SC - ETA Benavente/VT/SC	14 987,50 €	-----
Remodelação Rede e Ramais de Ligação Saneamento Sto Estevão - Benavente	16 923,20 €	-----
Revitalização do Largo Porto João Felício - Coruche	3 591,72 €	-----
Execução Captação n.º 1 do SAA Fazendas Almeirim/Frade Cima	40 907,00 €	-----
Telemetria - Sistema de Monitorização e Controlo Perdas na Rede Abastecimento	10 450,00 €	-----
Centro de Comando Sistema Telegestão - Atualização	101 529,71 €	-----
Substituição da Rede de Abastecimento de Resgaís	231 004,69 €	-----
TOTAL	8 701 942,63 €	10 585 773,98 €

Em 31 de dezembro de 2024, os principais projetos de candidaturas aos subsídios registados são os seguintes:

Designação do projeto	Prazo de Amortização	Custo de Investimento	Amortizações Acumuladas	Valor líquido
Projeto 2004/PT/16/C/PE/009	30 ANOS	45 104 406,81	28 738 272,72	16 366 134,09
Operação POVT-12-0146-FCOES-000073	30 ANOS	27 508 879,25	14 505 130,73	13 003 748,52
Operação POVT-12-0146-FCOES-000126	30 ANOS	17 964 708,02	9 237 672,28	8 727 035,74
Operação POVT-12-0146-FCOES-000168	30 ANOS	3 672 692,64	1 709 633,74	1 963 058,90
Operação POVT-12-0146-FCOES-000281	30 ANOS	736 449,54	411 481,86	324 967,68
Operação POSEUR-03-2012-FC-000036	30 ANOS	3 440 606,03	986 173,05	2 454 432,98
Operação POSEUR-03-2012-FC-000040	30 ANOS	238 993,62	121 807,44	117 186,18
Operação POSEUR-03-2012-FC-000042	30 ANOS	726 507,74	335 009,50	391 498,24
Operação POSEUR-03-2012-FC-000296	30 ANOS	707 463,29	236 272,57	471 190,72
Operação POSEUR-03-2012-FC-000332	30 ANOS	714 501,96	239 555,23	474 946,73
Operação POSEUR-03-2012-FC-000515	30 ANOS	4 991 250,29	863 846,52	4 127 403,77
Operação POSEUR-03-2012-FC-000636	30 ANOS	710 544,24	186 259,39	524 284,85
Operação POSEUR-03-2012-FC-000768	30 ANOS	75 887,97	32 163,19	43 724,78
Operação POSEUR-03-2012-FC-000771	30 ANOS	237 688,50	55 405,21	182 283,29
Operação POSEUR-03-2012-FC-000773	30 ANOS	1 787 449,63	178 566,21	1 608 883,42
Operação POSEUR-03-2012-FC-000775	30 ANOS	1 767 153,75	379 439,84	1 387 713,91
Operação POSEUR-03-2012-FC-000776	30 ANOS	77 722,96	53 820,48	23 902,48
Operação POSEUR-03-2012-FC-000843	30 ANOS	421 309,76	120 072,00	301 237,76
Operação POSEUR-03-2012-FC-000990	30 ANOS	419 919,40	76 272,44	343 646,96
Operação POSEUR-03-2012-FC-000991	30 ANOS	736 881,95	157 287,22	579 594,73
Operação POSEUR-03-2012-FC-000992	30 ANOS	235 782,02	78 594,96	157 187,06
Operação POSEUR-03-2012-FC-001049	30 ANOS	993 484,28	230 992,45	762 491,83
Operação POSEUR-03-2012-FC-001050	30 ANOS	450 291,04	124 420,89	325 870,15
Operação POSEUR-03-2012-FC-001051	30 ANOS	743 404,28	179 209,89	564 194,39
Operação POSEUR-03-2012-FC-001054	30 ANOS	1 578 982,37	219 800,46	1 359 181,91
Operação POSEUR-03-2012-FC-001283	30 ANOS	879 867,14	274 398,17	605 468,97

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

31 de dezembro de 2024						
	31-dez-2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	31-dez-2024
Custo						
Software	113 371,69	0,00	0,00	0,00	0,00	113 371,69
Outras activos intangíveis	662 330,69	6 979,40	0,00	0,00	0,00	669 310,09
	775 702,38	6 979,40	0,00	0,00	0,00	782 681,78
Depreciações Acumuladas						
Software	113 371,69			0,00	0,00	113 371,69
	113 371,69	0,00	0,00	0,00	0,00	113 371,69
	662 330,69					669 310,09
31 de dezembro de 2023						
	31-dez-22	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	31-dez-23
Custo						
Software	113 371,69	0,00		0,00	0,00	113 371,69
Outras activos intangíveis	660 955,29	1 375,40		0,00	0,00	662 330,69
	774 326,98	1 375,40	0,00	0,00	0,00	775 702,38
Depreciações Acumuladas						
Software	113 371,69	0,00		0,00	0,00	113 371,69
	113 371,69	0,00	0,00	0,00	0,00	113 371,69
	660 955,29					662 330,69

Os valores inscritos em outros ativos intangíveis referem-se a concessões de servidão.

6. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Esta rubrica refere-se única e exclusivamente à participação FCT – Fundo de Compensação do Trabalho, tendo registado em 31 de dezembro de 2024 o valor de 24 897,60 Euros (em 31 de dezembro de 2023, o valor era de 25.193,14Euros).

7. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a rubrica “Inventários” tinha a seguinte composição:

	<u>31/dez/24</u>	<u>31/dez/23</u>
Materias primas subsidiárias e de consumo	<u>302 822,70</u>	<u>274 283,83</u>
	302 822,70	274 283,83

8. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

	<u>31/dez/24</u>	<u>31/dez/23</u>
	<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Clientes		
Clientes conta corrente	2 733 801,25	3 123 034,05
Clientes de cobrança duvidosa	<u>2 737 489,00</u>	<u>2 518 079,00</u>
	5 471 290,25	5 641 113,05
Perdas por imparidade acumuladas	<u>-2 737 489,00</u>	<u>-2 518 079,00</u>
	<u>2 733 801,25</u>	<u>3 123 034,05</u>

	<u>Cientes gerais</u>	<u>Grupo / relacionados</u>	<u>Cientes gerais</u>	<u>Grupo / relacionados</u>
Cientes				
Cientes conta corrente	2 564 440,76	169 360,49	3 025 143,86	97 980,19
Cientes de cobrança duvidosa	2 737 489,00		2 518 079,00	
	5 301 929,76	169 360,49	5 543 222,86	97 980,19

A antiguidade dos saldos de clientes a 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 apresentava-se como segue:

Em 31/12/2024:

	<u>0-30 dias</u>	<u>31-60 dias</u>	<u>61-60 dias</u>	<u>91 a 180 dias</u>	<u>> 181 dias</u>	<u>Total</u>
Cientes conta corrente	1 412 887,64	324 389,83	147 992,38	135 215,30	713 316,11	2 733 801,25
Cientes outros					2 737 489,00	2 737 489,00
	1 412 887,64	324 389,83	147 992,38	135 215,30	3 450 805,11	5 471 290,25

Em 31/12/2023:

	<u>0-30 dias</u>	<u>31-60 dias</u>	<u>61-60 dias</u>	<u>91 a 180 dias</u>	<u>> 181 dias</u>	<u>Total</u>
Cientes conta corrente	1 520 615,81	371 126,01	201 478,90	224 853,45	804 959,88	3 123 034,05
Cientes outros					2 518 079,00	2 518 079,00
	1 520 615,81	371 126,01	201 478,90	224 853,45	3 323 038,88	5 641 113,05

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os movimentos ocorridos na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas de clientes", foram os seguintes:

<u>Perdas por imparidades</u>	<u>31/dez/24</u>	<u>31/dez/23</u>
Saldo Inicial	2 518 079,00	2 556 672,95
Aumento	219 410,00	111 502,05
Reversão	0,00	-150 096,00
	<u>2 737 489,00</u>	<u>2 518 079,00</u>

A lei n.º 23/96, de 26 de julho relativa aos serviços públicos essenciais, alterada e publicada através da lei n.º 12/98, de 26 de fevereiro, é aplicável, entre outros, aos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais urbanas.

De acordo com o estabelecido no art.º 10 da Lei n.º 23/96, o direito ao recebimento do preço do serviço prestado prescreve no prazo de seis meses após a sua prestação.

Assim, e uma vez que no âmbito da atividade desenvolvida pela Empresa, a faturação dos serviços prestados que não for liquidada no período de 6 meses após a prestação do serviço encontra-se tecnicamente prescrita sendo, portanto, razoável assumir que a Empresa não vai conseguir reaver esse valor, constituindo uma provisão para clientes cobrança duvidosa a 100%.

Em 2024, a imparidade foi reforçada em 219.410 euros.

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2024 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	<u>31/dez/24</u>	<u>31/dez/23</u>
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	0,00	473 540,48
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1 449 444,57	762 301,24
	<u>1 449 444,57</u>	<u>1 235 841,72</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	82 135,67	0
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	30 053,28	33 746,54
Segurança Social	96 443,18	91 214,26
Outros impostos e taxas	382 816,09	288 700,94
	<u>591 448,22</u>	<u>413 661,74</u>

Decorrente da aplicação do Regime Fiscal de Incentivo à Capitalização das Empresas, previsto no artigo 43º -D do Estatuto dos Benefícios Fiscais instituído da Lei n.º 24-D/2022 e atualizado pela Lei 82/2023 foi considerado no cálculo do imposto a pagar o efeito deste incentivo que se consubstanciou numa redução da matéria coletável de 183.269 euros a que corresponde uma poupança de IRC no montante de 38.528 euros.

O ICE é um incentivo fiscal que permite uma dedução ao lucro tributável em sede de IRC, sendo aplicado às entradas em dinheiro e em espécie realizadas pelos sócios, prémios de emissão e participações sociais, e ainda aos lucros aplicados em resultados transitados em reservas.

Com a aprovação do Orçamento do Estado de 2024 a dedução anual passou a ser apurada pela aplicação de uma taxa variável (neste ano 3,222%), correspondente ao valor médio da taxa Euribor a 12 meses no período de tributação. Depois é adicionado o valor de um spread de 1,5% ou caso se trate de uma PME ou Small Mind Cap um spread de 2%, sendo o benefício, para o ano de 2024 majorado em 50%.

10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a rubrica "Outros créditos a receber" tinha a seguinte composição:

Outros créditos a receber	31/dez/24	31/dez/23
Outros	1 830 640,41	1 516 537,28
	1 830 640,41	1 516 537,28

11. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	31/dez/24	31/dez/23
Diferimentos (Ativo)		
Seguros pagos antecipadamente	76 973,25	77 442,31
Rendas	5 205,13	4 804,99
Outros gastos a reconhecer	34 787,12	42 951,34
	116 965,50	125 198,64

12. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31/dez/24	31/dez/23
Caixa	12 017,88	21 037,05
Depósitos à ordem	3 266 427,66	4 523 987,69
Depósitos à prazo	520 000,00	520 000,00
	3 798 445,54	5 065 024,74

13. CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de dezembro de 2024 o capital da empresa, totalmente subscrito e realizado, detalha-se da seguinte forma:

Accionistas	Tipo de acções	Accionistas	Valor nominal por acção	N.º de Acções	% Capital
Município Almeirim	Nominativas	2 123 786,00	2,00	1 061 893	15,45%
Município Alpiarça	Nominativas	742 268,00	2,00	371 134	5,40%
Município Benavente	Nominativas	2 258 936,00	2,00	1 129 468	16,44%
Município Chamusca	Nominativas	1 119 814,00	2,00	559 907	8,15%
Município Coruche	Nominativas	2 065 864,00	2,00	1 032 932	15,03%
Município Salvaterra de Magos	Nominativas	1 950 022,00	2,00	975 011	14,19%
Município Torres Novas	Nominativas	3 482 672,00	2,00	1 741 336	25,34%
		13 743 362,00		6 871 681,00	100,00%

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital

As pessoas coletivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado, em 31 de dezembro de 2024, eram as seguintes:

	% Capital	Valor
Município de Torres Novas	25%	3.482.672,00

De salientar que, por deliberação da Assembleia Geral em 27/06/2018, foi realizado um aumento de capital, por incorporação de reservas disponíveis para o efeito, no montante de seis milhões oitocentos e setenta e um mil seiscentos e oitenta e um euros (€6.871.681,00). Para este aumento de capital, no qual participaram todos os acionistas da sociedade, foi aumentado o valor nominal das ações, passando o mesmo de um Euro (€ 1,00) para dois Euros (€2,00). O valor do capital social desde esta data, resultante deste aumento, é de treze milhões setecentos e quarenta e três mil, trezentos e sessenta e dois euros (€13.743.362,00).

14. RESERVAS LEGAIS

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% dos lucros têm de ser destinados ao reforço da Reserva Legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

15. RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica compreende valores resultantes da aplicação de resultados de exercícios anteriores, fruto das deliberações das assembleias gerais de aprovação de contas da entidade. O restante valor é referente a outras correções de exercícios anteriores. A rubrica apresenta o valor de 9.853.154,47 euros em 31 de dezembro de 2024. No ano de 2023 foi obtido um resultado líquido positivo de 362.052,95 euros, tendo sido aplicado em resultados transitados.

16. AJUSTAMENTOS / OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31/dez/24</u>	<u>31/dez/23</u>
Subsídios	<u>35 838 410,47</u>	<u>38 246 378,63</u>
	<u>35 838 410,47</u>	<u>38 246 378,63</u>

Em 2024 foi efetuado o reconhecimento de subsídios ao investimento em resultados do período de 2.445.978 euros. A rubrica inclui ainda crédito de imposto associados aos subsídios que virão a ser reconhecidos em exercícios futuros no montante de 10.108.270 euros.

17. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31/dez/24		31/dez/23	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
financiamentos bancários	17 152 321,76	2 085 666,61	16 000 498,27	4 249 210,37
	17 152 321,76	2 085 666,61	16 000 498,27	4 249 210,37

Os empréstimos bancários não correntes são reembolsáveis de acordo com os seguintes prazos de reembolso:

Prazos de reembolso	31/dez/24	31/dez/23
Menos de um ano	2 085 666,60	4 249 210,37
1 a 2 anos	2 231 488,44	1 986 126,79
2 a 3 anos	1 891 666,67	1 866 601,24
3 a 4 anos	1 891 666,67	1 554 441,86
4 a 5 anos	1 891 666,67	1 583 491,06
Mais de 5 anos	9 245 833,33	9 009 837,32
	19 237 988,37	20 249 708,64

O quadro seguinte apresenta os dados referentes aos vários contratos de financiamento que estão em curso, com referência a 31/12/2024:

Entidade	Finalidade	Data início	Data fim	Montante contratado	Montante utilizado	Valor em dívida a 31/12/2024
Santander	Investimento	23/06/2014	28/06/2025	2 944 386,50	2 944 386,50	145 844,83
Crédito Agrícola	Investimento	12/04/2018	12/10/2030	3 500 000,00	3 500 000,00	2 100 000,00
Novo Banco	Investimento	12/04/2018	12/10/2026	2 888 485,01	2 888 485,00	679 643,54
Crédito Agrícola	Investimento	01/06/2020	30/05/2034	7 500 000,00	7 500 000,00	5 937 500,00
BPI	Investimento	24/06/2022	31/12/1935	7 500 000,00	7 500 000,00	6 875 000,00
BPI	Investimento	13/05/2024	31/12/2037	7 500 000,00	3 500 000,00	3 500 000,00
TOTAL				31 832 871,51	27 832 871,50	19 237 988,37

18. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica "Outras dívidas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31/dez/24		31/dez/23	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos		891 256,83		1 022 417,83
Fornecimento investimentos conta corrente		1 543 152,56		1 280 138,70
Outras contas a pagar	10 108 270,00	4 652 299,42	10 787 440,10	4 404 010,37
	10 108 270,00	7 086 708,81	10 787 440,10	6 706 566,90

No que se refere a esta rubrica, é de salientar que o valor mais significativo (10.108.270 euros) é referente ao reconhecimento do montante de crédito de imposto associados aos Subsídios que virão a ser reconhecidos em exercícios futuros.

19. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31/dez/24		31/dez/23	
	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	2 061 332,51	5 995,20	1 254 371,40	5 995,20
	2 061 332,51	5 995,20	1 254 371,40	5 995,20

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'F' and 'LA'.

20. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e prestações de serviços, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foram como segue:

	31/dez/24		31/dez/23	
	Mercado Interno	Total	Mercado Interno	Total
Vendas de mercadorias	9 196 058,13	9 196 058,13	8 391 364,57	8 391 364,57
Prestação de serviços	11 607 071,05	11 607 071,05	10 523 721,74	10 523 721,74
	20 803 129,18	20 803 129,18	18 915 086,31	18 915 086,31

A rubrica de vendas corresponde ao valor da venda da água, e a rubrica dos serviços prestados corresponde aos serviços de saneamento, quotas de saneamento, quotas de água e outros serviços.

21. INVENTÁRIOS E CUSTO DAS VENDAS

O custo das vendas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, é detalhado como segue:

	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo inicial	274 283,83	330 529,17
Regularizações	58 246,25	17 613,48
Compras	1 395 401,66	1 327 452,17
Custo de vendas	-1 425 109,04	-1 401 310,99
Saldo final	302 822,70	274 283,83

Relativamente a esta rubrica, o valor mais significativo é referente à aquisição de água à EPAL, para distribuição em parte do concelho de Torres Novas.

22. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos no período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	<u>31/dez/24</u>	<u>31/dez/23</u>
Subcontratos	2 038 547,61	1 932 259,44
Serviços especializados	2 446 227,72	2 413 950,36
Materiais	97 295,90	107 591,10
Energia e fluídos	3 778 891,04	3 012 208,52
Deslocações, estadas e transportes	19 170,11	19 537,06
Serviços diversos	1 347 612,43	1 169 202,83
Rendas e alugueres	435 997,08	287 918,02
Comunicação	568 139,17	543 331,06
Limpeza, Higiene e conforto	100 558,02	98 818,63
Outros	242 918,16	239 135,12
	<u>9 727 744,81</u>	<u>8 654 749,31</u>

23. GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

	<u>31/dez/24</u>	<u>31/dez/23</u>
Remunerações do pessoal	4 072 169,64	3 865 846,15
Encargos sobre remunerações	903 487,24	852 059,68
Seguros	66 371,83	63 405,43
Gastos de acção social	19 363,47	16 765,73
Outros gastos com pessoal	122 154,95	210 609,41
	<u>5 183 547,13</u>	<u>5 008 686,40</u>

O número de colaboradores da empresa em 31 de dezembro de 2024 era de 197 e em 31 de dezembro de 2023 era de 194.

24. OUTROS RENDIMENTOS

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foram como segue:

	<u>31/dez/24</u>	<u>31/dez/23</u>
Descontos de pronto pagamento obtidos	3,08	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	2 401,54	12 696,79
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	17 851,00	1,54
Outros rendimentos e ganhos	<u>2 961 001,83</u>	<u>2 613 903,01</u>
	<u>2 981 257,45</u>	<u>2 626 601,34</u>

Esta rubrica de demonstração de resultados compreende a imputação do exercício relativa aos subsídios ao investimento (2.445.978 Euros).

25. OUTROS GASTOS

Os outros gastos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foram como segue:

	<u>31/dez/24</u>	<u>31/dez/23</u>
Impostos	147 410,70	158 716,64
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	6,53
Gastos e perdas em inv. não financeiros	52 515,05	16 043,09
Outros gastos e perdas	<u>34 233,62</u>	<u>26 763,94</u>
	<u>234 159,37</u>	<u>201 530,20</u>

26. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros, nos períodos de 31 de dezembro de 2024 e de 2023, tinham a seguinte composição:

	31/dez/24	31/dez/23
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	18 587,72	21 553,04
	18 587,72	21 553,04
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	979 441,39	724 935,61
Outros gastos e perdas de financiamento	6 452,14	9 355,53
	985 893,53	734 291,14
Resultados financeiros	-967 305,81	-712 738,10

27. PARTES RELACIONADAS

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 referentes a entidades relacionadas eram os seguintes:

Em 31/12/2024:

	Activo		Passivo	
Accionistas	Clientes	Fornecedores	Excesso de capital	Resíduos sólidos
Município Almeirim	7 960,54	0,00	57 093,00	134 071,23
Município Alpiarça	43 521,54	0,00	1 652,89	100 247,53
Município Benavente	-609,84	0,00	48 901,92	521 670,20
Município Chamusca	1 539,01	0,00	5 058,98	21 320,19
Município Coruche	63 200,15	0,00	5 453,85	109 431,13
Município Salvaterra de Magos	28 127,47	5 995,20	68 349,83	307 649,17
Município Torres Novas	25 621,62	0,00	5 150,98	443 532,57
	169 360,49	5 995,20	191 661,45	1 637 922,02

Em 31/12/2023:

	Activo	Passivo		
Accionistas	Cientes	Fornecedores	Excesso de capital	Resíduos sólidos
Município Almeirim	4 193,43		57 093,00	134 755,92
Município Alpiarça	26 980,16		1 652,89	99 204,92
Município Benavente	7 862,90		48 901,92	367 535,02
Município Chamusca	4 664,42		5 058,98	21 272,79
Município Coruche	15 057,83		5 453,85	109 742,78
Município Salvaterra de Magos	16 883,26	5 995,20	68 349,83	264 251,17
Município Torres Novas	22 248,19		5 150,98	474 980,27
	<u>97 890,19</u>	<u>5 995,20</u>	<u>191 661,45</u>	<u>1 471 742,87</u>

No que se refere aos valores de Resíduos Sólidos, deve ser salientado o seguinte: o valor constante do quadro supra corresponde à diferença entre o valor total de Proveitos faturado e o valor transferido para os Municípios, a 31/12/2024.

Contudo, e nos termos do Protocolo celebrado entre a AR e os Municípios, o valor a transferir corresponde ao valor efetivamente cobrado (e não ao faturado), pelo que o valor acima indicado apenas será entregue aos Municípios quando e se vier efetivamente a ser cobrado.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

29. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2024, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2024.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

30. OUTRAS INFORMAÇÕES

32.1. Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento à alínea b) do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os honorários anuais relativos à prestação de serviços de Revisão de Contas ascendem a 11.000,00 euros (sem IVA), não tendo sido faturados quaisquer outros trabalhos. Em 31 de dezembro de 2024 não existiam dívidas de honorários ao Fiscal Único / SROC.

32.2 Descrição das responsabilidades da empresa por garantias prestadas

A favor de	Valor	Objetivo
ARH Tejo, I.P.	10 000,00 €	Eventuais danos exploração - ETAR de Coruche
ARH Tejo, I.P.	7 500,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Bordoal Pinheiro
ARH Tejo, I.P.	12 500,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR quinta dos Gatos
ARH Tejo, I.P.	9 375,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Murteira
ARH Tejo, I.P.	7 500,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Vila Nova de Santo Estevão
ARH Tejo, I.P.	3 000,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Azeitada
ARH Tejo, I.P.	3 500,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Santana do Mato
ARH Tejo, I.P.	3 500,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Branca
ARH Tejo, I.P.	7 500,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR do Couço
ARH Tejo, I.P.	3 500,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Brogueira em Torres Novas
António A.Silva e António Borges de Oliveira	142,89 €	Servidão Administrativa da Parcela 16A, artº 69 da Secção 038 - Fazendas de Almeirim - Subst. San. de Paços Negros
António A.Silva e António Borges de Oliveira	142,89 €	Servidão Administrativa da Parcela 16, artº 69 da Secção 038 - Fazendas de Almeirim - Subst. San. de Paços Negros
Herdeiros de Francisco Guilherme Cocharro	140,37 €	Servidão Administrativa da Parcela 12, artº 73 da Secção 038 - Fazendas de Almeirim - Subst. San. de Paços Negros
Herdeiros de Fernando Jacinto	175,79 €	Servidão Administrativa da Parcela 2, artº 86 da Secção 038 - Fazendas de Almeirim - Subst. San. de Paços Negros
Isabel Maria Canavario da Costa Macedo Vaz	7 904,85 €	Servidão Administrativa da Parcela 1, artº 5 da Secção V-V1 - Foros da Charneca - Biscainho
Maria Eugénia da Câmara Ferreira Pinto B.A.Rio	168,94 €	Servidão Administrativa da Parcela 8, artº 2 da Secção CC-CC1 - Foros da Charneca - Biscainho
António Nuno Nunes Alves Pereira Joaquim	4 246,11 €	Servidão Administrativa da Parcela 7 e 7.1, artº 1 da Secção CC-CC1 - Foros da Charneca - Biscainho
ARH Tejo, I.P.	13 750,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Riachos
Legítimos Proprietários	1 287,00 €	Expropriações - Subsistema de Saneamento de Chouto/Gaviãozinho
Valiana-Sociedade Agro-Cinegetica, Lda	789,94 €	Expropriação Administrativa da Parcela 3, artº 1 da Secção AA-AA1 - Couço
Dora Maria Pereira Carvalho Freire	641,00 €	Expropriação Administrativa da Parcela EE03, artº 42 da Secção KK - Pinheiro Grande
Herdeiros de Maria Amélia de Melo C. Vaz Monteiro	1 287,00 €	Expropriação Administrativa da Parcela ETAR, artº 9 da Secção D - Ulme/Chamusca
Herdeiros de José Norberto Frazão Pedrosa	1 661,72 €	Servidão Administrativa da Parcela 3, artº 20 da Secção X - Chamusca
F.Ramada II - Imobiliária SA, Outros e Arrendatário Rural Silvicaima - Soc. Silvícola Caima, SA	5 906,19 €	Servidão Administrativa da Parcela 7, artº 2 da Secção E - Vale da Cavalos/Chamusca
Herdeiros de Maria Manuela Lizardo Gomes R. Barracas	1 298,05 €	Servidão Administrativa da Parcela 5, artº 2 da Secção Q - Ulme/Chamusca
Custodia Augusta Ildafonso	973,60 €	Expropriação Administrativa da Parcela EE03, artº 26 da Secção J - Parreira/Chamusca
Herdeiros de Joaquim Carvalho e Outro	508,75 €	Servidão Administrativa da Parcela 6, artº 58 da Secção M - Brogueira / Torres Novas

A favor de	Valor	Objetivo
Herdeiros de José Norberto Frazão Pedrosa	840,00 €	Expropriação Administrativa da Parcela 1, artº 20 da Secção X - Chamusca
Legítimos Proprietários	193,00 €	Servidão Administrativa - Subsistema de Abastecimento de Água da Carregueira - Arripiado
Legítimos Proprietários	486,00 €	Servidão Administrativa - Subsistema de Abastecimento de Água da Carregueira - Arripiado
Legítimos Proprietários	2.616,00 €	Servidão Administrativa - Rede de Águas Domésticas da Fajarda
Legítimos Proprietários	616,00 €	Servidão Administrativa - Subsistema de Saneamento de Foros de Coruche (Ligação a ETAR Existente)
Legítimos Proprietários	3.213,00 €	Servidão Administrativa - Rede de Águas Domésticas da Fajarda
Legítimos Proprietários	7.186,00 €	Servidão Administrativa - Rede de Saneamento de Foros da Salvaterra
ARH Tajo, I.P.	13.000,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Cerrado das Águas
ARH Tajo, I.P.	12.600,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Foros de Salvaterra de Magos
Agência Portuguesa do Ambiente	12.600,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Esteveira
Agência Portuguesa do Ambiente	3.000,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Fungalvaz
Agência Portuguesa do Ambiente	5.000,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Rexaldia
Agência Portuguesa do Ambiente	15.000,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Lapas/Ribeira
Agência Portuguesa do Ambiente	12.600,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Salvaterra de Magos
Legítimos Proprietários	270,00 €	Servidão Administrativa - Subsistema de Saneamento de Chancelaria - Pedrogão
Legítimos Proprietários	14.340,00 €	Expropriação Administrativa - Subsistema de Saneamento de Chancelaria - Pedrogão
Legítimos Proprietários	5.692,00 €	Servidão Administrativa - Subsistema de Saneamento de Lapa - Ribeira Branca
Legítimos Proprietários	4.984,00 €	Expropriação Administrativa - Subsistema de Saneamento de Lapa - Ribeira Branca
Legítimos Proprietários	2.126,00 €	Servidão Administrativa - Subsistema de Saneamento da Lamentosa - Torres Novas
IP - Infraestruturas de Portugal, SA	11.940,00 €	Execução "Instalação de Condutas de Saneamento e Construção de Estação Elevatória na EN 243"
IP - Infraestruturas de Portugal, SA	2.000,00 €	Instalação de Uma Conduta de Abastecimento de Água na Passagem Superior (PS060) A13 - SS Salvaterra de Magos
IP - Infraestruturas de Portugal, SA	1.830,00 €	Instalação de Coletor Gravítico Doméstico - SS de Chamusca - Sistema Elevatório Porto Carvão
Agência Portuguesa do Ambiente	5.250,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Raposa
Agência Portuguesa do Ambiente	7.500,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Vale de Cavalos
Agência Portuguesa do Ambiente	37.500,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Torres Novas
Agência Portuguesa do Ambiente	13.760,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Riachos
Manuel Mendes e Outros	2.120,95 €	Servidão Administrativa - Parcela 10 do Artigo 1 da Secção VIII Riachos em Torres Novas
Agência Portuguesa do Ambiente	6.250,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Barrosa

A favor de	Valor	Objetivo
IP - Infraestruturas de Portugal, SA	2 000,00 €	Instalação de Conduta de Abastecimento de Água Potável e de uma Conduta Elevatória EN 10 ao Km 110+498 em Samora
Legítimos Proprietários	6 175,00 €	Expropriação Administrativa - Subsistema de Saneamento de Rexaldia
Legítimos Proprietários	15 820,00 €	Expropriação Administrativa - Subsistema de Saneamento de Rexaldia
Legítimos Proprietários	3 740,00 €	Servidão Administrativa - Ampliação do Sistema de Saneamento de Foros de Salvaterra - Aldeia do Peixe
Agência Portuguesa do Ambiente	31 250,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Torres Novas
IP - Infraestruturas de Portugal, SA	1 900,00 €	Instalação de Um Coletor de Saneamento, EN 118, KM 42-015 em Atravessamento por Perfuração Dirigida em Benavente
IP - Infraestruturas de Portugal, SA	1 000,00 €	Instalação de um Ramal de abastecimento domiciliário de Água, EN 118 ao Km 48+795, União de Freguesias Salvaterra e Foros de Salv.
Agência Portuguesa do Ambiente	6 250,00 €	Caucionar o Montante de Qualquer Importância Devida por Danos Ambientais, ETAR de Vila Nova Santo Estevão.
IP - Infraestruturas de Portugal, SA	1 000,00 €	Instalação de uma conduta de abast de água, EN 118 KM 41+465, em atrav, por perf horiz por cravação, em paralelismo - em Benavente.
IP - Infraestruturas de Portugal, SA	15 852,00 €	Instalação de Remodelação de Rede de Abastecimento de Água de Salvaterra, EN 118 - Atravessamento em vala - em Benavente.
Agência Portuguesa do Ambiente	2 500,00 €	Caucionar o Montante de Qualquer Importância Devida por Danos Ambientais, ETAR Vale da Serra.
Agência Portuguesa do Ambiente	2 500,00 €	Caucionar o Montante de Qualquer Importância Devida por Danos Ambientais, ETAR da Azeitada.
Agência Portuguesa do Ambiente	4 375,00 €	Caucionar o Montante de Qualquer Importância Devida por Danos Ambientais, ETAR de Santana do Mato
Agência Portuguesa do Ambiente	9 375,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Quinta do Papelão
IP - Infraestruturas de Portugal, SA	5 150,00 €	Instalação Conduta Adutora de Ligação entre os Reservatórios de Outeiro Grande e Rendufas - EN 119
Agência Portuguesa do Ambiente	2 500,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Quinta da Tapada
Infraestruturas de Portugal	1 000,00 €	Instalação de uma conduta de abast de água, EN 119 KM 40+375, em atrav, por perf horizontal no concelho de Coruche.
Agência Portuguesa do Ambiente	2 000,00 €	Caucionar o Montante de Qualquer Importância Devida por Danos Ambientais, ETAR Arripiado
Agência Portuguesa do Ambiente	5 250,00 €	Caucionar o Montante de Qualquer Importância Devida por Danos Ambientais, ETAR Salvador/Parreira
Agência Portuguesa do Ambiente	1 250,00 €	Caucionar o Montante de Qualquer Importância Devida por Danos Ambientais, ETAR Vale Tripeiro
Agência Portuguesa do Ambiente	2 500,00 €	Caucionar o Montante de Qualquer Importância Devida por Danos Ambientais, ETAR Volta do Vale
Agência Portuguesa do Ambiente	5 250,00 €	Caucionar o Montante de Qualquer Importância Devida por Danos Ambientais, ETAR São José da Lamarosa
IP - Infraestruturas de Portugal, SA	1 000,00 €	Remodelação das Redes de Água e de Saneamento na Chamusca
IP - Infraestruturas de Portugal, SA	2 655,00 €	Instalação de Vala de uma Conduta de Abast. no Concelho Benavente

A favor de	Valor	Objetivo
Agência Portuguesa do Ambiente	11 250,00 €	Caucionar o Montante de Qualquer Importância Devida por Danos Ambientais, ETAR Lapas/Ribeira
Agência Portuguesa do Ambiente	7 500,00 €	Caucionar o Montante de Qualquer Importância Devida por Danos Ambientais, ETAR Paço dos Negros
Agência Portuguesa do Ambiente	11 250,00 €	Caucionar o Montante de Qualquer Importância Devida por Danos Ambientais, ETAR Carregueira
Agência Portuguesa do Ambiente	2 500,00 €	Caucionar o Montante de Qualquer Importância Devida por Danos Ambientais, ETAR Fungalvaz
IP - Infraestruturas de Portugal, SA	7 245,00 €	Instalação de um Colector de Águas Residuais e Ramais de Ligação e Substituição de uma Conduta de Acastelamento na EN 10
Agência Portuguesa do Ambiente	13 750,00 €	Caucionar o Montante de Qualquer Importância Devida por Danos Ambientais, ETAR Samora Correia Sudoeste
Agência Portuguesa do Ambiente	6 250,00 €	Caucionar o Montante de Qualquer Importância Devida por Danos Ambientais, ETAR Biscainho/Foros da Charneca
Agência Portuguesa do Ambiente	7 500,00 €	Caucionar o Montante de Qualquer Importância Devida por Danos Ambientais, ETAR Chancelaria/Pedrogão
Agência Portuguesa do Ambiente	1 375,00 €	Caucionar o Montante de Qualquer Importância Devida por Danos Ambientais, ETAR Branca
Agência Portuguesa do Ambiente	9 375,00 €	Caucionar o Montante de Qualquer Importância Devida por Danos Ambientais, ETAR Couço
Agência Portuguesa do Ambiente	6 250,00 €	Caucionar o Montante de Qualquer Importância Devida por Danos Ambientais, ETAR da Brogueira
Agência Portuguesa do Ambiente	9 375,00 €	Caucionar o Montante de Qualquer Importância Devida por Danos Ambientais, ETAR de Benfica do Ribatejo
Agência Portuguesa do Ambiente	3 000,00 €	Caucionar o Montante de Qualquer Importância Devida por Danos Ambientais, ETAR do Chouto/Gaviãozinho
Agência Portuguesa do Ambiente	25 000,00 €	Caucionar o Montante de Qualquer Importância Devida por Danos Ambientais, ETAR de Almeirim/Alpiarça
IP - Infraestruturas de Portugal, SA	4 482,00 €	Instalação de uma conduta de drenagem de águas residuais domésticas referente a Plataforma Mercadona
Agência Portuguesa do Ambiente	6 250,00 €	Caucionar o Montante de Qualquer Importância Devida por Danos Ambientais, ETAR de Vale de Cavalos
Agência Portuguesa do Ambiente	3 000,00 €	Caucionar o Montante de Qualquer Importância Devida por Danos Ambientais, ETAR de Raposa
Agência Portuguesa do Ambiente	6 250,00 €	Caucionar o Montante de Qualquer Importância Devida por Danos Ambientais, ETAR da Várzea Fresca
Agência Portuguesa do Ambiente	5 000,00 €	Caucionar o Montante de Qualquer Importância Devida por Danos Ambientais, ETAR de Santo Estevão
Agência Portuguesa do Ambiente	9 375,00 €	Caucionar o Montante de Qualquer Importância Devida por Danos Ambientais, ETAR Cerrado das Águas
Agência Portuguesa do Ambiente	5 000,00 €	Caucionar o Montante de Qualquer Importância Devida por Danos Ambientais, ETAR da Barrosa
Agência Portuguesa do Ambiente	10 000,00 €	Caucionar o Montante de Qualquer Importância Devida por Danos Ambientais, ETAR da ZIMB
Agência Portuguesa do Ambiente	2 000,00 €	Caucionar o Montante de Qualquer Importância Devida por Danos Ambientais, ETAR da Erra

A favor de	Valor	Objetivo
IP - Infraestruturas de Portugal, SA	1 000.00 €	Execução de Trabalhos de Abertura e Preenchimento de Valas e/ou Travessias a Levar a efeito na EN 10 ao KM 107+295 - Proc 14948STM231019
Agência Portuguesa do Ambiente	10 000.00 €	Caucionar o Montante de Qualquer importância Devida por Danos Ambientais, ETAR Salvaterra de Magos
Agência Portuguesa do Ambiente	6 250.00 €	Caucionar o Montante de Qualquer importância Devida por Danos Ambientais, ETAR Glória de Ribatejo
Agência Portuguesa do Ambiente	5 000.00 €	Caucionar o Montante de Qualquer importância Devida por Danos Ambientais, ETAR Foros de Salvaterra
Agência Portuguesa do Ambiente	2 000.00 €	Caucionar o Montante de Qualquer importância Devida por Danos Ambientais, ETAR da Malhada Alta
Agência Portuguesa do Ambiente	3 375.00 €	Caucionar o Montante de Qualquer importância Devida por Danos Ambientais, ETAR da Lamarosa
Agência Portuguesa do Ambiente	4 375.00 €	Caucionar o Montante de Qualquer importância Devida por Danos Ambientais, ETAR do Ulme
Agência Portuguesa do Ambiente	1 250.00 €	Caucionar o Montante de Qualquer importância Devida por Danos Ambientais, ETAR do Semideiro
Agência Portuguesa do Ambiente	1 250.00 €	Caucionar o Montante de Qualquer importância Devida por Danos Ambientais, ETAR de Courelas da Amoreirinha
Agência Portuguesa do Ambiente	1 250.00 €	Caucionar o Montante de Qualquer importância Devida por Danos Ambientais, ETAR de Alcorochel
Agência Portuguesa do Ambiente	6 250.00 €	Caucionar o Montante de Qualquer importância Devida por Danos Ambientais, ETAR da Chamusca
Agência Portuguesa do Ambiente	5 250.00 €	Caucionar o Montante de Qualquer importância Devida por Danos Ambientais, ETAR do Granho
Agência Portuguesa do Ambiente	6 250.00 €	Caucionar o Montante de Qualquer importância Devida por Danos Ambientais, ETAR da Rexaldia
Agência Portuguesa do Ambiente	7 500.00 €	Caucionar o Montante de Qualquer importância Devida por Danos Ambientais, ETAR de Muge
Agência Portuguesa do Ambiente	4 375.00 €	Caucionar o Montante de Qualquer importância Devida por Danos Ambientais, ETAR de Chancelaria / Pedrógão
Agência Portuguesa do Ambiente	9 375.00 €	Caucionar o Montante de Qualquer importância Devida por Danos Ambientais, ETAR de Marinhais
Agência Portuguesa do Ambiente	2 500.00 €	Caucionar o Montante de Qualquer importância Devida por Danos Ambientais, ETAR de Vila Nova Santo Estevão.
TOTAL	712 911,94 €	



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, E.I.M, S.A. (a Entidade)**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 103.038.788 euros e um total de capital próprio de 63.947.045 euros, incluindo um resultado líquido de 697.490 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, E.I.M, S.A.** em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados às circunstâncias; e



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'F' and several other marks.

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

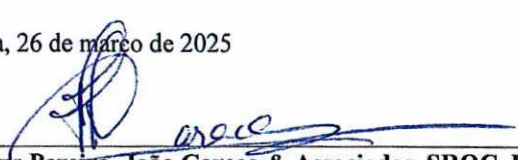
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 26 de março de 2025


Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.

Sociedade registada na OROC sob o n.º 68 e CMVM sob o n.º 20161404

representada por João António de Carvalho Careca

registado na OROC sob o n.º 849 e CMVM sob o n.º 20160473



Martins Pereira
João Careca & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

João Careca
Alec Beerten
Elsa Cândia Martins

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas

Em cumprimento da lei e do mandato que nos foi confiado, apresentamos o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório de gestão, demonstrações financeiras e proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da **AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, E.I.M, S.A. (a Entidade)**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Relatório

No desempenho das funções que nos são atribuídas pelo art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos regularmente a atividade da Sociedade, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e normas contabilísticas e de relato financeiro que lhe estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com o Conselho de Administração e os Serviços, que nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efetuado, é nossa convicção que o relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras, são suficientemente esclarecedores da situação da Sociedade e satisfazem as disposições legais e estatutárias.

Parecer

Considerando as análises e os trabalhos efetuados, e tendo em atenção o teor da Certificação Legal das Contas, que emitimos, somos de parecer que, a Assembleia Geral da **AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, E.I.M, S.A. (a Entidade)**:

- aprove o relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024;
- aprove a proposta de aplicação de resultados constante do relatório do Conselho de Administração.

Lisboa, 26 de março de 2025

[Handwritten signature of João Careca]

Martins Pereira, João Careca & Associados, SROc, Lda.
Sociedade registada na OROC sob o n.º 68 e CMVM sob o n.º 20161404
representada por João António de Carvalho Careca
registado na OROC sob o n.º 849 e CMVM sob o n.º 20160473

Martins Pereira, João Careca & Associados, SROc, Lda. - inscrita na OROC sob o n.º 68 e na CMVM sob o n.º 20161404 - NIPC 502 290 099

Edifício Amoreiras Square
Rua Joshua Benoliel, 1 - 2º D - 1250-273 Lisboa
Tel 213 863 042 - Fax 213 879 140 - office@mpasroc.pt

Delegação
Parque Lourenço de Carvalho, 4 - 1º
2080-043 Almelirim - Tel / Fax 243 579 174

A member of
mgiworldwide

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

7 24
3 12
4b





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **MUNICÍPIO DE ALPIARÇA** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31/12/2024 (que evidencia um total de 67.838.397 euros e um total de património líquido de 60.299.877 euros, incluindo um resultado líquido de 1.213.110 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com Reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **MUNICÍPIO DE ALPIARÇA** em 31/12/2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com Reservas

1. A entidade detém participação de 99,87% na Agroalpiarça, CIPRL. A participada não apresenta, a 31 de dezembro de 2024, demonstrações financeiras auditadas. Por esse motivo, e uma vez que não nos foi possível efetuar procedimentos de auditoria alternativos, nos foi possível concluir quanto ao efeito, se algum, dos eventuais ajustamentos que poderiam ter sido identificados caso tivéssemos obtido a informação suprarreferida.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS



Ênfase

Conforme nota 20 do Anexo, a entidade controlada, Agroalpiarça Produção Agrícola, CIPRL, apresentou a dissolução à data de 16/07/2024, e deverá proceder ao encerramento da liquidação no prazo de 2 anos.

De acordo com a nota 4 do Anexo individual do Município de Alpiarça, em conformidade com a Orientação Técnica nº1 – Reconhecimento dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão (BT) celebrados entre os municípios e a E-Redes, S.A. (ex-EDP Distribuição, S.A.) aprovada em 18/02/2025, o Município optou por manter o critério para o reconhecimento do acordo de concessão com a E-Redes, avaliando em 2025 a necessidade de alterar o procedimento adotado. Esta situação estava mencionada como Reserva na nossa Certificação Legal de Contas reportada a 31 de dezembro de 2023.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP.
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.



Handwritten notes and signatures in blue and red ink.



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas consolidadas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas e demonstrações orçamentais consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Marinha Grande, 24 de junho de 2025

Assinado de
forma digital por
[Assinatura
Qualificada] Luís
Guerra Marques

Handwritten signature of Luís Guerra Marques.

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, LDA

(n.º 218 e registada na CMVM com o n.º 20161513)

Representada por Luís Guerra Marques

(ROC n.º 620 e registado na CMVM com o n.º 20160266)





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

À

ASSEMBLEIA MUNICIPAL - MUNICÍPIO DE ALPIARÇA

1. Nos termos da Lei 73/2013, cabe ao Revisor Oficial de Contas emitir parecer sobre os documentos de prestação de conta consolidadas do **MUNICÍPIO DE ALPIARÇA**, referentes ao exercício findo em 31/12/2024.

2. O Revisor Oficial de Contas desempenhou regularmente as funções previstas no artigo 48º da Lei 2/2007, tendo procedido às verificações que entendeu necessárias nas circunstâncias e apreciado as contas consolidadas do Município. Para a execução destes trabalhos recebeu do Município toda a informação que ao mesmo solicitou.

3. Em final de exercício foram, para além das contas consolidadas e seus anexos, apreciado o relatório consolidado de gestão tendo em vista a emissão da Certificação de Contas Consolidada.

4. PARECER

Em função da análise que efetuámos aos documentos de prestação de contas consolidadas do **MUNICÍPIO DE ALPIARÇA** referente ao exercício findo em 31/12/2024, e tendo em conta a Reserva e a Ênfase incluídas na Certificação de Contas Consolidadas, somos de opinião que os referidos documentos se apresentam elaborados de acordo com os princípios de consolidação de contas legalmente aplicados a este setor.

5. Por fim, queremos agradecer ao Município e aos seus serviços toda a colaboração que nos prestaram para o desempenho das nossas funções.

Marinha Grande, 24 de junho de 2025

Assinado de forma
digital por
[Assinatura
Qualificada] Luís
Guerra Marques

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, LDA

(n.º 218 e registada na CMVM com o n.º 20161513)

Representada por Luís Guerra Marques

(ROC n.º 620 e registado na CMVM com o n.º 20160266)



CÂMARA MUNICIPAL


João Pedro Costa Aires
foralfeitas
Freemore A. D. G.
hathlangauels vras nzedols

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Maria Regina Sanches C.F.T.
Alma Marques Agostinho
CB
Avalanches
E. J. A.
Inês Cardoso Ferreira
Marta Sofia Pinheiro
J. P. H.
T. P. C. D. R. J.
J. P. A.
J. P. A.
Alta T. S. P. B. J.
Ana Rodrigues d'Almeida

